

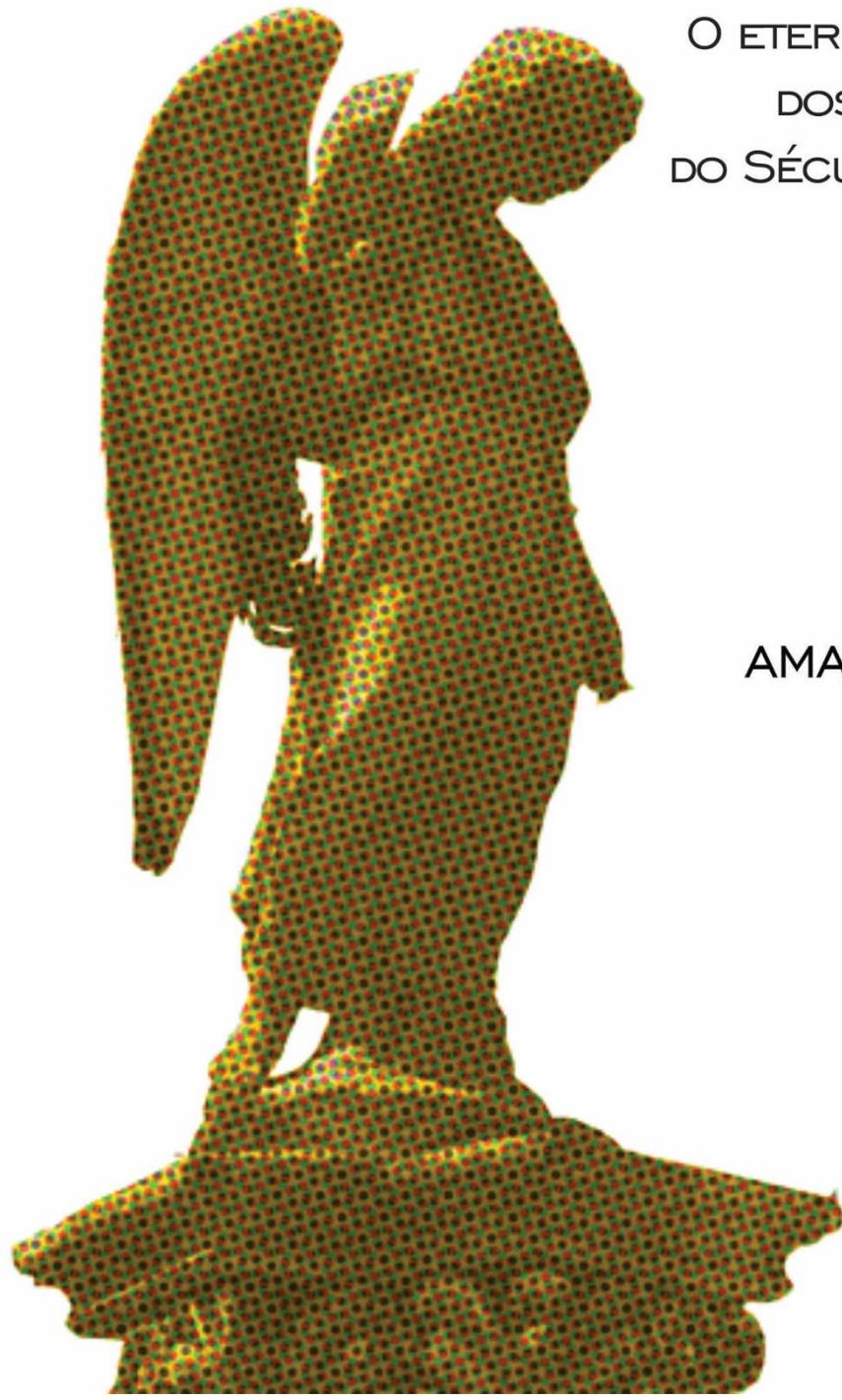


# SANTA IZABEL E SOLEDADE:

O ETERNO E O MUTÁVEL NAS ALTERAÇÕES  
DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS NA BELÉM  
DO SÉCULO XIX, ATRAVÉS DE UMA ANÁLISE  
CARTOGRÁFICA DA MORTE.

AMANDA R. DE CASTRO BOTELHO

BELÉM-PA, 2018





UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA ROBERTA DE CASTRO BOTELHO

**SANTA IZABEL E SOLEDADE:** O eterno e o mutável nas alterações dos espaços  
cemiteriais na Belém do Século XIX, através de uma análise Cartográfica da morte.

Belém-PA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

AMANDA ROBERTA DE CASTRO BOTELHO

**SANTA IZABEL E SOLEDADE:** O eterno e o mutável nas alterações dos espaços cemiteriais na Belém do Século XIX, através de uma análise Cartográfica da morte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; Linha de Pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celma de Nazaré Chaves de Souza Pont Vidal.

Belém-PA

2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

- B748s Botelho, Amanda Roberta de Castro.  
SANTA IZABEL E SOLEDADE : O eterno e o mutável nas alterações dos espaços cemiteriais na Belém do Século XIX, através de uma análise Cartográfica da morte. / Amanda Roberta de Castro Botelho, . — 2018.  
116 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Celma de Nazaré Chaves de Souza Pont Vidal  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
1. Cemitérios. 2. Modernidade. 3. História Urbana. 4. Cartografia. 5. Belém-PA. I. Título.

CDD 720.9

---

AMANDA ROBERTA DE CASTRO BOTELHO

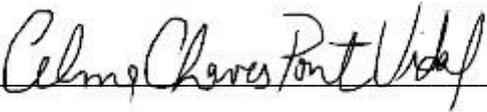
**SANTA IZABEL E SOLEDADE: O ETERNO E O MUTÁVEL NAS ALTERAÇÕES  
DOS ESPAÇOS CEMITERIAIS NA BELÉM DO SÉCULO XIX, ATRAVÉS DE UMA  
ANÁLISE CARTOGRÁFICA DA MORTE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; Linha de Pesquisa: Arquitetura, Desenho da Cidade e Desempenho Ambiental.

Aprovada em: 23/04/2018

Banca Examinadora:



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celma de Nazaré Chaves de Souza Pont Vidal- Orientadora.

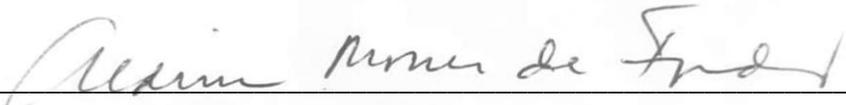
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo- UFPA.



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cybelle Salvador Miranda - Examinador Interno.

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo- UFPA.



---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Aldrin Moura de Figueiredo- Examinador Externo.

Programa de Pós-graduação em História- UFPA.

Belém – PA

2018

*A minha filha, Catarina, que foi o porto seguro  
perante as dificuldades deste percurso.*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade de realizar o sonho de ser Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

À minha filha, Catarina, que me dedicou amor, paciência, compreensão das ausências, e que me motivou sempre a seguir em frente em prol dos meus sonhos.

Ao esposo e amigo, José Felipe, que me manteve determinada e confiante, mesmo nos momentos de maior dificuldade e saudade, acreditando sempre na minha capacidade e amor pelo estudo, e me motivando em prol do nosso futuro.

Aos meus pais, Roberto e Socorro, por sempre acreditarem e investirem nos meus estudos, sempre se mostrando interessados nos meus sonhos e planos. Em especial, a minha mãe pela ajuda com os cuidados com a minha filha, onde sem ela seria impossível à conclusão deste mestrado.

À minha sogra Samira e amiga Claudia, por estarem sempre disponíveis a ajudar, doando seu tempo e carinho para comigo e minha filha.

À minha professora e orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celma de Nazaré Chaves de Souza Pont Vidal, que contribuiu grandiosamente para a realização deste sonho com muita paciência, sensibilidade e amizade, orientando de maneira perspicaz, auxiliando no preenchimento de lacunas que demonstravam ser eternas e me incentivando a pensar de maneira mais ampla.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/PPGAU-UFPA, pelos ensinamentos transmitidos que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Aos professores membros da banca de qualificação e de defesa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cybelle Salvador Miranda, Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Fabiano Homobono Paes de Andrade e Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Aldrin Moura de Figueiredo, que através de suas contribuições ajudaram a delimitar o percurso a ser realizado pela pesquisa, de maneira que essas contribuições foram alinhadas com o objetivo final pretendido neste trabalho.

À equipe de pesquisa do Laboratório de Historiografia e Cultura Arquitetônica/ LAHCA, que de maneira amiga ajudaram no andamento da pesquisa, em especial aos amigos Luciane Oliveira, Stephany Uchoa, Douglas Oliveira, Izabella Melo, Rebeca Dias e George Lima, pelo companheirismo e ajuda nos dias árduos de trabalho no laboratório.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ CAPES, pelo apoio financeiro, através da concessão da bolsa de estudos, cuja contribuição possibilitou as ferramentas e o empenho para a execução da pesquisa.

E por fim, à Joana e Pequenino, pela amizade, fé, orientação e alegria que me transmitem me guiando sempre pelo melhor caminho e emanando muita luz.

**“A morte é um acontecimento[...] em constante mudança. [...] Quando muda o modo de vida das pessoas, conseqüentemente muda o espaço de enterrar e o modo de encarar o fim da vida.”**

Solimar Bonjardim, Daniel Bezerra e Maria Augusta Vargas.

## RESUMO

Os cemitérios são espaços arquitetônicos que acompanham o desenvolvimento das cidades. Desde os primórdios das comunidades, no período Neolítico até o século XIX, período em que os núcleos dos cemitérios de Belém estudados foram inaugurados, os espaços fúnebres, como espaços autônomos das igrejas, têm seu espaço interno e na sua relação com o entorno urbano, delimitado por questões culturais. Os processos de modificação cultural vividos pelas sociedades, principalmente a transição do século XVIII para o século XIX, traz ideologias inovadoras que alteram drasticamente os territórios visíveis das cidades. As novas ideologias de racionalização, avanço da medicina, secularização dos cemitérios e laicização do estado, trazem a sociedade oitocentista mudanças no modo de vida, que resultam em uma negação da morte e expulsão dos cemitérios, até então ao lado das igrejas, para os limites da cidade, transformando-os em territórios existentes, mas invisíveis ao centro urbano. Utilizando a História Urbana e a Cartografia para ilustrar tais mudanças, estas ferramentas permitem uma amplitude mais interdisciplinar da pesquisa, possibilitando um melhor conhecimento gráfico. O objetivo deste trabalho visa investigar as transformações espaciais dos espaços fúnebres na cidade de Belém no século XIX (Cemitério de Nossa Senhora da Soledade e Cemitério de Santa Izabel), no aspecto da sua relação com o entorno urbano e a expansão territorial da cidade durante o recorte temporal em estudo, fundamentado nos conceitos racionais oitocentistas e ilustrado graficamente através de um mapa temático urbano. O método de pesquisa utilizado será da Estratégia Combinada, que é composta pela pesquisa Histórico-Interpretativa e pesquisa Qualitativa, que serão responsáveis por abranger os processos de representação espacial dos cemitérios. Tanto a vida quanto a morte refletem a interação da arquitetura com a vida humana, e sentimentos, contextos históricos, crenças, ciências, normas sanitárias e afins, interferem e constroem a concepção e execução dos cemitérios até os dias atuais.

**PALAVRAS- CHAVES:** Cemitérios; Modernidade; História Urbana; Cartografia; Belém-PA.

## **ABSTRACT**

Cemeteries are architectural spaces that follow the development of cities. Since the beginnings of the communities, from the Neolithic period to the nineteenth century, when the core of the studied Belém cemeteries were inaugurated, the funeral spaces, as autonomous spaces of the churches, have their internal space and their relationship with the urban environment, delimited by cultural issues. The processes of cultural change experienced by societies, especially the transition from the eighteenth to the nineteenth century, bring innovative ideologies that drastically modify the visible territories of cities. The new ideologies of rationalization, the progress of medicine, the secularization of cemeteries and the laicization of the state, bring the nineteenth century society changes in the way of life, which result in a denial of death and expulsion from cemeteries, until then alongside the churches, to the limits of the city, transforming them into existing territories, but invisible to the urban center. Using Urban History and Cartography to illustrate such changes, these tools allow for a more interdisciplinary range of research, enabling better graphic knowledge. The objective of this work is to investigate the spatial transformations of the funeral spaces in the city of Belém in the 19th century (Cemetery of Nossa Senhora da Soledade and Cemetery of Santa Izabel), in the aspect of its relation with the urban environment and the territorial expansion of the city during the time study, based on nineteenth-century rational concepts and illustrated graphically through an urban thematic map. The research method used will be the Combined Strategy, which is composed of Historical-Interpretative Research and Qualitative Research, which will be responsible for covering the processes of spatial representation of cemeteries. Both life and death reflect the interaction of architecture with human life, and feelings, historical contexts, beliefs, sciences, sanitary norms and related aspects, interfere with and build the design and execution of cemeteries to the present day.

**KEYWORDS:** Cemeteries; Modernity; Urban History; Cartography; Belém-PA.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização e mausoléu do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade. ....	18
Figura 2- Localização e exemplar de um túmulo do Cemitério de Santa Izabel. ....	19
Figura 3- Esquema de linha do tempo representando o período em estudo. ....	22
Figura 4- Processo de redesenho das Plantas Urbanas de Belém. ....	25
Figura 5- Análise prévia em desenho manual com três plantas redesenhadas. ....	25
Figura 6- Exemplar de Catacumba: Catacumba de Santa Priscila. ....	38
Figura 7- Cemiterio Charnier dès Saints- Innocents. ....	39
Figura 8- Ilustração de um cemitério com a presença da capela e pináculo. ....	40
Figura 9- Mausoléu neoclássico em Berlim. ....	41
Figura 10- Jazigo da família de Palmela localizado no Cemitério dos prazeres. ....	43
Figura 11- Piso de madeira, onde eram colocados os corpos em decomposição no século XVIII - Sabará-MG. ....	45
Figura 12- O retrato de um cortejo de negros no século XIX. ....	46
Figura 13- Ilustração datada como a mais antiga representação da cidade de Belém do Grão-Pará, no século XVII (1640). ....	50
Figura 14- A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). ....	50
Figura 15- Planta Urbana Belém do fim do século XVII. ....	51
Figura 16- Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém, com a presença do alagado do Pirí como um dos primeiros obstáculos naturais à expansão urbana. ....	52
Figura 17- Planta Urbana de 1905 de José Sidrin, onde se ilustra as planificações propostas para a cidade. ....	54
Figura 18- Largo da Sé. ....	55
Figura 19- Largo das Mercês. ....	55
Figura 20- Trecho destinado ao sepultamento no Largo da Pólvora, antigo Cemitério da Campina. ....	55
Figura 21- Área destinada ao 1º Cemitério Municipal da cidade, localizado no mesmo terreno do atual Cemitério da Soledade. ....	56
Figura 22- Alameda principal do cemitério da Soledade no ano de 1902, mostrando a imponente dos mausoléus. ....	57
Figura 23- Interior do cemitério Protestante Inglês. ....	58
Figura 24- Cemitério Israelita. ....	58
Figura 25- Entrada atual do cemitério de Santa Izabel. ....	59
Figura 26- Página inicial do jornal Diário do Gram-Pará do dia 6 de janeiro de 1868. ....	59
Figura 27- Cemitério Israelita do Guamá. ....	60
Figura 28- Interior do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco no Guamá. ....	60
Figura 29- Primeiro mapa topográfico-geológico, o Papiro de Turim. ....	71
Figura 30- Primeiro plano desenhado em escala, Plano de Nippur. ....	71
Figura 31- Reconstrução do mapa de Claudio Ptolomeu. ....	72
Figura 32- Mapa característico da Idade Média, com tipologia T-O, de Isidoro de Sevilla. ...	72
Figura 33- Página do jornal Diário do Gram-Pará do dia 14 de janeiro de 1868. ....	75
Figura 34- Planta Urbana de Belém de 1868. ....	75
Figura 35- Planta Urbana de Belém de 1881. ....	76

Figura 36- Planta Urbana de Belém de 1899.....	77
Figura 37- Planta Urbana de Belém de 1918.....	77
Figura 38- Planta Urbana de Belém de 1936.....	78
Figura 39- Imagem do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade inclusa no Álbum de Belém. .....	88
Figura 40- Planta de Edmund Compton com a demarcação do Cemitério de Santa Izabel isolado na planta. ....	89
Figura 41- Ampliação da Planta Urbana de Nina Ribeiro 1899, com o lote do cemitério de Santa Izabel em formato quadrado. ....	100
Figura 42- Imagem atual de Satélite adaptada com as ampliações citadas no Relatório de Antônio Lemos. ....	101

### **LISTAS DE MAPAS**

Mapa 1- Análise da relação dos cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel na expansão da cidade de Belém no período de 1868-1936.....	93
Mapa 2- Análise de entorno na Planta Urbana de 1868 – Soledade.....	96
Mapa 3- Análise de entorno na Planta Urbana de 1881 – Soledade.....	97
Mapa 4- Análise de entorno na Planta Urbana de 1918 – Soledade.....	98
Mapa 5- Análise de entorno na Planta Urbana de 1936 – Soledade.....	99
Mapa 6- Análise de entorno na Planta Urbana de 1881 – Santa Izabel.....	102
Mapa 7- Análise de entorno na Planta Urbana de 1918 – Santa Izabel.....	103
Mapa 8- Análise de entorno na Planta Urbana de 1936 – Santa Izabel.....	104

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
ESCOLHA E DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....	17
JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	20
<i>Problema da Pesquisa</i> .....	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	22
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	27
<b>CAPÍTULO 1: O CEMITÉRIO E OS PROCESSOS DE SEPULTAMENTO</b> .....	30
1.1    O ESPAÇO E A RELIGIÃO .....	31
1.2    ETIMOLOGIA DO CEMITÉRIO .....	32
1.3    A SOCIEDADE E A MORTE: REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS NOS CEMITÉRIOS .....	34
1.4    PROCESSOS DE SEPULTAMENTO A PARTIR DA LEGITIMIDADE DA RELIGIÃO CATÓLICA .....	37
<b>1.4.1 Referências Lusófonas dos espaços de sepultamento: Cemitério dos Prazeres, Lisboa, Portugal</b> .....	42
<b>1.4.2. Evolução dos espaços de enterramento no Brasil</b> .....	44
<b>CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DOS CEMITÉRIOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX</b> .....	48
2.1.    EXPANSÃO TERRITORIAL DE BELÉM ATÉ O SÉCULO XIX .....	49
2.2.    EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS DE ENTERRAMENTO NA CIDADE DE BELÉM.....	54
<b>CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA URBANA</b> .....	62
3.1. HISTÓRIA URBANA: CONCEITOS E HISTORIOGRAFIA .....	63
3.2. O LUGAR DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA URBANA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES .....	66
3.3. O USO DA CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO GRÁFICO PARA A HISTÓRIA URBANA .....	71
<b>CAPÍTULO 4: A TRANSFERÊNCIA DE MODELOS OITOCENTISTAS E AS IMPLICAÇÕES NA CIDADE E NOS CEMITÉRIOS DE BELÉM</b> .....	80

4.1. CONCEITOS OITOCENTISTAS APLICADOS NA LOCALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS .....	82
4.2. ANÁLISE DA RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS de NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL NA EXPANSÃO DA CIDADE DE BELÉM NO PERÍODO DE 1868-1936.....	87
4.3. ALTERAÇÕES NO ENTORNO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL NO PERÍODO DE 1868-1936 .....	94
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

A história da arquitetura interfere no processo histórico e urbano de uma sociedade. A vida é representada e apreciada através de traços e representações na arquitetura. A morte, que passa a ser “tabu” a partir do século XIX, revela-se por ações e crenças sociais que omitem o seu processo de pós-morte, através das formas espaciais e simbólicas. O cemitério ou locais de enterramento são as fontes de informação social de uma civilização, podendo ser consideradas como capsulas temporais, necessitando assim que os mesmos sejam mantidos e preservados.

A morte é representada em múltiplas culturas, e em diferentes momentos históricos de uma sociedade, e diante disto “é um acontecimento ambíguo...onde a imagem que os indivíduos fazem dela, e suas representações são necessariamente de origem social, e estratificada.” (BRUNO, 2011, p.109). Em detrimento disto, há comportamentos pré-estabelecidos que processam a passagem da morte através do espaço.

Esses comportamentos podem ser justificados através do território e da religião, já que são práticas sociais que se relacionam, e a religião é transmitida espacialmente neste território por ser considerada um fenômeno cultural. Quando consideramos a cidade como território, e a religião como um fenômeno cultural vivido pelas sociedades, evidenciamos que essa analogia é recíproca, visto que assim como essas sociedades interferem em suas cidades, a cidade também irá interferir nas estruturas sociais desses grupos. Uma das temáticas que está inclusa nas estruturas sociais desses grupos é morte, que através das concepções da mesma em diferentes culturas e rituais irá delimitar espaços cemiteriais diferentes e noções de pertencimento e familiaridade diversas da sociedade para com este espaço. A morte permite aos cemitérios serem a linguagem e o portadores de significados, onde serão a materialização da visão do mundo dos grupos que os produzem.

A morte no Brasil, e em países de referência para o mesmo, antes do século XIX, era uma ferramenta educadora do ritual católico, manifestando em todo praticante a preocupação com uma boa morte, visto que se preocupava com zelo pela chegada dela. Estas condições, faziam com que o cristão preferisse que suas inumações fossem perto ou até mesmo dentro das igrejas, pois tinham a crença de que quanto mais próximo do solo sagrado maior seria a proteção divina da alma.

A igreja católica ao longo dos tempos não poupou esforços para a instituição de uma pedagogia do medo em torno da morte, do julgamento divino e da possibilidade de

condenação transitória ou eterna como elementos de pressão sobre a consciência e o comportamento dos fiéis. (RODRIGUES, 2005, p.47<sup>1</sup>, apud BRUNO, 2011, p.114)

Desde os primórdios, o homem necessita de um espaço para depositar os corpos. Dos dolmens, túmulos artificiais produzidos pelo homem no período neolítico, até o processo de sepultamento cristão em espaços destinados exclusivamente para esse processo, com a presença da capela, há uma ligação com o divino, que interfere fortemente desde os rituais fúnebres, passando pelos ornamentos nos túmulos e espacialidade, até as alterações que o entorno urbano sofre com tais tradições. Isto é possível porque as relações religiosas implicadas no espaço, fomentaram as características espaciais do território, assim como esse território possibilitou tais práticas.

Se tratando do contexto belenense das relações do espaço com os rituais religiosos mortuários do século XIX, após uma forte epidemia, a localização do cemitério Nossa Senhora da Soledade, terceira tentativa de construção de um espaço destinado unicamente para o enterramento, se mantinha afastado do núcleo urbano, priorizando os conceitos de modernidade e higienização impregnados em uma sociedade que necessitou se adaptar as novas práticas e a laicização de um território anteriormente regidos pelas igrejas. Essas novas práticas e posturas, só foram possíveis de se estabelecerem na sociedade belenense graças ao processo civilizador herdado da nova forma de idealizar as cidades oitocentistas na Europa, e conseqüentemente uma nova forma de ver a morte e os cemitérios diante da sociedade e cidade.

Em Belém, a apropriação do espaço cemiterial não ocorreu de maneira espontânea, e com isto imposições legais do governo provinciano foram necessárias para dar início nos enterramentos no cemitério de Nossa Senhora da Soledade, visto que a nova concepção do morrer e enterrar com viés racional significava um rompimento das crenças religiosas que cercavam os vivos e os mortos cristãos até o século XVIII. Após absorção desse novo costume no decorrer de meados do século XIX e início do XX, o cemitério se tornou um lugar elitizado e hierarquizado, principalmente nos períodos de epidemias, cujo os custos fúnebres eram altos para grande parte da população da capital.

O problema das epidemias volta a clamar novos espaços de sepultamento, e quase no fim do século, inaugura-se o cemitério de Santa Izabel, que continua a se localizar distante do centro urbano, mantendo os ideais de modernidade preconizados globalmente no início do século em estudo. As compreensões sobre esses processos só foram possíveis de se apreciar,

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do Além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

através da aplicação de duas ferramentas, a História Urbana e a Cartografia, sendo que a primeira, passando por todo o entendimento da historiografia da disciplina, nos possibilita enxergar como os processos sociais, que os cemitérios influenciaram e são influenciados, são recebidos e respondidos pela cidade, e a Cartografia, que irá tratar de ilustrar graficamente essas alterações, sendo embasadas em documentos da época, fortalecendo didaticamente os caminhos pelos quais esses processos foram se consolidando até se encontrarem analisados da forma em que este trabalho será apresentado.

Diante da realidade histórica dos cemitérios no século XIX, o medo do desconhecido que a morte permeia, vai gerar mudanças de costumes e espaciais na cidade. Essa dinâmica que fundamentará a “morte-tabu”, a qual as sociedades vivem até os dias atuais, expulsando a possibilidade da morte de suas vidas e os cemitérios como ferramentas espaciais, para áreas suburbanas, irá promover um processo territorial humanista designado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010) de “Desterritorialização” e “Re-territorialização”, que também será verificado nas relações espaciais da cidade e cemitério na Belém de 1800.

A presente dissertação estuda as transformações espaciais dos espaços fúnebres na cidade de Belém do século XIX, e sua relação com o entorno urbano, e tem como contribuição acadêmica no âmbito da arquitetura e urbanismo, analisar as relações dos equipamentos urbanos, no caso os cemitérios, com alterações produzidas na história urbana, que repercute até os dias atuais e estratificam a cidade aos seus moldes. Além disso, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar as transformações espaciais dos espaços fúnebres na cidade de Belém no século XIX (Cemitério de Nossa Senhora da Soledade e Cemitério de Santa Izabel), no aspecto da sua relação com o entorno urbano e a expansão territorial da cidade durante o recorte temporal em estudo, fundamentado nos conceitos racionais oitocentistas e ilustrado graficamente através de um mapa temático urbano. O restante de sua produção também compreende alavancar quatro objetivos específicos, sendo eles: analisar o processo de evolução urbana de Belém até o século XIX, para fundamentar a elaboração dos Mapas Temáticos; identificar os processos urbanos da cidade, baseado na ferramenta da História Urbana; identificar as representações espaciais existentes na organização dos cemitérios no Brasil, durante os séculos XVIII e XIX; e investigar a aplicação dos conceitos racionais oitocentistas nas transformações urbanas, tendo como foco os Cemitérios.

Este trabalho foi produzido levando em consideração os seus procedimentos metodológicos, e através das seguintes perguntas: Houve transformações no interior dos

cemitérios de Belém e possíveis ampliações que produziram modificações em seus entornos? Há relação da localização dos Cemitérios na cidade do Século XIX, em função dos conceitos derivados do pensamento racionalista? Diante das leituras consultadas e a análise realizada, busca-se neste trabalho a resposta para essas perguntas.

A arquitetura é debatida e explorada densamente quando as representações da vida estão em foco, diferentemente da arquitetura fúnebre belenense, visto que as novas representações arquitetônicas, encobrem e ocultam as representações do período em estudo, em decorrência dos medos que a morte provoca na população, sendo uma consequência de contexto histórico, ocasionando no esquecimento e desdém dessa arquitetura. Entretanto, de acordo com Colin (2000), todo edifício e elemento arquitetônico, significa alguma coisa para a sociedade, visto que sempre haverá essa relação entre os objetos e seus significados, em decorrência dos relatos de fatos da mente profunda, por isto a arquitetura da morte e pós-morte é relevante assim como a arquitetura que vivemos no dia-a-dia.

Abranger o tema dos cemitérios traz uma correlação com o estudo antropológico, pois se trata do reflexo dos anseios humanos que interferem nas opções de morte de cada um, mas mais que isso, é totalmente voltado para a arquitetura, visto que esses reflexos humanos são representados no espaço que esta disciplina estuda. Tratar do contexto em que os cemitérios foram implantados e modulados, é tratar de crenças e ideologias humanas que são transferidas para a arquitetura.

## ESCOLHA E DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Durante os 4 anos de estudos referentes as abordagens dos Cemitérios com a Arquitetura, a primeira aproximação com tema em estudo ocorreu através de uma visita guiada pela pesquisadora Paula Andréia Caluff Rodrigues ao Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em 2014, por meio de uma atividade realizada pela FENEA- Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Após o descobrimento deste espaço e as conexões com a Arquitetura que poderiam ser analisadas, ingressei nos estudos referentes aos cemitérios e como eles representam as crenças e o próprio homem perante o seu futuro mais longínquo e irremediável, a morte.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará –UFPA, e tendo em mente as diversas abordagens interdisciplinares que o objeto de estudo pode nos proporcionar, delimitamos a pesquisa na relação desses espaços cemiteriais do século XIX, com a história do desenvolvimento da cidade de Belém.

Através da produção de Mapas Temáticos, em que será abordado graficamente essa relação dos Cemitérios Oitocentistas e a cidade, buscou-se integrar a atual Dissertação à pesquisa que está em andamento, intitulada de “*Estudo de processos de modernização em Belém como subsídio para a história urbana (1886-1961)*”, realizada no Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica - LAHCA e coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celma Chaves, que visa posteriormente a produção de um atlas histórico de Belém.

Assim como na Europa, em especial em Paris, Belém experimentou transformações de mentalidades que resultaram em expressões de modernidade em seu espaço urbano. Observa-se, no caso dos cemitérios, uma transferência de modelos que, promovidas no século XIX na Europa, foram implantadas de forma lenta em Belém, sendo seu período mais expoente o final do século XIX e início do século XX na intendência de Antônio Lemos. Entretanto, no início do século XIX Belém já experimenta pequenas alterações de reorganização urbana implementada através dos objetos desse estudo, os Cemitérios.

Por meio das práticas higienistas, defendidas e sendo o viés prioritário para se obter uma cidade moderna, há a preocupação com os enterramentos nas igrejas, e o contato direto desses corpos em decomposição com o restante dos grupos vivos da cidade, ainda mais que grande parte dessas mortes era derivada de epidemias. Depois de diversos debates referentes à

transferência destes enterramentos, que marcaram esse período inicial do século XIX, impõe-se a prática de enterramento no Cemitério Municipal de Nossa Senhora da Soledade em 1850, que se torna então o primeiro Cemitério de Belém a possuir efetivamente a prática do sepultamento.

Anos mais tarde, mais uma epidemia assombra a cidade de Belém, a varíola, e através do crescimento urbano derivado do início do processo de “boom econômico”<sup>2</sup> da borracha, há a necessidade da implantação de mais um Cemitério Municipal em 1878, o Cemitério de Santa Izabel, que se encontra em uma área ainda pouco habitada.

O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, está situado no bairro de Batista Campos, e desde o seu fechamento para enterramentos em 1880, só abre seus portões nas segundas, para visitação e devoção aos mortos. Tombado em 1964, pelo Instituto do Patrim nio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, possui uma área de 22.500 m<sup>2</sup> e uma infinidade de mausoléus característicos dos padrões est ticos oitocentistas (Figura 1).

Figura 1- Localização e mausoléu do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade.

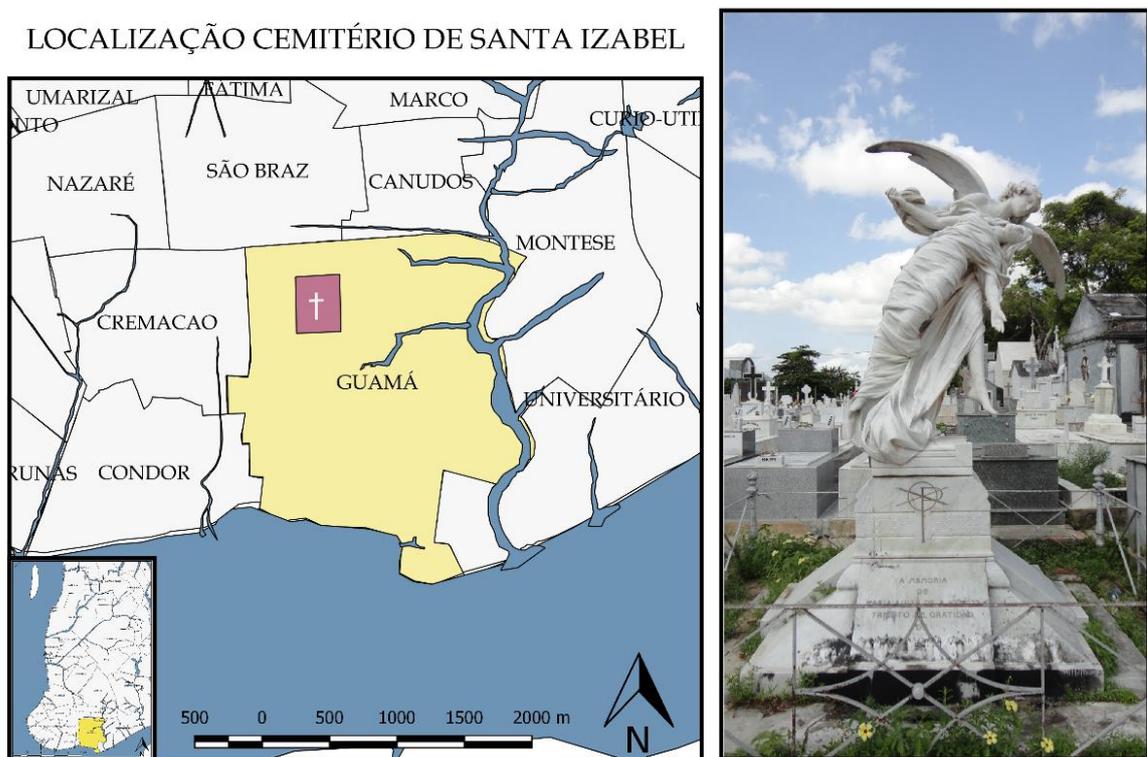


Fonte: Amanda Botelho, 2018.

<sup>2</sup> Termo em Inglês para designar “crescimento econômico”, que pode ser definido como sendo o aumento sustentado de uma unidade econ mica durante um ou vários períodos longos.

O Cemitério de Santa Izabel, na época de sua implantação, situava-se em uma zona ainda não urbanizada, e através de processos que serão tratados posteriormente neste trabalho, o cemitério irá se situar atualmente no bairro periférico do Guamá. Em pleno funcionamento nos dias atuais, o Santa Izabel, sofre com questões de superlotação, que já foram sentidas desde o início do século XX, mas que hoje em função da ocupação do seu entorno, impossibilita a ampliação do lote do mesmo, ficando restrito somente à norma de exumação dos corpos, para obter uma rotatividade de enterramentos. O espaço possui uma diversidade de tipologias de mausoléus, visto que alguns, construídos ainda no século XIX possuem características estéticas e tipológicas diferentes das construções mais recentes (Figura 2).

Figura 2- Localização e exemplar de um túmulo do Cemitério de Santa Izabel.



Fonte: Amanda Botelho, 2018.

Nessa trajetória histórica dos Cemitérios em Belém, há a implantação de outros cemitérios no século XIX, sendo eles: o Cemitério Inglês em 1815, o 1º Cemitério Judeu em 1842, o 2º Cemitério Judeu em 1881, e o Cemitério da Ordem Terceira em 1885. Entretanto a presente pesquisa enfoca nos Cemitérios da Soledade e Santa Izabel, por se tratarem dos fundadores e mais expoentes locais públicos de enterramento dos dois núcleos de espaços cemiteriais da cidade Belém do século XIX, o de Batista Campos e do Guamá.

## JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O conhecimento sobre a representação arquitetônica dos rituais de passagem da vida para a morte nos Cemitérios em Belém é limitado, em decorrência de tabus e receios sociais sobre o tema, nascidos com as movimentações racionalistas do século XIX, além do descaso e falta de conhecimento de sua relação com a História Urbana.

Um conhecimento abrangente sobre a arquitetura fúnebre no âmbito acadêmico e profissional da arquitetura e urbanismo, todavia é escasso, principalmente quando a análise desses espaços se faz na relação das dinâmicas urbanas e nos processos de aceitação ou não da morte na sociedade, além de mostrar uma lacuna na interpretação da História Urbana com os sistemas culturais vigentes. Quanto ao campo da arquitetura referente às representações e materializações de modos de vida e costumes de uma sociedade, o conhecimento é transmitido, porém, se relaciona a uma interdisciplinaridade em que as bases conceituais são de áreas complementares, como antropologia, psicologia e etc. Diante disto, nota-se a importância de entender as representações fúnebres arquitetônicas que resultam em alterações no entorno urbano, em consequência de anseios humanos e, em uma visão mais ampla, promover a compreensão de que a arquitetura e o processo urbano seguem de acordo com as aspirações e vontades humanas.

O trabalho busca complementar a produção acadêmica sobre um tema de rara investigação, auxiliando em trabalhos futuros sobre a relação do homem, espaço e morte, com a simbologia e fatores que intervêm no desenvolvimento espacial urbano e privado, visto que acredita na importância do conhecimento acerca de espaços que contam a história da cidade e sua identidade arquitetônica. Além disso, esta pesquisa procura produzir uma análise das transformações espaciais dos lugares de enterramento de Belém do século XIX, que permita maior compreensão das alterações humanas na arquitetura e na cidade, assim como as transformações urbanas em Belém, em função de ideologias culturais e religiosas que marcaram determinados períodos.

### ***Problema da Pesquisa***

A despeito de sua importância social e cultural, ainda existem lacunas no conhecimento das representações fúnebres de caráter espacial que retratam a história e hábitos da população do século XIX em Belém. Estas dificultam a compreensão de como fatores humanos se impõem no espaço arquitetônico fúnebre, além da percepção de um passado arquitetônico e urbano oitocentista com características de padrão racional para espaços públicos, o qual incentiva o

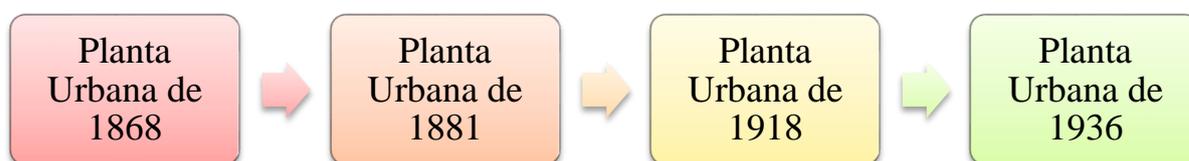
conceito de “morte tabu” que vivenciamos até os dias atuais. Essa “morte tabu” é definida pela rejeição social de aproximação da morte, visto que os avanços da medicina nos oitocentos retardam essa passagem e automaticamente retiram a morte do processo “natural” e diário da vida da sociedade religiosa do século XIX.

As incompatibilidades de dados bibliográficos e documentais, e a deficiência da produção científica de marcos teóricos e conceituais sobre a morte na vertente arquitetônica, que culminam em uma ausência de referências de literatura, reforçam a necessidade de um estudo mais amplo dos fatores sociais que cercam as práticas fúnebres, e principalmente dos Cemitérios como norteadores das características da História Urbana em que os núcleos dos cemitérios do século XIX em Belém estão situados.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram elaborados visando o recorte temporal do século XIX através da compreensão do desenvolvimento da espacialidade dos cemitérios, tendo como foco em Belém os cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel e sua relação com o entorno urbano, levando em consideração que estes espaços sofrem interferências dos hábitos da população da época. A periodização do trabalho demarca dois momentos, a inauguração do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em 1850 e a inauguração do Cemitério de Santa Izabel em 1878, e as possíveis alterações no entorno que estes espaços continuam ocasionando em anos posteriores aos citados a cima, e é instrumentalizado através da Cartografia de diversos períodos de Belém, como será demonstrado nos itens de análise do quarto capítulo (Figura 3).

Figura 3- Esquema de linha do tempo representando o período em estudo.



Fonte: Amanda Botelho, 2018.

A metodologia que foi proposta para a dissertação é produto de duas abordagens em âmbito teórico e de análise morfológica das plantas urbanas do período em estudo, analisando as alterações causadas no entorno urbano e no processo de ocupação territorial da cidade, em função da localização dos Cemitérios. Essas abordagens foram delimitadas por marcos teóricos-conceituais, sistematizados no quadro abaixo, que compreendem os focos do trabalho.

### QUADRO TEÓRICO- CONCEITUAL

<b><i>DIMENSÕES</i></b>	<b>AUTORES</b>	<b>MARCO TEÓRICO- CONCEITUAL</b>
<i>Relação Cidade e Cemitérios</i>	Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010)	Desterritorialização; re-territorialização; território visível.
<i>História Urbana</i>	Almandoz (2004)	Cidade e os processos de urbanização.
<i>Cartografia</i>	Harley (2005)	Ciência não neutral.
<i>Conceitos Oitocentistas</i>	Gorelik (1999)	Modernidade e Modernização.

Murilha (2011)	Higienismo e Teoria Miasmática.
Garcia (2006)	Secularização e Ruptura teórica entre Igreja e Estado.
Leite (2011)	Laicização e Espaço laico.

O método de pesquisa utilizado será da Estratégia Combinada, que é composta pela pesquisa Histórico-Interpretativa e pesquisa Qualitativa, conceituadas por Wang e Groat (2002), como verifica-se no quadro abaixo:

ESTRATÉGIA TÁTICA			
<i>COLETA DE DADOS</i>	<b>TÉCNICA DE ABORDAGEM</b>	<b>FERRAMENTAS</b>	<b>FONTES</b>
<i>Histórico- Interpretativa</i> (WANG; GROAT, 2002)	Pesquisa Bibliográfica	Livros	Secundárias
		Teses e Dissertações	Secundárias
<i>Qualitativa</i>	Pesquisa Documental	Artigos de Periódicos	Primárias
		Científicos e eventos	
		Plantas Urbanas	Documentos de primeira mão (GIL, 2008)
		Fotografias da época	Documentos de primeira mão (GIL, 2008)
		Relatórios Municipais da época	Documentos de segunda mão (GIL, 2008)
Estudo de Campo (GIL,2008)	Observação in loco da disposição do espaço cemiterial		
Estudos e análise do material coletado	Marco Teórico conceitual		

A primeira etapa da pesquisa corresponde ao aporte teórico-conceitual que embasou as análises pertinentes ao objeto de estudo em questão. Sendo divididas em duas fases, a pesquisa se deteve no primeiro momento à revisão de literatura existente sobre o tema dos cemitérios, a fim de construir um sistema conceitual-explanatório sobre os Cemitérios e sua relação com a cidade de Belém, no século XIX. A coleta de dados, foi feita através de pesquisa bibliográfica

junto com a revisão de literatura, em base documental primária e secundária. Conta-se também com a pesquisa documental através do material de plantas urbanas, fotos, relatórios e jornais da época, que auxiliaram na compreensão das transformações do núcleo urbano, sendo tratadas segundo Gil (2008), como documentos de primeira mão, aqueles que ainda não passaram por um processo de análise do autor, e documentos de segunda mão, os já analisados por seus autores.

A segunda fase se refere a pesquisa Histórico-Interpretativa, a qual foi possível analisar as literaturas utilizadas em prol do objeto de estudo desta pesquisa. A pesquisa Histórico-Interpretativa aborda fenômenos que estão em uma condição passada em relação ao pesquisador, com isso é necessário reunir evidências, avalia-las e construir uma narrativa a partir da análise integral desses fenômenos. “A pesquisa histórico-Interpretativo é a única estratégia que descreve como uma narrativa, explicando os eventos do passado “ (WANG; GROAT, 2002).

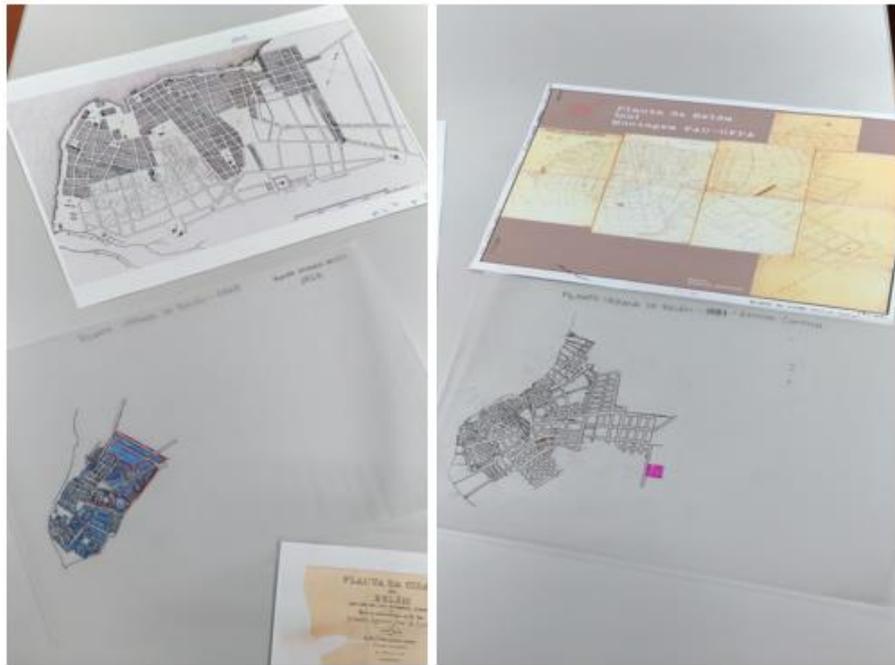
A pesquisa qualitativa que trata de fenômenos físicos e sociais complexos que sejam contemporâneos do pesquisador, como expõe Wang e Groat (2002), teve como finalidade o mapeamento de campo, produção de imagens e observações segundo os enfoques propostos pelo trabalho, possibilitando a análise do material já coletado e a produção qualitativa dos Marcos Teóricos-conceituais.

O debate realizado sobre o tema dos espaços de enterramento no âmbito arquitetônico no processo de Revisão de Literatura desta Dissertação, delimitaram os marcos teóricos-conceituais, que permitiram a produção de uma historiografia acerca do tema, auxiliando na identificação do objeto de pesquisa e do objetivo do trabalho, confirmando uma lacuna na pesquisa científica sobre os cemitérios belenenses do século XIX.

A sistematização dos dados ocorreu através de uma análise textual e cartográfica, sendo a segunda um instrumento gráfico autoexplicativo que demonstra como transcorreu a relação dos dois cemitérios em estudo com a cidade de Belém em meados do século XIX e início do XX. Para técnica de feitura da cartografia, foi utilizado o programa de georeferenciamento gratuito Qgis (Quantum GIS) na elaboração dos mapas finais, contando com a base inicial cartográfica elaborada pelo graduando de arquitetura George Lima. Entretanto para as análises iniciais e mapas prévios, o procedimento de feitura ocorreu manualmente através do redesenho à mão dos mapas dos anos de 1868, 1881, 1918 e 1936 (Figura 4), acessados através de arquivos digitais em diversos bancos de dados e levando sempre em consideração o contexto e as intenções de leitura em que os

mesmos foram produzidos. Essa análise inicial dos mapas ocorreu através da sobreposição do mapa redesenhado em um papel vegetal sobre o mapa de recorte temporal anterior ao sobreposto, onde foi possível verificar as alterações do entorno daquele lote, assim como a expansão da cidade em virtude dos lotes cemiteriais (Figura 5). Após essas primeiras análises, já potencialmente conclusivas, foram transferidos os marcadores gráficos para a base existente no referido programa, visando uma ilustração fácil e clara das abordagens pretendidas neste trabalho.

Figura 4- Processo de redesenho das Plantas Urbanas de Belém.



Fonte: Amanda Botelho, 2018.

Figura 5- Análise prévia em desenho manual com três plantas redesenhadas.



Fonte: Amanda Botelho, 2018.

Existe uma considerável bibliografia sobre a temática da morte quando o objetivo é destrinchá-lo como um acontecimento que todos iremos passar e os possíveis processos que ocorrerão neste momento. Além disso, a análise das representações humanas nesses espaços em função do modo de vida em um determinado período histórico, possui um considerável grupo de estudiosos que dão embasamento para compreender o costume do homem ser materializado através dos símbolos. Esta bibliografia abrange todas as áreas do saber. Entretanto, quando este tema se refere a uma articulação com a arquitetura e principalmente com a cidade, na qual o presente trabalho se inclui, o campo do conhecimento ainda está em desenvolvimento, com selecionados autores que abordam essa questão. Isto foi um empecilho em todo o processo de execução deste trabalho, sendo necessário, muitas vezes, recorrer a outras abordagens que utilizavam conceitos gerais e afins, para se conquistar um enfoque mais aproximado com o tema.

Na abordagem da relação que o espaço fúnebre tem com o espaço urbano, no âmbito história da arquitetura e urbana, foram consultadas obras desenvolvidas principalmente no campo da arquitetura, história e geografia, fortalecendo a ideia defendida pela História Urbana da Interdisciplinaridade que esta disciplina consegue englobar.

## ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo desta dissertação, buscou-se delimitar os fundamentos primordiais para o entendimento dos contextos que envolvem os Cemitérios, desde a relação da religião com o espaço, até os processos históricos dos sepultamentos, visto que os Cemitérios são complementados por diversos componentes sociais que estão intrínsecos na religião e na morte. No item 1.1 a abordagem se faz por meio do entendimento de como a religião, como um processo social, influencia nas dominações de um espaço, o que nos permite seguir para a compreensão do segundo item, o 1.2, que tem por objetivo esmiuçar a etimologia do termo Cemitério, que através de perspectivas sociais e os processos históricos e religiosos vividos pelas populações e seus mortos, foram definindo o termo referente à um campo santo destinado unicamente aos sepultamentos, que até hoje entendemos como Cemitério. No item 1.3, a pesquisa aborda a morte, visto que é o delimitador fundamental para a existência dos Cemitérios, e como se representa este anseio pós vida espacialmente nas questões subjetivas individuais e coletivas de uma sociedade em um espaço urbano. No item 1.4, como uma breve sistematização e conclusão da explanação sobre o espaço, a religião, a etimologia do termo Cemitério e a representação espacial da morte, irá explanar como transcorreu os processos de sepultamento desde a legitimação do cristianismo, incluindo as referências importadas de Portugal, e para finalizar retratando esses processos no Brasil.

No segundo capítulo, se propôs estudar as dinâmicas na esfera de Belém, por meio da contextualização do processo de expansão e ocupação territorial da cidade no item 2.1, desde a consolidação do Forte do Presépio até o momento de maior investimento econômico na cidade no fim do século XIX, o período da Borracha. Para completar este capítulo, optou-se por tratar no item 2.2, os contextos históricos pelos quais passaram a instalação dos Cemitérios na cidade de Belém, desde as formas coloniais, nas igrejas, até a consolidação dos lotes municipais para enterramentos, com a inauguração e efetivação desta prática com o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade em 1850. A proposta destes dois itens condensados neste capítulo, formulou-se em função da fundamentação necessária para entender os processos que os Cemitérios oitocentistas de Belém experimentaram em relação à cidade, que serão abordados nos itens de análise do quarto capítulo.

O terceiro capítulo se constitui como as ferramentas de análise para a compreensão dos procedimentos que os Cemitério oitocentistas sofreram em Belém. A primeira definida no item 3.1, se trata da História Urbana, que permite compreender que além da Historiografia que esta

disciplina solidificou no mundo, na América Latina e no Brasil, que a história de uma cidade é formada por diversos processos sociais, assim como podemos interpreta-la em Belém com relação aos Cemitérios. A segunda ferramenta e item 3.2, que é o item chave para a análise desta dissertação, tem como objetivo trazer as poucas referências existentes sobre as relações espaciais entre os Cemitérios e a Cidade, e servirá de base para a análise do território visível e invisível em Belém entre o início do século XIX e o ano de 1936. Por fim, a terceira ferramenta e item 3.3, que está ligada tanto a História Urbana quanto à análise deste trabalho, através da ferramenta gráfica da Cartografia, e irá abordar a consolidação desta cartografia diante de períodos históricos, a desconstrução da leitura do mapa, entendendo os interesses e poderes existentes que produzem e fomentam o mesmo, e a introdução à Cartografia Temática Urbana, que será a produção gráfica final desta dissertação.

O quarto e último capítulo se inicia com a delimitação dos conceitos oitocentistas que foram implantados no século XIX, trazendo uma abordagem com os cemitérios. O item 4.1 utiliza dos conceitos de diversos autores sobre Modernidade, Higienismo, Secularização e Laicização para aplicar brevemente as transformações observadas em Belém, e de forma mais enfática dos três últimos conceitos nos Cemitérios da Soledade e Santa Izabel, nos encaminhando desta maneira às análises 4.2 e 4.1. Estas análises fundamentadas graficamente por mapas, buscam explicar o processo de periferização<sup>3</sup> dos cemitérios em determinadas épocas, através da expansão territorial vivida por Belém e as alterações no entorno dos dois núcleos cemiteriais, que foram formuladas ou não por mudanças internas ou de manutenção do lote.

---

<sup>3</sup> Termo que define a condição que impede que classes mais baixas permaneçam em lugares mais valorizados, como os centros das cidades, os levando a morar nas regiões da periferia urbana, é aplicado neste tema, pois os cemitérios também sofrem e sofreram esses processos de exclusão do centro urbano.



# CAPÍTULO I

O CEMITÉRIO E OS PROCESSOS DE SEPULTAMENTO.

## **CAPÍTULO 1: O CEMITÉRIO E OS PROCESSOS DE SEPULTAMENTO**

Considerando uma atmosfera mais geral, muitas questões fazem parte do contexto da morte. O espaço, apesar de parecer um elemento inerte perante essas dinâmicas fúnebres, tem um papel principal, quando se constitui uma cidade, visto que é formulada pelos anseios e identidades de uma determinada sociedade e sua religião. Neste aspecto, o espaço brasileiro consolida a apropriação da religião em seu território através da religião católica, que no período de sua colonização vive o cotidiano e seu espaço regido em prol da glorificação de Deus, estruturando desta maneira as cidades em função das igrejas e de todas as atividades exercidas e ditadas por ela.

Esse cunho religioso que caracteriza as cidades não apresenta somente as Igrejas como elementos catequizadores, mas também o equipamento do Cemitério, que neste momento não é presente como um espaço segregado em relação a Igreja, mas já possui o conceito para descanso eterno, que perdura até os dias atuais. A ideia do espaço para descanso eterno, se formula antes mesmo da configuração de Cemitério secularizado em um lote da cidade no século XIX, como será visto no capítulo a seguir, haja vista que desde os primórdios do homem, sempre se necessitou do depósito dos corpos em um ambiente definido, seja ele individual ou coletivo, como caracterizado por exemplo no período Neolítico. A partir da cristandade que a noção de depósito de corpos, deixa de ser interligada à passagem dos ciclos da vida para um teor mais divino e sagrado, cujo há a necessidade da preservação e cuidado com o corpo em decomposição em função de uma crença maior e mais subjetiva de uma determinada população, a cristã.

Essa população representa nos Cemitérios seus principais medos, sonhos e concepções diante da morte, e essas representações serão responsáveis pelas mais diversas configurações que irão moldar os espaços de sepultamento em diversos períodos da história. A sociedade tem um papel importante na dominação do território que vive, e desta maneira delimita a localização, utilização e funcionamento dos espaços de sepultamento, levando em conta as principais ideias pensadas pelos mesmos naquele período, caracterizando desta forma todo o processo de criação dos cemitérios públicos nas cidades.

Diante disto, é importante compreender que enterrar um indivíduo em um espaço qualquer não caracteriza este espaço como cemitério, pois Cemitério é um termo referente aos sepultamentos coletivos, mesmo que o espaço não seja um lote exclusivamente destinado para esta função, como se consolidaram os cemitérios nas Igrejas, sendo lugares que exerciam outras

atividades religiosas, sociais e políticas, como será visto posteriormente na contextualização histórica dos sepultamentos.

Por fim, este capítulo visa tratar das abordagens mais gerais referentes as noções de morte, religião, espaço e Cemitério, para fundamentar outros processos que a cidade de Belém e seus cemitérios experimentaram, que tem justificativa nessas percepções coletivas e individuais vividas pelas populações e transferidas para a cidade.

## 1.1 O ESPAÇO E A RELIGIÃO

Partindo da Geografia religiosa, o território, elemento estudado por essa vertente humanista, e a religião são práticas sociais que conversam, visto que a religião, como fenômeno cultural, se transmite espacialmente nesse território.

A manifestação da religião no espaço possibilita a ideia do sagrado, e essa ideia foi intensificada no século XVI e XVII, com a expansão europeia, cujo os interesses de avanço espacial do cristianismo no mundo, tinham um objetivo bem específico, o da disseminação da fé cristã. Através do Iluminismo e posteriormente após 2ª Guerra Mundial, começa a se compreender como a religião influencia nas estruturas sociais e políticas de um espaço, assim como a natureza deste espaço age sobre a religião. Visando uma discussão que entenda o território como a cidade, e a religião como um fenômeno cultural vivido pelas sociedades, conseguimos compreender que assim como essas sociedades interferem em suas cidades, a cidade, como uma via de mão dupla, também interfere nas estruturas sociais desse grupo.

Considerando a influência formativa da religião sob o ambiente, há a modificação da paisagem urbana já que o impacto da religião não se basta nas questões fenomenológicas, e sim nas questões físicas e organizacionais desse território. Essas modificações da paisagem afetadas pela fé, geram o espaço sagrado (*sacratu* em latim, que significa aqueles que recebe a consagração) com representações sagradas, que são na realidade, representações coletivas, que exprimem realidades coletivas. O espaço sagrado é um espaço demarcado e diferenciado pelo simbolismo que possui.

A religião é uma questão cultural que sempre esteve presente na vida diária do ser humano, através de superstições e crenças, ela é uma ferramenta necessária, que tem como

objetivo justificar, esclarecer e explicar aquilo que o homem não compreende ou tem dificuldade de dominar.

O homem tem necessidade de orientação, da ordem, do cosmo e, sendo assim, é fácil compreender que o ser religioso deseja profundamente participar da realidade de existir num mundo sagrado. (ROSENDAHL, 1995, p.98)

No Brasil, a apropriação do território se deu através do catolicismo, já que as cidades foram colonizadas e fundadas como espaços sagrados, onde a principal atividade exercida era voltada para o culto e a glorificação de Deus. Na colonização do Brasil, e na vida da nova sociedade descoberta, foi imposto símbolos católicos, onde através dos missionários constituíram o território simbolicamente católico, iniciando a apropriação religiosa do espaço.

Apesar de na metade do século XIX haver a secularização da igreja e estado, a religiosidade persiste, e a religião não perde seu papel modelador nos processos sociais do território, já que segundo Bonjardim e Almeida (2012) a utilização de símbolos e representações em uma sociedade, são a identificação do território com um dado aglomerado cultural, e “a Igreja Católica se apropria desse espaço para que esse afastamento da identidade não aconteça, para que o espaço apropriado permaneça território religioso católico” (BONJARDIM;ALMEIDA, 2012).

Tendo em vista que para chamar um espaço de território é necessário identificar os símbolos formadores das representações sociais, para existir um espaço apropriado é preciso também que estes elementos e símbolos possibilitem tal apropriação. A distribuição de símbolos pela igreja, se torna uma maneira de integrar o espaço, perpetuando a identidade católica e cristã na identidade da sociedade.

## 1.2 ETIMOLOGIA DO CEMITÉRIO

Para Bittar (2008), o termo cemitério do grego *koiméterion*, significa repouso e lugar onde se dorme. Significado este, que traz como referência crenças religiosas relacionadas a vida e morte. Entretanto, os cemitérios também expressam atitudes sociais e urbanas, como padrões estéticos da época, condições sanitárias e níveis de riqueza.

Diante da etimologia da palavra Cemitério, o termo não é uma inovação, visto que desde antes da Antiguidade, o *koiméterion* e *cimiterium* (em latim) já designavam um espaço funerário para o Oriente e Ocidente. Entretanto, este termo era designo para uma tumba individual e não

uma necrópole comunitária. Tal atribuição segue sendo usado na Idade Média para retratar qualquer tipo de inumação<sup>4</sup>.

No século X, o Cemitério passa a ser uma denominação mais frequente e com um sentido mais específico, como expõe Lauwers (2015), sendo ele um espaço funerário coletivo consagrado solenemente pelo bispo. Essa apropriação demonstra que neste momento, assim como será abordado futuramente, que um espaço destinado ao conjunto de defuntos de uma determinada população, era pertence da Igreja, assim como só era sacralizado diante da consagração da mesma.

Os campos funerários, qualificados como cemitérios no século XI, advém da etimologia original em que associava *cimiterium* e *cinis*, que designa cinzas e rompia com o padrão lexicográfico<sup>5</sup>, cujo o cemitério era designado como o local onde jazem e dormem os mortos. Além disso, há proposição à *trício*, uma outra etimologia que propõem o “esfacelamento das carnes mortas” (LAUWERS, 2015, p. 150).

*Cimiteria*: diz-se *cimiterium* por *cinisterium* porque é lá que as cinzas dos mortos se consomem e são espalhadas; isso vêm de *tero* ou *sterno* e de *cinis*. Ou melhor, *cimiterium* vem de *timos*, que significa “doce”, e *sterion*, que significa “posição”, significando “doce posição das almas”. (LAUWERS, 2015, p. 152)

Durante o século XII, a palavra *cimiterium* entra no vocabulário relativo aos lugares funerários, e é tratado como sinônimo de *polyandrium*, sendo “ao contrário de todos os outros termos do léxico funerário, esses dois se remetiam a lugares de sepultura coletivos ” (LAUWERS, 2015, p.146). Quanto as termologias, Sepultura e Sepulcro, que estão relacionadas com as características desses espaços neste período, Lauwers (2015) afirma que é um lugar côncavo, cavado em um cemitério eclesiástico, onde repousa um corpo católico, e um lugar em que se coloca um corpo ou ossada, mesmo fora de um lote cemiterial, respectivamente.

Neste aspecto, desde o pertencimento deste termo nos livros pontificais, onde remetia ao “circuito ou átrio que circundava os lugares de culto e acolhia os corpos dos fiéis defuntos ” (LAUWERS, 2015, p. 146), o termo Cemitério até o século XIX, cujo cita a terra cemiterial (*terra cimiteriata*), adquiri gradativamente a concepção de espaço coletivo, se tornando um termo presente quando se trata de espaços fúnebres. É importante notar que o termo Cemitério,

---

<sup>4</sup> Ato de colocar um corpo falecido em uma sepultura.

<sup>5</sup> Derivado de Lexicógrafo, que se refere a técnica de redação e feitura de dicionários.

é dirigido para sepultamentos e enterramentos coletivos em um determinado lote ou espaço urbano.

Há outras terminologias de extrema importância nas relações dos espaços fúnebres. Que são o Sepultamento e o Enterramento, cujo em função dos processos históricos de vertente religiosa pelo qual os Cemitérios passaram, há uma pequena diferença entre os termos, sendo para um atribuído um valor religioso. Enterrar se detém ao enterramento de qualquer corpo, em qualquer lugar, e de qualquer forma, já sepultar se caracteriza como um enterramento sacramentado pela igreja<sup>6</sup>, e conseqüentemente por Cristo, para um corpo que irá “dormir” e acordar no reino dos céus.

O termo Cemitério, que abriga as cinzas dos ancestrais, tem uma outra variação em inglês. A palavra *cemetery* indica cemitério somente no século XIX, derivado do *rural cemetery*, que através das mudanças mundiais das tipologias dos cemitérios, saem do interior das igrejas remetendo a parques abertos. Inicialmente, este espaço era denominado de *churchyard* ou *graveyard*, fazendo referência ao ritual cristão anterior ao século XIX, de sepultamento eclesiásticos.

Sendo os Cemitérios lugares onde se repousa os “mortos de carne” (LAUWERS, 2015, p.149), o teor religioso acompanha todo o processo histórico de sua etimologia mesmo depois da saída dos cemitérios das igrejas no século XIX. Ou seja, nos cemitérios eclesiásticos, há uma matriz cristã que embasa toda uma sociedade, cujo o homem nasce sob proteção da igreja, se desenvolve, e morre sob sua consagração, para renascer para a vida eterna.

### 1.3 A SOCIEDADE E A MORTE: REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS NOS CEMITÉRIOS

O símbolo na arquitetura significa a habilidade das formas arquitetônicas em representar coisas diferentes do que de fato são, podendo ser analisado em dois pontos: aquilo que possui significado de algo específico, e aquilo que significa algo subjetivo para cada pessoa, como explica Colin (2000). Todo edifício, elemento arquitetônico e equipamento urbano, significa algo para a sociedade, visto que sempre há uma analogia entre os objetos e seus significados decorrentes dos fatos existentes na mente do ser humano, como reafirma Colin (2000).

---

<sup>6</sup> Os rituais religiosos fúnebres, que são sacramentados pela Igreja até os dias atuais.

Os espaços transformam-se em lugares quando permitem que a pessoa desenvolva afetividade em relação a esse local e isso só é possível através da experiência do espaço. Ou seja, quando ocorre a dotação de afeto pelo lugar, quando vão sendo construídos sentimentos de pertencimento e aparecem “ações de apropriação simbólica do espaço” (DUARTE, 2010), o indivíduo está moldando um lugar para si enquanto reconstrói sua própria identidade. Isso se evidencia na relação de proximidade das pessoas com os cemitérios.

Considerar o espaço dos cemitérios como artefato cultural, significa dizer que o mesmo pode ser compreendido como linguagem, como portador de significados e, principalmente, como a materialização da visão de mundo dos vivos, onde se impõe à esses espaços ritualísticas e características de cada grupo.

O sepultamento do corpo é visto como mais uma etapa social e não como um mero resíduo incidental. O funeral é visto como um reflexo da sociedade dos grupos vivos, servindo para a (re) construção mesmo que parcial, do mundo dos vivos dos grupos humanos passados. (SANTOS, 2011, p.24)

As dinâmicas comportamentais existentes no grupo social que os cemitérios detêm, nos permite refletir sobre o quanto a morte na sua forma de quem é telespectador da mesma, ou seja os vivos, interfere nos precedentes adotados para estabelecer uma arquitetura fúnebre.

Há uma relação intensa e indispensável da morte, e conseqüentemente dos cemitérios, com Deus. O fato de acreditar num Deus comum e único a todas as crenças, estratifica complexamente esse espaço, como Rossi<sup>7</sup> (1995, apud Duarte, 2010) explana, “qualquer atividade humana transforma o ambiente físico de forma intencional dentro de um esquema diretor de organização, possuindo significado e comunicação explícita”. Em virtude disto, o arqueólogo e historiador da sociedade paraibana de Arqueologia, Juvandi de Souza Santos defende que “ Os rituais fúnebres refletem a preocupação do ser humano, desde tempos imemoriais, com os seus e o que teriam ou não numa pós-morte. ” (SANTOS, 2011, p. 10), justificando assim o cemitério ainda ser a resposta ao medo do pós-morte e da falta de controle das pessoas com o que se mais teme. Assim como Santos (2011), Motta (2008) reafirma que a morte se torna uma relação de temor com a população, visto que retrata uma ruptura drástica no cotidiano, e refere que os mortos e as práticas mortuárias são o espelho dos vivos, tendo representações mentais pré-estabelecidas por uma cultura coletiva.

---

<sup>7</sup> ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Os cemitérios são no sentido antropológico, a expressão e representação cultural do entendimento do mundo dos vivos ao longo de diferentes épocas. “Os materiais líticos utilizados nas construções pode revelar não só a composição geológica do lugar, como também importantes aspectos históricos e culturais da sociedade que as construiu” (SHEYDDER; NASCIMENTO; SOARES, 2015).

Partindo da premissa que “ A arquitetura é produzida não apenas como construção identitárias, mas também em um processo dinâmico, os indivíduos se utilizam dela para reconstruir suas próprias lógicas e reinterpretar os fatos do mundo” (DUARTE, 2010, p. 3), os cemitérios, possuem diferentes dinâmicas, com atividades, atores sociais, contexto histórico, situação financeira, e anseios do próprio grupo urbano vivente naquele raio urbano, que interferem na estratificação física e social desses ambientes. As diferentes formas de sentir e viver a morte de cada indivíduo, e consequentemente de um grupo da sociedade, trazem graus de afetividade e identidade com os usos dos espaços fúnebres, espaços esses que sofrem reflexos subjetivos humanos diferenciados, representados materialmente na arquitetura e em uma possível identificação social com aquele espaço, acarretando na valorização ou abandono do mesmo. A visão do homem sobre as tipologias fúnebres existentes nos espaços de sepultamento, são consequências da afetividade que os mesmos possuem com aquele espaço, não necessariamente sendo que elementos decorativos e simbólicos mais suntuosos, decorados e aparentes representem uma morte mais sofrida do que os demais, opostos a esse padrão, mas que os mesmos representam somente a cultura, o status e a economia da sociedade da época em que os mesmos foram implantados.

Nogueira (2012), que utiliza os cemitérios como lugares de memória na representação da sociedade, caracteriza a forte carga de emoção e simbolismo presentes no uso desses espaços, além de afirmar que “ A disposição geográfica das necrópoles, que, em grande parte prioriza jazigos de famílias abastadas, relega espaços de mais difíceis acessos a famílias menos favorecidas” (NOGUEIRA, 2012, p. 85). Esta segunda afirmação é conceituada por Cymbalista (2002) como a representação de uma hierarquização como símbolo de segregação social, que foi produzida em função da administração provincial laica em uma sociedade segregada, e afirma que cada indivíduo tinha um lugar determinado dependendo do seu credo, raça e status na sociedade. Além disso, há questões de representações espaciais relativas as localidades desses cemitérios em relação a cidade, que eram uma maneira dos vivos evitarem que os mortos os perturbassem, e a necessidade de ter o túmulo próximo aos túmulos dos mártires, para se

atingir rapidamente o paraíso, foram análise produzidas por Silva Neto (2008), como ferramenta para entender a morte e as implicações para os vivos na Belém do século XIX.

Na memória entre passado e presente, entre os cemitérios e sociedade, explanado por Nogueira (2012), o homem não quer ser esquecido depois de morto e por isso constrói espaços determinados à sua perpetuação, ou seja, os túmulos são as ferramentas para a imortalidade. Partindo da premissa que toda memória é simbólica e os cemitérios são lugares de memória para um grupo específico, recuperar uma memória através de artefatos e lugares, asseguram a identidade de uma sociedade.

Os cemitérios oitocentistas, secularizados ou não, refletem as diferenças sociais pertinentes às cidades, como defende Almeida (2013), que a sepultura individual ou familiar traduz através de imagens, os sentimentos e desejos de memória, preservando a tradição. Refletem um período no qual há mudança no culto dos mortos “através da evocação da memória, construção de marcos e ao mesmo tempo revitalizam as distinções, na medida em que revelam ostentação e poder” (ALMEIDA, 2013, p. 154).

Cymbalista (2002) acredita que a afeição do ser humano com o falecido transmite a repugnância em aceitar o desaparecimento do conhecido, isto é designado como “morte-tabu”. Esta silencia a perda, pelo temor que provoca nos vivos, produzindo desta maneira a veneração dos mortos, e um apego aos restos mortais e aos locais em que os mesmos estão enterrados.

As representações simbólicas que são produzidas pelos e nos espaços fúnebres, identifica as características e identidade de uma sociedade referente a uma determinada época. Os cemitérios surgem das vivências e necessidades da sociedade, e buscam permitir a continuidade dos seus costumes e a interação entre os indivíduos.

#### 1.4 PROCESSOS DE SEPULTAMENTO A PARTIR DA LEGITIMIDADE DA RELIGIÃO CATÓLICA

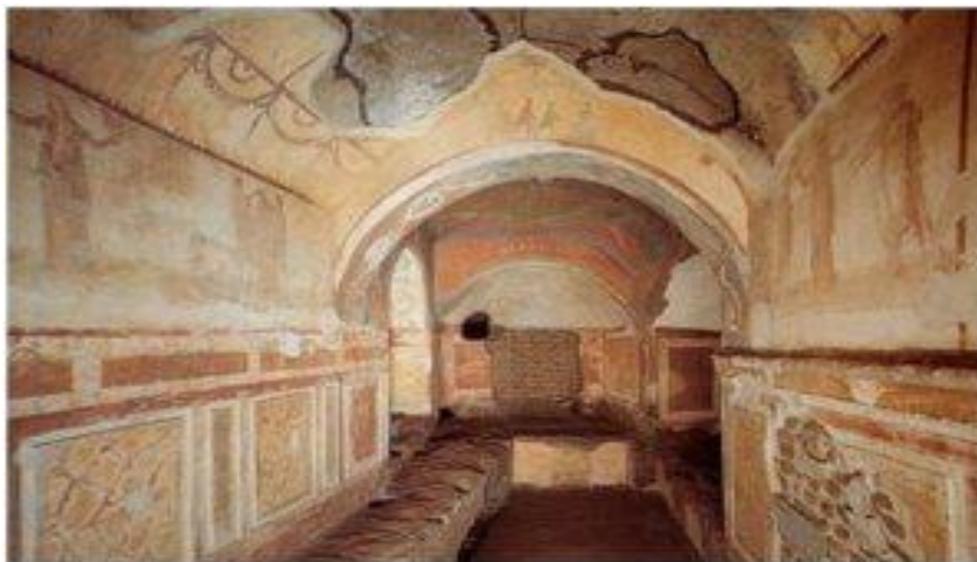
Durante o século IV, precisamente no ano de 303, era proibida a prática cristã. Os rituais de sepultamento realizados principalmente pelos mártires do cristianismo, eram em catacumbas<sup>8</sup>. Mais tarde, esses espaços se tornaram centros de peregrinação, fazendo com que

---

<sup>8</sup> Longas galerias labirínticas situadas no subterrâneo das estradas de Roma.

os seguidores cristãos almejassem serem sepultados próximo aos restos mortais dos mártires, visando a garantia no paraíso e da ressurreição do corpo (Figura 6).

Figura 6- Exemplar de Catacumba: Catacumba de Santa Priscila.



Fonte: Rocha e Bravo, 2014.

Com a legitimidade da religião católica, durante o ano de 313, através do Édito de Milão<sup>9</sup>, o clero passou a definir a vida dos fiéis, incluindo os costumes fúnebres dos mesmos. Neste momento, os sepultamentos passam a ocorrer no centro das cidades, no interior das basílicas, que eram moduladas especificamente para esta função, onde possuíam uma câmara retangular ou cruciforme, onde se localizavam as tumbas veneradas, e uma segunda câmara retangular de onde se tinha acesso ao exterior e ao altar. Com a religião católica já difundida por toda a Europa, os mortos são sepultados “no interior das igrejas, mosteiros e conventos, no solo, ou em túmulos de pedra, dependendo da situação social” (CARVALHO, 2012).

A chegada da Peste Negra na segunda metade do século XIV, provocou a morte de milhares de pessoas em pouco tempo, isso possibilitou o abarrotamento de corpos no interior das igrejas, fazendo necessário desta forma, enterrar os corpos no pátio da mesma, que com o crescimento das mortes efetivadas pela peste, ocasionou na criação dos cemitérios ao lado ou aos fundos delas.

Ainda na Idade Medieval (Séc. V á séc. XV), os mortos de classes sociais econômicas e políticas mais privilegiadas eram sepultados nas igrejas ou nas suas imediações, no solo ou em túmulos de pedra, ao contrário dos oriundos das classes menos privilegiadas, que eram

---

<sup>9</sup> Declaração de liberdade de culto proclamada pelo Imperador Constantino I.

sepultados em campos afastados das cidades, em valas comuns. Porém o sagrado nesses espaços de inumação privilegiados não foi atribuído de maneira automática, só ser tornavam sagrados após um rito realizado por um representante da instituição eclesial. Posteriormente, os espaços fúnebres que se localizavam nas laterais das igrejas (Figura 7), e sendo complementar a mesma, se tornam lugares de sociabilidade entre os vivos, onde ocorria desde permuta de mercadorias até construção de tabernas e residências.

Figura 7- Cemiterio Charnier dès Saints- Innocents.



Fonte: Cabaço, 2009.

Com o fim da Idade média, a Igreja condena qualquer prática exercida nos cemitérios que não fosse o ritual funerário. No final do século XV, as bases do poder europeu modificaram-se, e ainda que muito influente, a Igreja Católica volta a ser dominada pelo estado, principalmente em virtude das crises geradas pela Reforma Protestante.

Mesmo a Igreja Católica tendo proibido muitas das práticas sociais antes desenvolvidas dentro dos cemitérios, estes ainda continuaram sendo um local de intensa agitação até o século XIX, quando cuidados com higiene transportará os cemitérios para longe das cidades. (HIPÓLITO, 2011).

No séc. XVII se instala o estilo barroco. A medida em que as igrejas protestantes avançavam, e a ordem cristã romana perdia espaço para novas ideias e atitudes diante o sagrado, para não perder mais fieis, a Igreja necessitava renovar-se.

Com o crescimento populacional, condições insalubres, proliferação de doenças e as preocupações do estado com a saúde pública, no século XVIII, se inicia a proibição dos sepultamentos em templos, e opta-se pela descentralização dos enterramentos a partir da

Declaração do Rei Luís XVI em 1776, propondo novos locais específicos para a realização desta prática e desativando o cemitério medieval Saints-Innocents, já que “os médicos defendiam que a localização ideal dos cemitérios era fora das cidades, em terrenos arejados, longe de fontes de água e onde os ventos não soprassem em direção às cidades” (CARVALHO, 2012). Além disso, a crença na ressurreição exigia um espaço físico para a realização do ritual fúnebre católico.

Qualquer outro destino para o morto – como a cremação, por exemplo – era repudiado pela doutrina cristã, sob a alegação de que outras práticas anulavam a imagem que se tem do sono à espera do despertar. (HIPÓLITO, 2011)

A partir do século XIX, esses novos “objetos coletivos na geografia urbana” (SOUZA; RIBEIRO FILHO, 2016), agora denominados de Cemitérios, surgem com aspectos formais do que vemos atualmente, com muros e formato quadrado, como elucidado por Farguette-Vissière (2009). Os espaços de enterramento que anteriormente eram regidos por normas religiosas, passam a ter a “laicização do campo santo”<sup>10</sup>, quando o estado rompe com a igreja e passa administrar esse equipamento urbano, com base em ações científicas e médicas. Entretanto ainda havia no cemitério a presença de mausoléus, túmulos e uma pequena igreja, que seria responsável por manter o local santo (Figura 8).

Figura 8- Ilustração de um cemitério com a presença da capela e pináculo.



Fonte: Farguette-Vissière, 2009.

Os elementos ornamentais dos cemitérios, mausoléus e túmulos, a partir deste momento, serão direcionados pelos estilos arquitetônicos, mantendo esse espaço em relação a distância da

---

<sup>10</sup>Abordagem defendida por Cabaço (2009) e explanada nos capítulos posteriores.

cidade, intacto (FERREIRA, 2009). Para Rocha e Bravo (2014), o Gótico, com a sua tendência a monumentalidade, vem interferir nos padrões estilísticos dos mausoléus, capelas funerárias e jazigos, dando amplitude aos mesmos, além de apresentarem uma sobrecarga de elementos decorativos. Já no renascimento deixa a funcionalidade de lado e torna os túmulos obras de arte dos artistas da época, sendo as esculturas, tratadas como ornamentos estilísticos importantes da arquitetura funerária do momento, decorando os jazigos de pessoas importantes da sociedade. No estilo barroco a arte retratava temas do cotidiano, mitológicos e religiosos, e os personagens eram retratados com movimentos mais dinâmicos e expressões dramáticas, de sofrimento ou gozo. O Neoclássico almejava-se uma forma e espaços mais sintéticos, rejeitando uma religiosidade exagerada, e a arquitetura dos túmulos e mausoléus eram inspiradas nos templos gregos e com motivos mitológicos (Figura 9). A arquitetura eclética reuniu os traços do Barroco, Arte Nouveau e vários outros estilos, também implantados nos túmulos e cemitérios.

Figura 9- Mausoléu neoclássico em Berlim.



Fonte: Rocha e Bravo, 2014.

Os cemitérios, a partir do séc. XX rompem com o tradicional mausoléu em mármore e granito, os substituindo por lajes sepulcrais em parques arborizados, visto que as sociedades passam a silenciar a morte por temor, sendo tratada como morte-tabu<sup>11</sup> e expulsando esses espaços cada vez mais do cotidiano das cidades. Além disso, são instalados longe dos centros

---

<sup>11</sup> CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2002. 210 p.

das cidades, em decorrência da preocupação com a higiene e desenvolvimento urbano do centro.

#### **1.4.1 Referências Lusófonas dos espaços de sepultamento: Cemitério dos Prazeres, Lisboa, Portugal**

A aspiração por independência do Brasil de Portugal no início do século XIX, e posteriormente a independência em 1822, não interferiu nas amarrações quanto as práticas culturais e religiosas das populações, que se mantinham enraizadas. Os processos fúnebres que modelaram socialmente o espaço urbano de Belém e Lisboa no século XIX, resultam no reflexo de novos modos de pensar, demonstrar e sentir a morte, na qual a memória da vida como valor histórico daquela família e população estratificavam as práticas fúnebres do século XIX.

Como expoente dessa nova configuração urbana em Lisboa, e surgido de uma ermida referente a Nossa Senhora dos Prazeres, o Cemitério dos Prazeres já era utilizado para enterramento desde 1590, quando no mesmo se enterrou os corpos dos que morreram da epidemia da pestífera. No século XVI, torna-se denominado como Nossa Senhora dos Prazeres por ser um espaço alto, arejado e distante dos insalubres centros urbanos, ocasionando assim na ida das famílias nobres para esse espaço urbano no século XVIII.

O lote doado pelo Duque de Palmela, servido como cemitério provisório até o ano de 1833 em função da epidemia de cólera, se torna permanente como um lote cemiterial, em 11 de junho de 1834, sendo destinado a parte ocidental da população de Lisboa. Através da legislação proposta por Rodrigo da Fonseca no ano seguinte, o mesmo reforça a utilização deste espaço para enterramento, visando a manutenção das leis de saúde públicas que regiam Portugal. Além disso, a administração desses espaços passa para a Câmara Municipal, tirando o poder da igreja sobre os mortos do país.

Desde de sua fundação o cemitério dos Prazeres passou por diversas ampliações e modificações, visando um padrão estipulado pelos cemitérios Franceses, onde esses espaços além de receberem os mortos, necessitavam de uma vertente artística e de firmação de personagens locais e famílias expoentes da nobreza.

Característico dos cemitérios oitocentistas, o Cemitério dos Prazeres é formado por espaços funcionais com circulações regulares e simétricas contornadas por túmulos familiares de grande escala, e individuais, e segundo Figueiredo (2006) tem base no ideal de civilização da época em espaços coletivos, e produzidos em mármore branco e variegado (Figura 10).

Figura 10-Jazigo da família de Palmela localizado no Cemitério dos Prazeres.



Fonte: André, 2006.

O cemitério dos Prazeres, de acordo com Vieira (2000), possuía uma divisão desigual em 3 áreas do lote, em que os monumentos eram organizados em “Belas artes” e “ grandes homens”, tendo predominante os estilos “ Alta antiguidade” e “ Antiguidade Clássica” nos jazigos de família. Além disso, possuía uma malha ortogonal que orienta seu desenho para o desenho da cidade.

Com o crescimento urbano de Lisboa, se inicia um processo de proximidade do cemitério com a urbe, regressando as antigas questões de salubridade da relação de vivos e mortos. Chega a ser proposto o abandono dos enterramentos no Cemitério dos Prazeres, para a construção de um novo cemitério fora dos limites de Lisboa, mas a proposta não foi realizada e em contramão o cemitério continua com novas ampliação visando contornar os crescentes enterramentos, além de remanejar antigos jazigos para essa reproposta espacial.

A compreensão acerca dos equipamentos urbanos, que são os cemitérios como modeladores da distribuição, direção e crescimento da cidade, como verificado em todos os cemitérios estudados, demonstram que as mudanças internas interferem na malha, na dinâmica e relação com a cidade. A interpretação da cidade como um organismo que se relaciona com as crenças da população, ideais de salubridade e status social, facilitam o entendimento dos processos sociais e espaciais que as cidades passam e passaram.

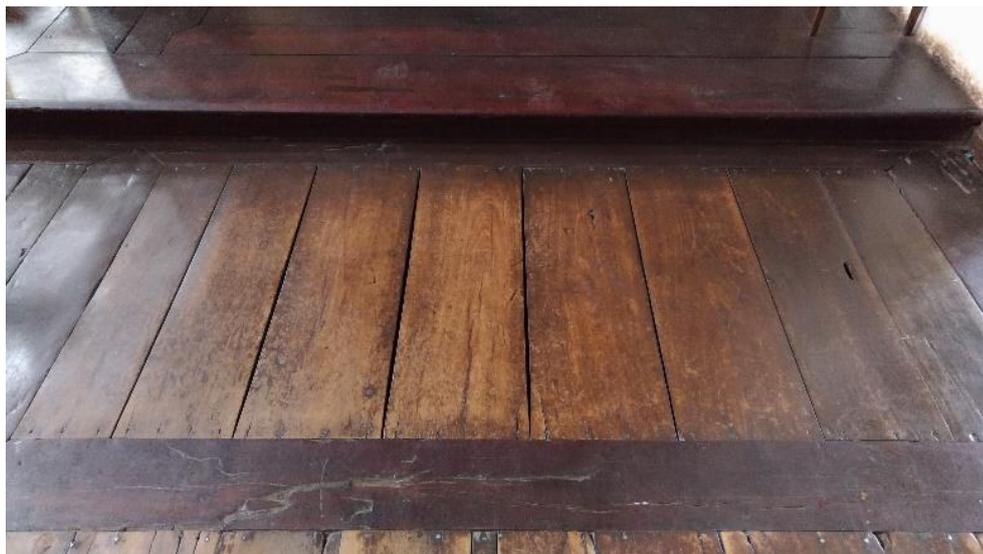
#### **1.4.2. Evolução dos espaços de enterramento no Brasil**

No Brasil, antes da chegada dos colonizadores e da inserção das práticas fúnebres europeias e cristãs, os indígenas apresentavam rituais fúnebres bem característicos de cada aldeia.

Através de escavações arqueológicas no Nordeste, Oliveira (2011) descobriu que as crianças eram sepultadas diferentemente dos adultos, assim como peças de enxovais podiam comprovar que o resto mortal encontrado se tratava de um guerreiro. Além disso, os indígenas praticavam diversos tipos de funeral, dependendo de cada aldeia. Foram encontrados túmulos, que apresentavam uma espécie de laje com pedra arenítica, covas forradas com fibras trançadas, corpos envolvidos em esteiras e inúmeros casos de corpos que foram cremados e posteriormente depositados nas covas.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, as regras de enterramento do homem europeu com padrões cristãos, começaram a ser seguidas. Os jesuítas que pregavam o cristianismo ensinaram a sua forma de enterrar e “os rituais necessários para a alma partir em paz, dentre eles os enterramentos santos, em solo sagrado, dentro das igrejas. ” (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.11) (Figura 11). Desta forma se constituíram as primeiras igrejas e cemitérios, e conseqüentemente as primeiras vilas de moradores.

Figura 11- Piso de madeira, onde eram colocados os corpos em decomposição no século XVIII - Sabará-MG.



Fonte: Amanda Botelho, 2017.

Com o desenvolvimento das províncias e vilas, as cidades brasileiras apresentavam uma paisagem carregada de igrejas e ao redor destas os cemitérios, visto que os enterros eram realizados em espaços sagrados, sendo os ricos no interior e os pobres ao redor. As igrejas eram divididas por classe social e etnia, e cada igreja era responsável pelo sepultamento do associado a ela. Na zona rural, os moradores e trabalhadores daquele lote rural eram enterrados às margens da capela, existente em quase toda fazenda.

No período imperial, os escravos eram enterrados em covas rasas, ocasionando com o passar do tempo, a exposição das ossadas ao ar livre, exalando fortes odores. No início do século XIX, uma Carta-régia proibia os enterramentos nas igrejas e ordenava a construção de cemitérios.

Em 1828 o Imperador decretava, através da lei de 28 de outubro, o fim dos sepultamentos religiosos, conferindo às câmaras o dever de zelar e fazer cumprir as normas. Apesar dessas leis não terem sido colocadas em prática, de forma efetiva, revelam a crescente preocupação do poder público na matéria concernente ao lugar dos mortos. (ALMEIDA, 2012, p.2)

Somente na segunda metade do século XIX, com as preocupações com a saúde pública, que os governos passaram a reorganizar o espaço urbano, separando os mortos dos vivos, através de cemitérios externos à cidade (Figura 12).

Figura 12-O retrato de um cortejo de negros no século XIX.



Fonte: Rodrigues, 1999.

Já no século XX, especificamente na década de 80, com as preocupações com as condições sanitárias que a decomposição dos corpos poderia trazer ao solo, os cemitérios modernos rompem com aquela imagem tradicional, trazendo paisagens livres, e sendo grandes parques verdes, com presenças de árvores e simples lajes inscritas distribuídas no terreno, ou cemitérios verticais que prezam pelo controle ambiental. Entretanto, as capelas, agora ecumênicas, migram junto com essas necrópoles, onde em cada cemitério, seja qual for a tipologia, terá sua capela situada no lote dos mesmos.



# CAPÍTULO 2

HISTÓRIA DOS CEMITÉRIOS NA BELÉM  
DO SÉCULO XIX.

## **CAPÍTULO 2: HISTÓRIA DOS CEMITÉRIOS NA BELÉM DO SÉCULO XIX**

Este capítulo tem como objetivo situar os processos urbanos que ocorreram no lugar onde se situa o objeto de estudo, visando uma maior apropriação das condições locais, para auxiliar na análise futura que é o objetivo geral deste trabalho. Além disso, contextualiza os principais fenômenos pelos quais os Cemitérios de Belém passaram e como se consolidaram.

Desde de sua fundação em 1616, Belém teve sua ocupação territorial delimitada por diversos fatores, sendo eles a natureza, a economia e os padrões estéticos urbanos que configurou a forma espacial que a cidade obteve durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Durante todo o processo de ocupação, ferramentas técnicas foram necessárias para potencializar o terreno de Belém para a habitação, visto que as áreas alagadiças, em especial o alagado do Pirí, e a floresta densa limitavam o sentido de crescimento das vias e conseqüentemente de ocupação na cidade. Essas ferramentas foram cada vez mais utilizadas, quando o fator econômico possibilitava tais investimentos, porém mesmo diante dessas possibilidades havia uma escolha em massa em prol de terrenos com cotas mais elevadas, que permitiriam menos gastos com aterramentos. Esse é caso do bairro do Guamá, que por apresentar uma cota inferior, teve sua ocupação postergada pela província, quando a mesma voltou seus planos em sentido norte do território de Belém. Já o bairro de Batista Campos, após o aterramento do alagado do Pirí, começa a ser habitado, e passa a ser dentro de poucos anos, graças ao grande investimento financeiro no fim do século XIX, um bairro central e bastante regular. Estes dois bairros citados, são os bairros onde os dois Cemitérios em estudo estão localizados.

Esses Cemitérios sofreram diversos embates para sua efetivação. O Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, necessitou de uma pressão mais intensiva do governo, para que as mudanças de costumes dos rituais fúnebres eclesiásticos do século XVIII, fossem recebidas pela população católica. Passados tais embates e através das Irmandades que tiveram papel principal na adaptação desses fiéis e manutenção do campo santo fora das igrejas, o Cemitério da Soledade se torna um novo espaço da cidade, destinado exclusivamente para o sepultamento e culto aos mortos.

Como o século XIX foi marcado pelas sequências de epidemias que devastaram diversas cidades, em Belém, assim como o Soledade com as epidemias de cólera e febre amarela, o Cemitério de Santa Izabel, foi inaugurado anos depois em função do crescimento populacional

e o aparecimento da epidemia de varíola, visto que o Soledade não possui a mais estrutura para o recebimento intensivo de mais corpos.

## 2.1. EXPANSÃO TERRITORIAL DE BELÉM ATÉ O SÉCULO XIX

Para compreendermos como sucedeu a ocupação territorial em Belém, é necessário prioritariamente discorrer sobre territorialização. Segundo Oliveira (1998<sup>12</sup>, apud Oliveira, 2011) a reorganização social define a noção de territorialização humanista, visto que o processo de territorialização está relacionado à “contextos Intersocietários de conflito” (OLIVEIRA, 2011).

O território se constitui como uma área natural que sofre um determinado poder de um indivíduo ou coletividade, e que projeta a ocupação e a transforma em função da imposição de domínio. Ou seja, “o território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinação” (OLIVEIRA, 2011, p.2), e o mesmo deixa de ser um espaço quando é dominado pelo homem, se tornando território.

Espaço e território não são termos equivalentes (...). É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. (RAFFESTIN, 1993<sup>13</sup>, apud OLIVEIRA, 2011).

Diante desta explanação de territorialização, a administração de um território, se fundamenta na divisão da população em unidades geográficas menores, em definir limites e demarcar fronteiras, como foi delimitado na ocupação e expansão urbana de Belém desde de seu nascimento até o século XIX.

Após as sagas marítimas em prol da colonização dos territórios do norte do Brasil, se inicia a ocupação do eixo inicial de civilização da cidade Belém, em 1616, com o complexo do Forte do Presépio. Com isso, si inicia também a demarcação das primeiras ruas da cidade, que irão delimitar o processo de expansão dos iniciais bairros de Belém (Figura 13).

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, João Pacheco. **Uma Antropologia dos “Índios Misturados”?** Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* 4(1): 47-77, 1998.

<sup>13</sup> RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Figura 13-Ilustração datada como a mais antiga representação da cidade de Belém do Grão-Pará, no século XVII (1640).



Fonte: Arruda, 2003.

A formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, processo importante da consolidação do território amazônico e onde estava inserida a cidade de Belém, está relacionada à expulsão dos holandeses, franceses e ingleses na ocupação do território brasileiro e a dificuldade de comunicação entre os governos do Maranhão e Pará com o governo geral da Bahia, em virtude das correntes marítimas contrárias na costa norte e a falta de caminhos terrestres alternativos (Figura 14).

Figura 14- A companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).



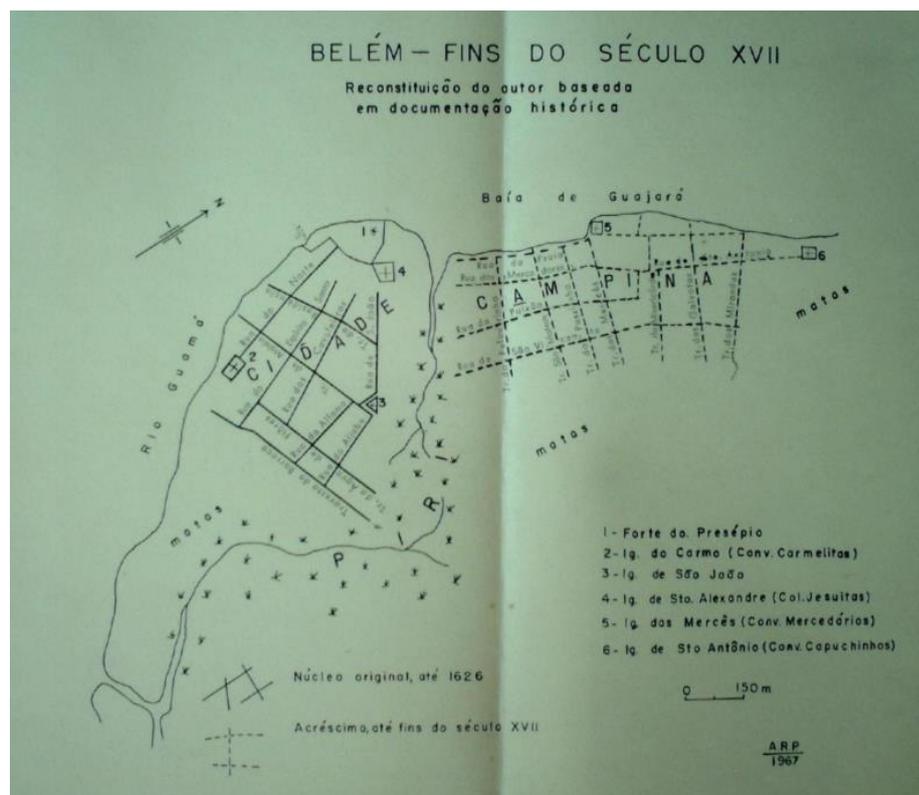
Fonte: Oliveira, 2011.

O Estado do Grão-Pará e Maranhão, reportavam-se direto a coroa Portuguesa, sendo assim, um estado com governo independente. Até que em 1772 ocorre o fim desta união, em virtude dos mesmos serem anexados ao território brasileiro conforme Decreto Régio de 20 de agosto.

A capital do Pará foi escolhida territorialmente, por ter benefícios físicos políticos-militares, em função da sua disposição com hidrografia de difícil acesso. A ocupação do território de Belém, sempre teve obstáculos naturais para o seu desenvolvimento pleno, onde o rio e a floresta surge como barreiras físicas para a aglomeração urbana.

Implantada à 10 km para dentro da terra, Belém no fim do século XVII, tinha seu território findado pelo lado meridional em direção ao sul da cidade até a rua da Barroca, denominação feita em função de que a mesma caía para o rio Guamá. A cidade neste período, já possuía 500 moradores, segundo Penteadó (1968), e dois núcleos urbanos separados pelo Piri que constituíam a cidade, que era onde se localizava o Forte do Presépio, e a “campina”, onde se consolidou em torno da rua dos Mercadores (Figura 15).

Figura 15-Planta Urbana Belém do fim do século XVII.



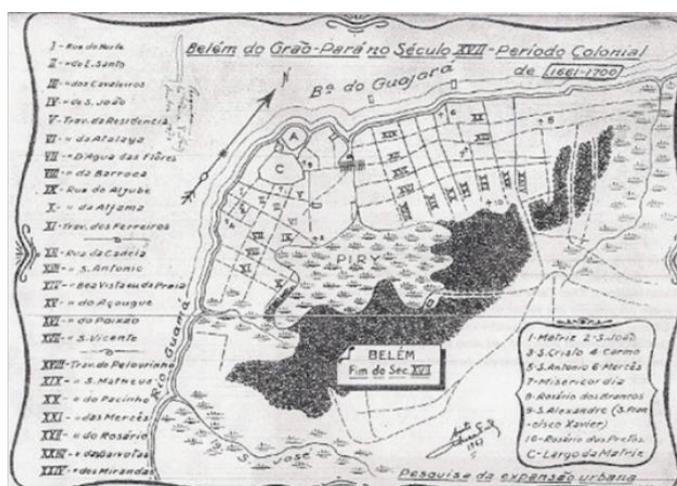
Fonte: Penteadó, 1968.

No século XVIII, mais precisamente no ano de 1788, Belém possuía 10.620 habitantes, e um pequeno avanço no território, através da construção da pequena ermida no sítio de Nazaré, onde se realizavam, através de um caminho de terra, romarias anuais. Esta expansão incentivou o surgimento de outras “rocinhas”<sup>14</sup> e muitas habitações isoladas dentro da mata, que eram acessadas através de pequenos caminhos que posteriormente se transformaram em estradas, no período posterior de desenvolvimento urbano de Belém.

A ocupação até meados do século XVIII, se dava nas margens dos rios, mantendo Belém uma cidade dendrítica. Somente a partir da metade do século XIX, que há uma interiorização da ocupação territorial, graças ao aterramento do alagado do Pirí em 1803 (Figura 16), que possibilitou a conexão entre os bairros da Cidade Velha, com 699 residências, e Campina, com 1.236 domicílios, consolidando desta maneira as áreas centrais, que tinham o papel de reestruturar a cidade e desenhar a imagem atrativa da mesma.

Ao examinar-se este processo de interiorização, quando naturalmente a cidade começou a receber os seus primeiros equipamentos urbanos, verifica-se que o deslocamento dessa frente de penetração encontrou quase sempre os mesmos obstáculos de sua fase pioneira, os acidentes hídricos. E a preferência pelos terrenos de cotas mais altas levou a uma tendência na ocupação: a de sempre que um incidente impedia a passagem, este era contornado em vez de saneado ou obstruído. Com isto, a malha urbana começava a apresentar um perfil irregular com grandes claros desocupados, correspondendo aos terrenos de cotas baixas (terras alagadas ou alagáveis). (TOURINHO; MEIRA FILHO e COUTO, 1976,<sup>15</sup> apud ARAÚJO JUNIOR; AZEVEDO, 2012)

Figura 16- Croqui do início do processo de ocupação da cidade de Belém, com a presença do alagado do Pirí como um dos primeiros obstáculos naturais à expansão urbana.



Fonte: Araújo Junior e Azevedo, 2012.

<sup>14</sup> Habitações de padrão rural localizadas em matas próximas ao núcleo urbano de Belém no século XVIII, subúrbios imediatos.

<sup>15</sup> TOURINHO, R.; MEIRA FILHO, A.; COUTO, C.A. **Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação**. 2ª Ed. rev. SUDAM, 1976.

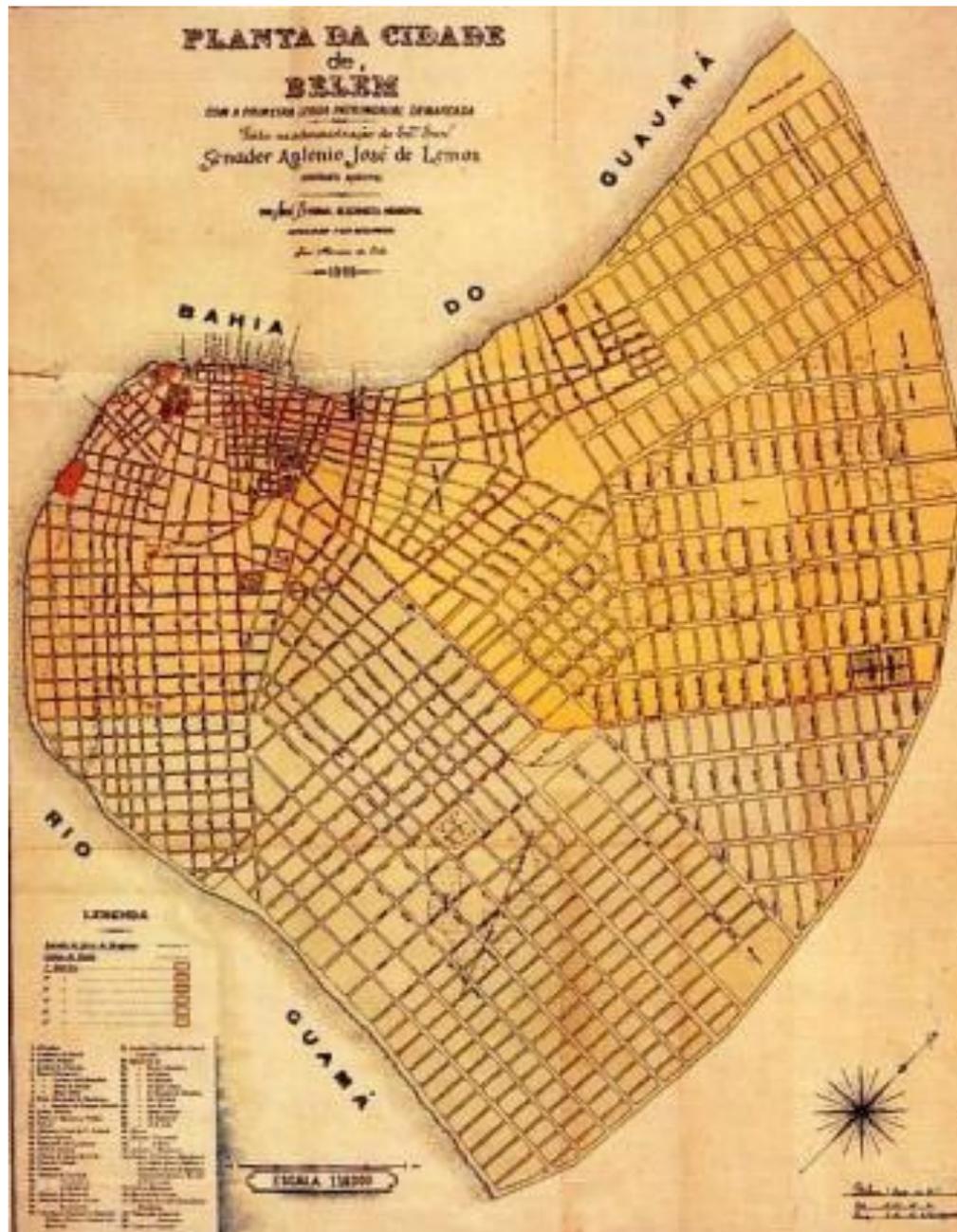
Até de meados do século XIX, com a população equivalente a 12.467 habitantes, havia 35 ruas em Belém, com diversas larguras, sendo alguns pequenos caminhos de raríssimo uso, quase sempre com a presença das rocinhas, consequência de uma expansão urbana reduzida na cidade, e outras já ladeadas por edifícios, como explana Penteado (1968). Neste período, a cidade de Belém tinha o contorno oriental demarcado na Estrada das Mangubeiras (Atual Almirante Tamandaré), com o limite no largo da Pólvora (atual Praça da República).

Em 1839, a cidade tinha ocupado um espaço maior do território, duplicando de extensão, onde além dos bairros da Cidade Velha e Campina, iniciou-se a consolidação e habitação dos bairros de Nazaré e Batista Campos. Através do Conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que deu início à abertura de caminhos para a integração das áreas do espaço urbanizado da cidade, inicia o processo de maior expansão territorial de Belém, em virtude do início do período de exportação da borracha.

A ocupação territorial de Belém transcorreu de acontecimentos “têmporo-espaciais” experimentados pelo espaço urbano como coloca Araújo Junior e Azevedo (2012), cujo o período que caracteriza o processo de expansão mais drástico da cidade, a “fase de continentalização” (ARAÚJO JUNIOR; AZEVEDO, 2012), foi o de 1850 a 1920, quando através do Boom econômico da borracha, da abertura dos portos regionais ao comércio internacional em 1850, da superação do problema do sistema de transportes e da escassez da mão de obra, intensificou as relações entre os núcleos de povoamento e revigorou econômica e demograficamente a cidade.

Na segunda metade do século XIX, no ano de 1899, a cidade de Belém se expandia para uma zona nova, no sentido norte do território, com um novo ideal urbanístico e de morfologia urbana característicos das tipologias transferidas da Europa. Além disso, para Penteado (1968), com a valorização do bairro comercial, há um processo de saída dos antigos bairros existentes, e a ocupação de novos, como Umarizal, Nazaré e Batista Campos, onde esta terra compensava economicamente a aquisição de grandes lotes. O sentido da nova ocupação de Belém é a atual Av. Almirante Barroso, onde planejada propunha ser um dos bairros mais bonitos e elegantes de Belém (Figura 17).

Figura 17- Planta Urbana de 1905 de José Sidrin, onde se ilustra as planificações propostas para a cidade.



Fonte: Lemos, 1905.

## 2.2. EVOLUÇÃO DOS ESPAÇOS DE ENTERRAMENTO NA CIDADE DE BELÉM

Seguindo os costumes europeus cristãos, os enterramentos em Belém eram realizados em basílicas e capelas, como a Igreja da Sé (Figura 18), Igreja das Mercês (Figura 19), e entre outras, ou em seus arredores. Porém, desde o fim do século XVIII, já havia a necessidade de um local para o enterramento dos mortos belenenses (ROCQUE, 2001).

Figura 18-Largo da Sé.



Fonte: Gonçalves, 2014.

Figura 19- Largo das Mercês.



Fonte: Gonçalves, 2014.

Em 14 de janeiro de 1801, o governador do Pará e Rio Branco, Francisco de Souza Coutinho, através da autorização de uma carta régia, se propôs a construir um ou mais cemitérios na capital. Esse novo costume imposto pelo governo, não teve adesão da população mais rica da sociedade, que continuaria a ser enterrada nos perímetros das igrejas. Somente os pobres, escravos, prisioneiros e excomungados passaram a ser sepultados em um trecho do Largo da Pólvora (atual Praça da República), entre as ruas São Vicente de Fora e Cruz das Almas (Figura 20). Tratando-se de um cemitério sem muros, o cemitério da Campina, estava sujeito a qualquer tipo de degradação, fazendo com que as simples cruzes cravadas no solo, fossem desaparecendo com o passar do tempo.

Figura 20- Trecho destinado ao sepultamento no Largo da Pólvora, antigo Cemitério da Campina.



Fonte: Google Earth, 2015 (Adaptada pela autora).

O quadrante entre a Rua São Vicente de Fora, Rua da Constituição (Av. Gentil Bittencourt), Rua da Vala (Av. Conselheiro Furtado) e a Travessa do Chafariz do Rei (Trav.

Doutor Moraes) (Figura 21), constituíram mais uma tentativa de lugar de sepultamento fora do perímetro urbano central. Designado de Cemitério Municipal, o espaço ainda tinha as condições precárias, que não auxiliaram na manutenção do cemitério e status diante da sociedade. Além disso, a câmara cogitou a construção de mais um cemitério municipal localizado na estrada de São José (Av. 16 de Novembro), próximo ao convento (atual Museu de São José liberto), porém o mesmo não chegou a ser construído (ROCQUE, 2001).

Figura 21- Área destinada ao 1º Cemitério Municipal da cidade, localizado no mesmo terreno do atual Cemitério da Soledade.



Fonte: Google Earth, 2015 (Adaptada pela autora).

Em 1850 uma embarcação vinda de Recife, trouxe a epidemia da febre amarela para a capital, contaminando mais 12 mil pessoas, quase um terço da população total. Diante disto, Rodrigues (2003) afirma que o governo optou pela muração do Cemitério Municipal e construção de uma capela, sob invocação de Nossa Senhora da Soledade, mirando na manutenção da visão popular de um local santificado através da implantação da mesma.

Era difícil estabelecer uma distinção entre cemitério e igreja. A construção de espaços de enterramento estava, por norma, condicionada à prévia existência de uma igreja ou capela. Era a forma aceita como prática sacralizadora conferindo dignidade e respeito ao cemitério. (ALMEIDA, 2012, p.3)

Em 08 de janeiro do mesmo ano, o Cemitério público de Nossa Senhora da Soledade foi inaugurado pelo presidente da província, Jerônimo Coelho. Para que o cemitério da

Soledade ficasse isolado da cidade, a câmara municipal efetuou a compra de mais seis braças de terreno no sentido norte.

Além da epidemia de febre amarela que assombrou a cidade de Belém, em meados do século XIX, a epidemia de cólera no ano de 1855, foi responsável pela morte de 1.035 belenenses, que tiveram seus corpos enterrados no Cemitério da Soledade. Além desses, imprecisamente tiveram enterramentos fora do espaço cemiterial, ocasionados tanto pela falta de braços para cumprir com o dever cristão, quanto pelo preço dos serviços de enterramento, que custavam três mil réis para as perpétuas em forma de mausoléu, quatro mil réis para as rasas ou temporárias, e dois mil réis para as valas em tempo de epidemia. Para Beltrão (2004) o fato da capital do Pará ainda possuir matas secundárias nos subúrbios e pântanos que cobriam grande parte da cidade, e como os espaços na capital eram pouco controlados, era possível que os “negociantes e comerciantes, proprietários das rocinhas, providenciassem os enterramentos nesses lugares” (SILVA NETO, 2008), o que evitava os gastos com os transportes e com o Cemitério da Soledade.

Situado no bairro central de Batista Campos, o cemitério Nossa Senhora da Soledade possui um formato quadrado, tendo entrada voltada para a atual Avenida Serzedelo Correia. A disposição espacial do Cemitério, inicialmente se estabeleceu em quatro quadras, com a implantação da capela no centro do lote. As quadras situadas, para a fachada frontal do lote, eram privilégios dos mais abastados, assim como a alameda principal e as proximidades da capela eram terrenos disputados pelos mesmos (Figura 22).

Figura 22- Alameda principal do cemitério da Soledade no ano de 1902, mostrando a imponência dos mausoléus.



Fonte: Belém, 1902.

Na necrópole, foram reservados os quatro ângulos do terreno, reforçando a parceria com o clero para a conformação do novo lugar de sepultamento de Belém diante da sociedade. Esses quadrantes foram vendidos para as Irmandades da Santa Casa, para a Ordem Terceira do Carmo, para a Ordem Terceira de São Francisco e a última para a Ordem Militar do Santo Cristo, sendo que as mesmas tinham a responsabilidade de murar suas quadras, que seriam destinadas ao enterramento de membros de cada irmandade (BRUNO,2011).

Apesar da existência de um novo espaço adequado para os sepultamentos, havia oposição por parte da burguesia, que não admitia essa nova prática de sepultamento. Tendo em vista essa problemática, Rocque (2001) expõem que Jerônimo Coelho estabeleceu multa de 40 mil réis e 30 dias de prisão aos infratores que insistissem enterrar seus entes fora do cemitério, através do Regulamento da Soledade de 25 de março de 1850.

O terreno do cemitério foi “... dividido em quartéis, destinados para os monumentos particulares, para catacumbas, para sepulturas de pessoas livres e para escravos” (CRUZ, 1952, p.104), mantendo ainda uma hierarquia e divisão entre ricos e pobres, entre senhores e escravos, entre cidadãos comuns e clero.

Anteriormente outros dois cemitérios já haviam sido construídos, localizados também no bairro da Batista Campos, na Av. Serzedelo Correia: o cemitério Protestante Inglês<sup>16</sup> (Figura 23) e o cemitério Israelita (Figura 24), que segundo Silva (2005) foram construídos em 1815 e 1842 respectivamente, e abrigavam os corpos de sociedades particulares e religiões com rituais e crenças diferenciadas da religião católica, que era a predominante no cemitério de Nossa Senhora da Soledade, por isso não eram considerados como cemitérios públicos da cidade de Belém.

Figura 23- Interior do cemitério Protestante Inglês.



Fonte: Silva, 2005.

Figura 24- Cemitério Israelita.



Fonte: Silva, 2005.

<sup>16</sup> O espaço foi inaugurado em virtude da instalação do vice-consulado da Inglaterra em Belém em 1810.

Com a proliferação da varíola na cidade, houve a necessidade da construção de um novo cemitério no ano de 1878, o cemitério de Santa Izabel, situado no atual bairro do Guamá (Figura 25). Esse novo cemitério aliviou o número de enterramentos no cemitério da Soledade, que acabou ficando restrito às famílias mais abastadas, como é possível ser evidenciado no Jornal Diário do Gram-Pará de 6 de janeiro de 1868, através de um convite de cortejo fúnebre da elite paraense (Figura 26).

Figura 25- Entrada atual do cemitério de Santa Izabel.



Fonte: Amanda Botelho, 2015.

Figura 26- Página inicial do jornal Diário do Gram-Pará do dia 6 de janeiro de 1868.



Fonte: Diário do Gram-Pará, 1868.

O espaço inicial do cemitério de Santa Izabel possuía quadras frontais, na Av. José Bonifácio, onde estavam situados os túmulos e mausoléus das pessoas mais importantes e ricas da sociedade belenense, assim como, a circulação principal na direção da capela, onde era de 15 metros de comprimento e ladeada por canteiros arborizados. Havia um quadrante exclusivo destinado a irmandade que administrava o cemitério, a Santa Casa de Misericórdia, com a presença de mausoléus cheios de simbologias.

Em 14 de agosto de 1880, após o novo presidente da província José Coelho da Gama Abreu encarregar uma comissão composta por engenheiros e médicos, para avaliar as condições sanitárias do cemitério da Soledade, decidiu-se pelo fechamento do mesmo, proibindo assim qualquer enterramento, recebendo somente corpos embalsamados e urnas funerárias. Após esse ano, foi transferido todos os enterros para o cemitério de Santa Izabel, que está em pleno funcionamento até os dias atuais.

Anos mais tarde, especificamente em 1881 e 1885, ocorre a construção de mais um Cemitério Israelita (Figura 27) e o Cemitério da Irmandade da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (Figura 28) na cidade de Belém. Ambos no bairro do Guamá e situados na Av. José Bonifácio.

Figura 27- Cemitério Israelita do Guamá.



Fonte: Amanda Botelho, 2015.

Figura 28- Interior do Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco no Guamá.



Fonte: Odilson Sá, 2007.



# CAPÍTULO 3

A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA URBANA.

### **CAPÍTULO 3: A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA URBANA**

As discussões que envolvem a cidade são diversas. Entre elas, a aliança entre a Arquitetura e a História, nos permite observar as multifacetadas interpretações da cidade, visto que a História define um eixo central nesses estudos de cidade e habitação, e a Arquitetura nos contempla com conhecimentos de ordem urbanística.

A cidade experimenta intervenções urbanas em consequência de interesses sociais e políticos, como coloca Monteiro (2012) ao explicar sobre a cidade ser um “espectro a luz que projetamos sobre ela” (MONTEIRO, 2012, p.101), e com isto marcam fases distintas de sua própria história. Essas intervenções no âmbito da História Urbana, sugerem sempre imagens positivas em prol de um ideal de modernidade vivenciado no século XIX.

Este capítulo aborda uma perspectiva da cidade e os processos que a mesma experimenta, ocasionando mudanças na relação com os espaços fúnebres e tornando-os territórios visíveis ou não de acordo com o significado da cidade em cada época. Através da História Urbana, ferramenta que está diante do debate de diversos paradigmas, e a Cartografia como instrumento gráfico analítico de tais processos, irá ser compreendido as motivações das transformações sociais e principalmente espaciais da cidade oitocentista.

As mudanças de costumes, principalmente de pensamento, foram características durante todo o século XIX. Os pensamentos racionais surgidos em virtude do Iluminismo, moldaram espacialmente as cidades por um ideal de modernidade, e interferiu de maneira direta em espaços antes participantes do convívio social e agora excluídos da sociedade. Esses movimentos sociais que estruturam o espaço urbano, são justificados pela História Urbana, que nasce envolta desses novos entendimentos sobre a cidade.

A História Urbana é descrita para contextualizar todo o processo de desenvolvimento da disciplina, através de sua Historiografia, trazendo os aspectos numa escala global, Latina americana e brasileira. Os conceitos e abordagem são colocadas em debate por diversos autores, que fundamentam a disciplina, para que posteriormente se permita o entendimento do processo urbano, de viés mais particular, na relação dos cemitérios oitocentistas e a cidade.

A História Urbana auxilia o entendimento dos processos urbanos ocorridos nos cemitérios do século XIX, quando as indagações referentes as mudanças sociais e espaciais das cidades foram transportadas para os pensamentos de modernidade sentidos por seus habitantes.

### 3.1. HISTÓRIA URBANA: CONCEITOS E HISTORIOGRAFIA

As mudanças no crescimento das cidades no século XIX, em função das Revoluções (em especial a Industrial), instigaram o pensamento nas questões do passado e no planejamento da cidade, em prol da construção de uma cidade ideal. Neste mesmo século, “os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana” (RAMINELLI, 1997, p.271), ocasionando desta forma alterações profundas no espaço e na consciência urbana.

Essa realidade de que “a industrialização é o maior fator de estímulo à urbanização” (RAMINELLI, 1997, p.277), sendo o desenvolvimento econômico como responsável pela vitalidade e a expansão de áreas urbanas, nem sempre é comprovado. Raminelli (1997), defende que atualmente as cidades que crescem com mais rapidez são cidades pertencentes a países de “Terceiro Mundo”, “onde a proliferação do espaço urbano não é acompanhada de industrialização” (RAMINELLI, 1997). Além dele, Monteiro (2012), em sua pesquisa sobre a relação da cidade e o urbano nos campos dos estudos históricos, acredita que “não há uma relação de determinação necessária entre desenvolvimento urbano e as cronologias econômicas” (MONTEIRO, 2012, p.103), porém os grupos sociais constroem a cidade quanto “tecido de relações sociais”<sup>17</sup>, já que conferem sentidos e significados às práticas no espaço urbano, e também são constituídos por ela. Além disso, confirma a ideia do passado, quando médicos e demais especialistas, fizeram da cidade e seus habitantes uma normatização e modelação dos seus discursos políticos.

Todas essas indagações e contextos sociais possibilitaram a análise do objeto na perspectiva da História Urbana que, pode ser resumida de forma clara como “aquela que se centra na cidade e no processo de urbanização” (ALMANDOZ, 2004, p.115). As primeiras investigações referentes a este campo, são uma realidade surgida em meados do século XX, cuja abordagem anterior do urbano restringia-se a trabalhos de biografias urbanas, que eram narrativas cronológicas, como laudos sobre os acontecimentos e personagens relevantes para a sociedade local<sup>18</sup>, e de história do urbanismo, que procurava estabelecer as formas e os modelos urbanos. Esse novo campo que se volta para o estudo das cidades de maneira mais ampla, surge com o objetivo de aprimorar o entendimento da relação entre mudança social, industrialização e urbanização, já que “a história urbana é, em certos termos, a história da construção da cidade,

---

<sup>17</sup> Termo utilizado por Monteiro para tratar as trocas sociais existentes na cidade com a sociedade vivente nela.

<sup>18</sup> Problema encontrado nas pesquisas referentes a História Local de Belém, visto que os dados são passados de maneira descritiva.

cujos elementos mais específicos são dados por sua ênfase na forma física” (STAVE; STEIN<sup>19</sup>, 1981, apud ALMANDOZ, 2004).

O campo de investigação da História Urbana, possui dificuldades de identificação, já que a designação feita por Almandoz (2004), também é designada às outras disciplinas que tratam do desenho e da administração pública. No campo da arquitetura e urbanismo, a produção esteve associada ao âmbito da história da arte, com pouca ênfase nos critérios econômicos, sociais e políticos, o que ocasiona até hoje, uma confusão referente aos objetivos reais da História Urbana.

Desde há muito, a história de cidades se confunde com a própria história das civilizações e do território (História local, história dos países e das regiões). Gênero consagrado, as biografias urbanas, até as primeiras décadas do século XX, eram fundamentalmente obras não-especialistas em história, de caráter enaltecido de uma determinada localidade, escritas em forma narrativa convencional, dando destaque à apresentação cronológica de fatos notáveis, personagens ilustres, sem generalizações nem abordagem de processos mais vastos. (SILVA, 2004, p. 152)

Somente em 1960, que a História Urbana se separa do planejamento vinculando-se à arquitetura. Essas articulações são iniciadas nos países de “maior acúmulo dessa produção historiográfica” (SILVA, 2001, p.37), a Grã-Bretanha e o EUA. Com a constituição do Grupo de História Urbana da Universidade de Leicester na Inglaterra em 1962, se inicia a publicação periódica de *Urban History Newsletter*, se transformando na principal referência na constituição deste campo de conhecimento. Já o *New Urban History*, foi a vanguarda formada para constituição da História Urbana, na América do Norte em 1968. Esse grupo trabalhava em busca da constituição de paradigmas, estabelecendo referências teóricas comuns, procedentes metodológicos, associações, publicações e etc., porém acabaram tratando pouco da questão urbana.

Outra questão de relevância sobre o tema, colocado por Silva (2004) é referente às duas vertentes da História Urbana relacionadas aos dois grupos vanguardistas, a “Cidade como Processo” e “Urban as a site”<sup>20</sup>. A primeira, trabalhada pelo grupo da Universidade de Leicester, acredita que a cidade era um lugar central onde convergiam todos os interesses, sendo a mesma analisada sobre as particularidades da formação urbana e social, quanto que a segunda, vertente

<sup>19</sup>STAVE, Stanley J.; STEIN, Barbara H. *The Colonial Heritage of Latin America: Essays on Economic Dependence in Perspective*. New York: Oxford University Press, 1970.

<sup>20</sup>“Urbano como Sítio”. SILVA, Luís Octávio da. *Cidade e História: Um olhar epistemológico*. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 151-173.

de New Urban History, acreditava que a cidade é o lugar “onde os debates e transformações sociais acontecem” (SILVA,2004).

A História Urbana na América Latina adquiriu relevância a partir da História do Urbanismo, quando levada por arquitetos e desenhistas urbanos. Surgiu através da transferência de modelos urbanísticos e de cultura urbana no fim do século XIX, para o pensamento republicano, ganhando maior amadurecimento entre os anos de 1970 e 1980, porém com uma historiografia não vasta.

A pesquisa da História Urbana no Brasil, é um campo em construção e teve o urbanismo como “porta de entrada” para o estudo da ciência da cidade. O início desses estudos no Brasil ocorreu em 1980, através de uma abertura do campo para um diálogo interdisciplinar, e a criação do 1º Seminário De História da Cidade e do Urbanismo em 1990. A “concordância acrítica“ (FARIA, 2011) existente no Brasil, em função de um olhar unidirecional entre Brasil-Europa e Brasil-EUA, e a ligação fraca com a América Latina, dificultam as considerações sobre as particularidades locais.

Há uma concepção de que a História Urbana deve ter Temáticas Generalistas<sup>21</sup> (SILVA, 2004, p.155), e outra que perpetua o paradigma da disciplina (como exemplificado pelos autores Raminelli e Monteiro a cima), de que a análise individual de casos específicos é o que possibilita o estabelecimento de ligações entre todos os processos de urbanização.

Ao trabalhar com o subcampo da História Cultural Urbana, Almandoz (2002) permite o estudo das cidades de maneira mais particular e abrindo-se a todas as disciplinas que discutem sobre a mesma, através da Micro-história. Na Micro-história “Há preferência pelo concreto sobre o esquemático, uma abertura à observação, e uma desconfiança existente a qualquer construção teórica que poderia provar ser restritiva” <sup>22</sup>(ALMANDOZ, 2002, p.29, tradução nossa). Essa preocupação da Micro-História com as formas culturais e tradicionais de grupos sociais não elitizados, foi fortalecida através da adição de documentos primários, como a literatura.

Essa vertente da Micro-história, a qual é, em boa parte, um questionamento conceitual e metodológico referente à perspectiva e escala de observatório tanto do objeto de estudo como de seus processos, intercepta-se como o que se denomina História Cultural Urbana, cuja especialidade vem sendo dada em grande parte pela natureza das fontes e dos discursos utilizados. (ALMANDOZ, 2004, p.133)

---

<sup>21</sup>São considerados temáticas generalistas para Silva (2004) o processo de urbanização, desenvolvimento econômico, industrialização e avanço tecnológico.

<sup>22</sup> “Hay preferéncia por lo concreto sobre lo esquemático, una apertura a la observación, y una desconfianza hacia cualquier construcción teórica que podría probar ser restrictiva” (ALMANDOZ, 2002, p.29).

Na utilização de diversas ferramentas para a compreensão da História Cultural Urbana, a literatura por nascer em conjunto com o mundo urbano, acaba contribuindo para o entendimento da realidade social da época e formando uma narrativa histórica. Sendo a cidade contada nas obras literárias, muitas vezes como personagem, em meados da década de 1980, os discursos não especializados foram adaptados para o aprimoramento do subcampo da História Urbana, e possibilitaram outras leituras da cidade. A literatura tem o potencial como um documento que abre portas para a sua cultura, em especial na História Cultural Urbana da América Latina.

Através de abordagens heterogêneas e Interdisciplinares<sup>23</sup> (HERSHBERG,1983), há a produção de outras temáticas, que permitem novos rumos da pesquisa e se encarregam de discuti-la com grande amplitude. Essas novas abordagens apontadas por David Herlihy, citadas por Raminelli (1997) são as referentes às funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização, os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos e as mudanças espaciais e ecológicas na cidade provocadas pelo desenvolvimento econômico e social.

A História Urbana não é apenas o estudo que tematiza os processos econômicos, sociais e culturais que ocorrem no espaço da cidade, mas também os processos inversos, cuja a organização da sociedade, diante de sua formação no espaço urbano ao longo do tempo, se impõe. É importante que a História Urbana sempre esteja aberta, em progressivo crescimento, buscando novos alcances, métodos e fontes.

A história urbana tem um papel importante a desempenhar: é através da história que é possível aprender e compreender a nossa cultura, e tomar consciência da nossa tradição, que deve continuar a ser uma referência de base na construção da cidade de hoje. (TEIXEIRA,2004, p.111)

### 3.2. O LUGAR DOS CEMITÉRIOS NA HISTÓRIA URBANA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

Lepetit (2001, p.156) ao defender que “... o processo de urbanização é dependente da própria marcha”, permite confirmar o estudo de Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), que analisam as alterações causadas pela sociedade na morte do cristão e na organização do espaço da cidade de Sergipe, como a base para a compreensão da produção científica das alterações

---

<sup>23</sup> Termo escolhido por Herzberg, que define, segundo o autor, a melhor abordagem para a História Urbana, já que o termo “Multidisciplinaridade” se refere a preservação do paradigma disciplinar.

dos espaços fúnebres no entorno urbano e na cidade, tendo como afirmativa de que a morte, como produto social, pode modificar o espaço das cidades.

Partindo da premissa que as cidades se relacionam com a civilização que nelas habitam, Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), abordam o conceito de “desterritorialização” (Retirada do espaço fúnebre do território central da cidade) e “re-territorialização”, (Remanejamento dos espaços fúnebres para zonas de subúrbio da cidade), e afirmam a locomoção dos cemitérios em virtude dos processos históricos e sociais de firmação desses espaços nas cidades brasileiras.

Devido a longevidade, as cidades acabam passando por muitos processos de territorialização, desterritorialização e re-territorialização de todo seu espaço. Esses processos acabam modificando também os espaços da morte, ora localizados nas cidades, ora ao redor destas sempre de acordo com a cultura da época. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.2)

Considerando o cemitério como um espaço que faz parte da vida cotidiana e que reflete nossa cultura, como abordou Carvalho (2012) no seu trabalho referente ao processo de inclusão do cemitério na dinâmica social e espacial da cidade de Lisboa, os modos de vida da população, incluindo as práticas fúnebres, através das mudanças na cultura e identidade do povo, interferem na organização do espaço urbano, sendo essas modificações lentas ou rápidas, ocasionadas juntamente com mudanças do modo de produção. O extermínio de um modo de vida implica na dissolução de antigas condições de existência, cujo essas alterações na sociedade acabam influenciando em outras tradições e conseqüentemente o modo de encarar a morte e os espaços destinados a ela, os cemitérios.

A relação entre cidade e espaços de enterramento são os fatores determinantes para o nascimento dos primeiros aglomerados humanos. Desde o homem de Neandertal que não necessitava mais viver trocando de morada, começaram a criar as comunidades em função do espaço que era destinado a colocação dos mortos. Esses espaços, os cemitérios coletivos do período Neolítico, seriam o início da formação das cidades (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010).

Já para os Egípcios na Antiguidade Oriental, com a fixação do homem e a criação das cidades, os lugares de enterramento se tornaram importantes para a sociedade, visto que o povo tinha como principal característica a veneração de seus mortos, ocasionando assim na ostentação e “território visível” (Espaços que são visíveis perante ao cotidiano da sociedade) no espaço urbano, ou seja, fazia parte rotina social da cidade.

Na cultura da Grécia e Roma, o foco era no poder dos homens e na negação do poder social imposto aos mortos como nos períodos anteriores. Os mortos eram sepultados nas

estradas e precisavam estar distantes para não influenciar na vida do outro e conseqüentemente na dinâmica social da cidade. “A morte neste período não fazia parte das cidades enquanto território visível, esse estava localizado afastado do convívio dos humanos, principalmente nos campos e estradas ao redor da cidade” (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p. 4).

Na legitimação do cristianismo, o espaço das igrejas se tornam o centro gravitacional que determina todas as funções da cidade. As construções dos equipamentos urbanos se fazem próximo ao centro de poder da cidade, as igrejas, incluindo os cemitérios que estavam presentes no interior ou ao redor das mesmas. “Dessa forma, as igrejas se apropriaram da morte, territorializaram a morte, anexando ao espaço sagrado o território mortuário. Isto porque a igreja construiu, seu espaço sagrado e desenvolveu praticas para controlar o território” (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.5).

As cidades cristãs vão ser um “território visível”<sup>24</sup> da morte, onde a modulação das mesmas vai ocorrer em função da localização das igrejas e conseqüentemente dos cemitérios, ou seja, os cemitérios estruturam e identificam essas cidades. Neste momento, o lugar específico de sepultamento coletivo é estritamente ligado ao edifício eclesiástico, sendo um território inextricavelmente ligado as igrejas. O oposto ao conceito colocado a cima, refere-se a espaços que são invisíveis a vivencia e cotidiano da sociedade, ou seja, os “territórios invisíveis”.

A cidade colonial era guarnecida de edificações religiosas, prédios públicos e fortalezas. Esta arquitetura representava a coerção da cruz e da espada, do poder colonizador da Igreja e do Estado. (RAMINELLI,1997, p.294)

A Igreja colonial era o lugar de congregação dos fiéis, como defende Almeida (2013) no artigo produzido sobre o processo de criação do cemitério do Bonfim em relação a construção da capital Belo Horizonte e novo tratamento dado aos mortos pela cidade. Nos templos eram debatidos assuntos espirituais e cotidianos, além de serem um espaço de vida da cidade, onde se tratava questões relacionadas a política, sociedade e economia. Nesses espaços, priorizava-se festividades religiosas, incluindo os sepultamentos eclesiásticos, típicos do período colonial e imperial do Brasil. “Os mortos habitavam os templos sem que sua presença causasse qualquer prejuízo aos vivos” (ALMEIDA, 2013, p. 140).

A paisagem da cidade volta a se modificar no Século XIX através do “desejo universal de modernizar as cidades” (SALGUEIRO, 2001), quando há a necessidade da dissociação dos cemitérios da igreja, modificando os costumes da época e causando revolta ne população. Essa

---

<sup>24</sup> Termo utilizado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), para retratar os cemitérios como espaços inclusos ao cotidiano da cidade.

negação à construções de novos costumes é defendida por Lepetit (2001, p. 165) quando afirma que “... a sociedade está permanentemente engajada num processo de redução por ajuste da novidade” e com isso sempre há uma resistência à mudança. “Toda a estrutura urbana se transformou, emergindo novas maneiras de se estar na cidade, modos seculares, buscando a sintonia com a cultura europeia, principalmente francesa” (CYMBALISTA, 2002, p.65).

Os avanços dos estudos médicos sobre os surtos epidemiológicos, constataram a necessidade do afastamento desses espaços do núcleo urbano, em função da insalubridade e proliferação de doenças dos mortos para os vivos. Essa desterritorialização da morte nas cidades, principalmente oitocentistas, são ocasionadas pela mudança nas atitudes das sociedades cristãs em decorrência dos surtos epidemiológicos.

A diminuição do território da igreja reorganiza espaço das cidades. Primeiro, os cemitérios deixam igrejas e sua área circundante e são transferidos para áreas distantes dos aglomerados. Depois, as áreas circundantes das igrejas são transformadas em habitações, praças, áreas de lazer, etc. A morte re-territorializada longe os aglomerados seguindo normas sanitárias de construção, sobretudo com relação ao tipo e inclinação do terreno. A desterritorialização se segue em re-territorialização, pois não há “fim de território”. Essa mudança no local dos enterramentos causa uma mudança na organização das cidades. (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010, p.9)

Outra autora que se refere a esta “descristianização” no território urbano é Cabaço (2009), através de sua dissertação acerca dos cemitérios oitocentistas de Lisboa e a ligação entre instinto de morte (*Thanatos*), termo elaborado por Freud, e a cidade. Ao defender o termo “laicização do campo santo”, Cabaço (2009) confirma as modificações no modo de vida preferencialmente no campo da religião, quando um estado laico regulamenta ações científicas, com bases médicas, em um espaço com regras anteriores ditadas pela Igreja.

A laicização da sociedade no final do século XVIII, se revela através do discurso médico que preconizava a higienização e a necessidade de percorrer contra os perigos dos odores e humores pestilentos emanados pelos corpos em decomposição no interior das igrejas. (ALMEIDA, 2013, p. 140)

No fim do mesmo século, através do discurso de civilização que foi poderoso diante da sociedade oitocentista, Cymbalista (2002) afirma que há também a transformação das cidades, que agora se apresentam mais segregadas, onde os dispositivos políticos, sanitários e legislativos serviam, quase sempre, para manter os pobres a uma distância segura dos ricos e do poder.

Do ponto de vista urbanístico, chega-se a uma situação muito diferente daquela que se apresentava no início do século XIX. Esse século termina com os cemitérios – assim como as cidades- modernizados e secularizados, sim, mas carregando adiante a inclusão e a hierarquização, apresentando um processo inconcluso de secularização, não chegando sequer a garantir de fato que todos pudessem ser enterrados neles. (CYMBALISTA, 2002, p.66)

A posterior relação dos cemitérios com o entorno urbano no século XX e XXI, formula uma nova reorganização do espaço urbano, onde os cemitérios anteriormente localizados distantes da cidade, estão sendo incorporados por ela, retomando os problemas de higiene e superlotação (BONJARDIM; BEZERRA; VARGAS, 2010). Além disso Cabaço (2009), justifica este processo pela existência da negação da morte nas sociedades ocidentais em encarar os acontecimentos que envolvem o processo de fatalidade, fazendo com isso que os espaços cemiteriais sofram com essa repulsa urbana.

Na época medieval estendendo-se até à época moderna, o espaço cemiterial emerge no âmbito da cidade como espaço público multifuncional, atuante no cotidiano da mesma. No séc. XIX a morte é extraditada para a periferia da cidade, desarticulada da mesma. Na atualidade assume-se como espaço encerrado já integrado no tecido urbano que se foi expandido. (CABAÇO, 2009, p.20)

Nas áreas dos cemitérios, anteriormente alojados fora do perímetro urbano das cidades, Carvalho (2012) afirma que há a instalação de bairros periféricos e clandestinos, já que o problema dos cemitérios urbanos está em que os mesmos não são concebidos para aproximá-los em relação ao sistema urbano, mas pretendem o seu distanciamento.

O cemitério urbano tradicional gera mal os seus limites, não estando preparado para o confronto com a cidade, conduzindo com frequência a criação de vazios urbanos, lugares desqualificados e marcados pela descontinuidade. (CARVALHO, 2012, p. 17)

“Essa relação entre cidade e cemitérios na atualidade está delimitada em função de não se considerar esses espaços como parte do planejamento urbanístico” (CABAÇO, 2009), como se a arquitetura fosse responsável pelo o que é digno a cidade, e não pelo o que deve integra-la, banindo assim da cidade tudo que a sociedade nega ou prefere esquecer, tornando-a uma cidade ideal. No período moderno, os arquitetos não projetavam a cidade moderna considerando a necessidades da implantação dos cemitérios, somente Aldo Rossi, notou a necessidade de implantação desses instrumentos urbanos, por acreditar que “o cemitério [...] tem uma importância crucial porque permanece, através do tempo, como uma testemunha para a Humanidade” (CARVALHO, 2012, p.28).

O estudo elaborado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), demonstra que a morte é um acontecimento em constante mudança, e ela muda o modo de vida das pessoas e conseqüentemente o espaço de enterrar, já que a organização dos espaços é fruto da cultura da época. Essa modificação do modo de vida pode alterar a paisagem visível, a estrutura e os processos existentes nas cidades.

### 3.3. O USO DA CARTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO GRÁFICO PARA A HISTÓRIA URBANA

A utilização da Cartografia em abordagens de História Urbana, mesmo não produzidas por arquitetos, procura privilegiar os aspectos visuais da análise requerida e se torna uma importante ferramenta para difusão desse campo do conhecimento, como coloca Teixeira (2004).

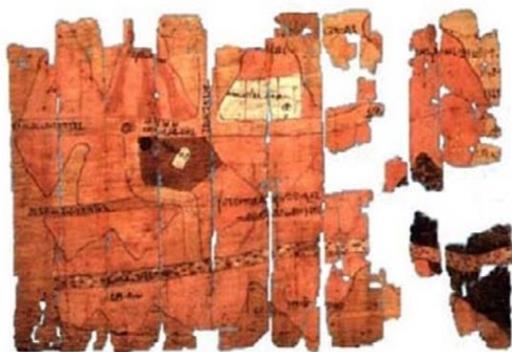
Largamente ausente das principais obras publicadas em épocas anteriores, a cartografia, tem se tornado um material de referência importante, por vezes utilizada como uma fonte primária essencial para a análise morfológica da cidade e para o estudo da sua história, outras vezes utilizada de forma meramente ilustrativa. (TEIXEIRA, 2004, p.95)

Através da utilização desta ferramenta na relação entre História Urbana e a Cartografia, é importante ressaltar que esta, como produção histórica da cidade, consegue analisar as mudanças urbanas.

Os mapas produzem as identidades e as mudanças do espaço urbano ao longo do tempo, dando visibilidade a significados até então invisíveis, ainda que não ocultos, possibilitando, assim, outras práticas e políticas de intervenção urbana. (FIALHO, 2010)

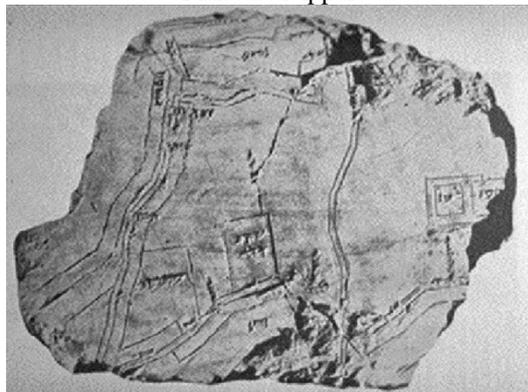
O processo histórico dessa disciplina, interfere atualmente nas produções dos mapas. Tendo o primeiro mapa descoberto datado de 6.200 a.C., os posteriores avanços são responsabilidade dos Egípcios e Mesopotâmios, com a criação de um mapa topográfico-geológico em que guiava aos caminhos de uma mina de ouro e o primeiro plano desenhado em escala, respectivamente (Figura 29 e Figura 30).

Figura 29- Primeiro mapa topográfico-geológico, o Papiro de Turim.



Fonte: Fialho, 2010.

Figura 30- Primeiro plano desenhado em escala, Plano de Nippur.



Fonte: Fialho, 2010.

A Grécia, através dos avanços de estudos geográficos da Terra e o conhecimento matemático, foi responsável pela nova compreensão da Terra redonda, o que propiciou a denominação do primeiro cartógrafo, Claudio Ptolomeu, que foi promissor ao utilizar escalas

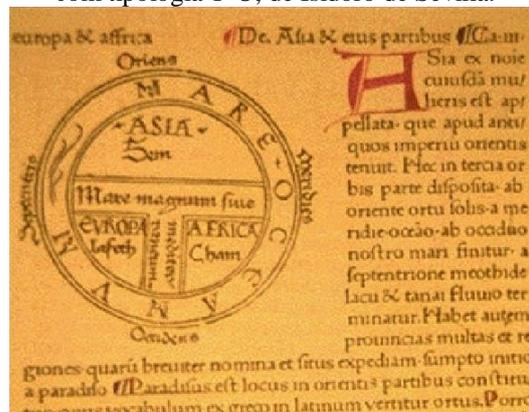
nos mapas, sistema de latitude e longitude, em 150 a 127 a.C. (Figura 31). Já na Idade Média, assim como todas as questões referentes à processos sociais deste período, os mapas tinham como centralidade a visão cristã do universo, tendo como Jerusalém o centro dos mapas caracterizados na tipologia T-O, que além da cidade demarcavam o T dos três continentes descobertos até então, Europa, Ásia e África (Figura 32).

Figura 31-Reconstrução do mapa de Claudio Ptolomeu.



Fonte: Fialho, 2010.

Figura 32-Mapa característico da Idade Média, com tipologia T-O, de Isidoro de Sevilla.



Fonte: Fialho, 2010.

Com o avanço das expedições marítimas, há o descobrimento do continente americano, e posteriormente o Brasil. No Brasil a representação dos mesmos, se dá através da descoberta do novo território, tendo a sua primeira representação em mapa, a cidade do Rio de Janeiro em 1579.

De fato, não se pode dizer que um lugar está realmente descoberto, que ele existe, até ele ‘entrar no mapa’. O mapa funciona, então, como um certificado de existência, uma certidão de nascimento. (FIALHO, 2010, p.55)

No período do Renascimento, com a aparição da imprensa, há uma disseminação dos mapas em grande escala, passando a ser utilizados no século XVIII mapas com características mais científicas, sendo usufruídos cada vez mais pelas cidades, porém promovidos pelo governo. Com a expansão das cidades no século XIX, há a proliferação dos mapas, e com isto se tornam um elemento comum no dia-a-dia das pessoas, que além de demarcarem graficamente os lugares, passam a ser ferramentas de comunicação das novidades, em esfera regional ou global. Quase sempre tendenciosos, os mapas desse período, se focavam, através dos seus autores, no teor político e de interesses individuais de governo, não se preocupando com questões técnicas e gerais necessárias de serem ilustradas nas plantas. “Uma crítica pela ótica da teoria social, que afirmamos ser de teor político, situa os mapas nas relações de poder específicas e não como documentos científicos neutros” (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 85).

Os mapas têm impacto no mundo, como verificado na contextualização, e diante disto eles também mudam o mundo mostrado por eles. Através da sua produção, contam sobre a hierarquia social e política que o fizeram, reforçam os imperativos territoriais e os valores que surgem do exercício de poder político, e impõe a sua verdade sobre os lugares que mostram. “A representação do mundo através dos mapas apresenta evidências históricas da necessidade humana de descrever, situar-se e controlar o mundo, domesticando-o e tornando-o familiar” (FIALHO, 2010, p. 23).

Diante desta metáfora do mapa científico, Harley (2005) afirma que sem mapa, os homens estariam cegos e as cidades teriam significados apontados para o nada, e defende que impulsionar a troca epistemológica, permite uma interpretação da natureza da Cartografia, já que a mesma não é uma ciência neutra. Essa desconstrução proposta por Harley (2005), rompe a relação entre realidade e representação que tem feito parte do pensamento Cartográfico, visto que o mesmo é constituído não só das “regras de ordem da geometria e da razão” (HARLEY, 2005, tradução nossa)<sup>25</sup>, mas também das “normas e valores da ordem e tradição[...] social” (HARLEY, 2005, tradução nossa)<sup>26</sup>.

A desconstrução nos pede para ler nas entrelinhas do mapa, nas margens do texto, e através de seus tropos, para descobrir os silêncios e as contradições que desafiam a aparente honestidade da imagem. (HARLEY, 2005, tradução nossa)<sup>27</sup>

Essa sugestão de leitura feita por Harley (2005), busca compreender o mapa além do sentido de topografia, se voltando a uma busca da metáfora e retórica do mesmo. Ao se ler um mapa é necessário levar em consideração o contexto do cartógrafo, o contexto de outros mapas e o contexto da sociedade, visto que a Cartografia está envolta por elementos sociais.

O mapa, talvez a referência central da cartografia, e tem sido, fundamentalmente um instrumento de poder. Um mapa é uma abstração da realidade concreta que foi desenhado e motivado por preocupações práticas (políticas e militares); é um modo de representar o espaço que facilita sua dominação e seu controle. Mapear é servir aos interesses práticos da máquina estatal. (LACOSTE, 1973, p.1<sup>28</sup>, apud CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p.98)

Através do aprimoramento da ciência, puderam se produzidas representações da realidade cada vez mais precisas, tendo em mente que um mapa não é um documento

<sup>25</sup> “Reglas del orden de la geometría y la razón”. (HARLEY, 2005)

<sup>26</sup> “Normas y los valores del orden y la tradición [...]social.” (HARLEY, 2005)

<sup>27</sup> “La deconstrucción nos insta a leer entre las líneas del mapa, en los márgenes del texto, y a través de sus tropos, para descubrir los silêncios y las contradicciones que desafían la aparente honestidad de la imagen.” (HARLEY, 2005)

<sup>28</sup> LACOSTE, Yves. An illustration of geographical warfare. *Antipode* 5, S.I, p.1-13, 1973.

ideológico. Recentemente há a publicação de livros compostos por Cartografia que mostram de maneira clara os aspectos urbanos do passado.

Uma outra vertente da Cartografia é surgida no fim do século XVIII e início do século XIX, denominada de Cartografia Temática, que vai além das informações de localização, adicionando temáticas a outros eixos de análise. Essa categoria “tem início com a delimitação da parte da realidade a ser problematizada pelo pesquisador interessado na realização da representação...” (MARTINELLI, 2016, p.23), e tem como objetivo que o mapa possibilite fácil leitura, análise e interpretação.

Esta Cartografia Temática será produzida no final deste trabalho com o intuito de ilustrar as mudanças sofridas nos Cemitérios de Belém do século XIX. Entretanto, para a produção da mesma, foram utilizadas algumas Plantas Urbanas de Belém dos anos de 1868 a 1936, que assim como explanado acima, elucidam a produção de plantas pautadas em interesses diversos, por grupos de poder elitizados de cada época.

A análise da relação espacial e social dos cemitérios do século XIX com o desenvolvimento e crescimento urbano no período em estudo têm como foco principal a averiguação das plantas urbanas, acessadas através de arquivos digitais, de 1868 do Atlas do Império do Brasil, de 1881 de Edmund Compton, de 1883-1886 de Nina Ribeiro, de 1905 de José Sidrin, de 1918 de Theodoro Braga e de 1936 da Comissão Demarcadora de Limites, e a locação em que os cemitérios oitocentistas, principalmente o Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel, se apresentaram em relação ao centro urbano e a possível “cidade real” de Belém do século XIX e XX.

A produção cartográfica em Belém, assim como em outras localidades, servia aos interesses políticos e administrativos dos governos, visando sempre a representação da cidade de forma atrativa e expansionista, além de sempre estar antenada nas produções cartográficas de ordem nacional, como é verificado em uma das manchetes do Jornal Diário do Gram-Pará de 14 de janeiro de 1868 (Figura 33). Esta representação pode ser verificada principalmente, nas plantas de 1868 e 1881, período de abertura dos portos ao comércio internacional e início do ciclo da borracha, e na forma de modernidade de representação, seguindo os moldes das cidades oitocentistas da Europa, através das plantas que visam a planificação da cidade e racionalidade, com as plantas de Nina Riberio (1899) e José Sidrin (1905). As plantas de 1918 e 1936, retratam uma Belém e uma sociedade mais realista com seus avanços, em virtude da crise do ciclo da borracha, que ainda repercute nos anos posteriores.

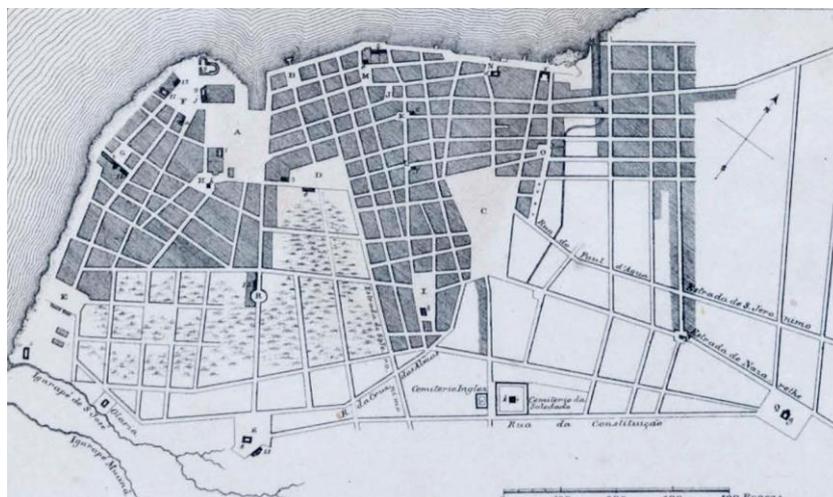
Figura 33- Página do jornal Diário do Gram-Pará do dia 14 de janeiro de 1868.



Fonte: Diário do Gram-Pará, 1868.

Na Planta Urbana incluída no Atlas do Império do Brasil de 1868 (Figura 34), nota-se que o cartógrafo teve como objetivo ilustrar as implicações posteriores ao aterramento do Pirí, e como estava consolidada a ocupação da malha urbana e traçado viário de Belém. Em virtude da distinção gráfica apresentada entre os lotes ocupados ou não, percebe-se a projeção do futuro da cidade, através da demarcação de alguns traçados que não foram firmados nas Plantas posteriores.

Figura 34- Planta Urbana de Belém de 1868.



Fonte: Almeida, 1868.

A Planta Urbana de 1881, produzida por Edmund Compton, possibilita uma leitura mais real da cidade de Belém, que vivia um momento de grande expansão territorial. Nesta, os lotes ocupados não estão demarcados, porém fica claro o avanço territorial que a cidade viveu e os

limites da mesma, ocasionados pelos obstáculos naturais dos alagados que são presentes em todo o processo histórico de Belém (Figura 35).

Figura 35- Planta Urbana de Belém de 1881.



Fonte: Arquivo Nacional, 1881.

Nas Plantas Urbanas de 1899 e 1905 de Nina Ribeiro e José Sidrin, respectivamente, representa-se a Cidade ideal, explanada por Sampaio (1996), que é definida pelo ideal utópico da vertente da modernidade. A planta de Nina Ribeiro, é um marco inicial das planificações da cidade de Belém, onde uma quadricula uniforme é importada para cidade, que se mantém distante do real (Figura 36). Já a planta de Sidrin, anexada no item 2.1, segue os padrões da precursora, com as indicações de diversos bosques e praças projetados para a cidade. Em ambas há singelas distinções gráficas que demonstram quais lotes constituem a cidade real e quais não.

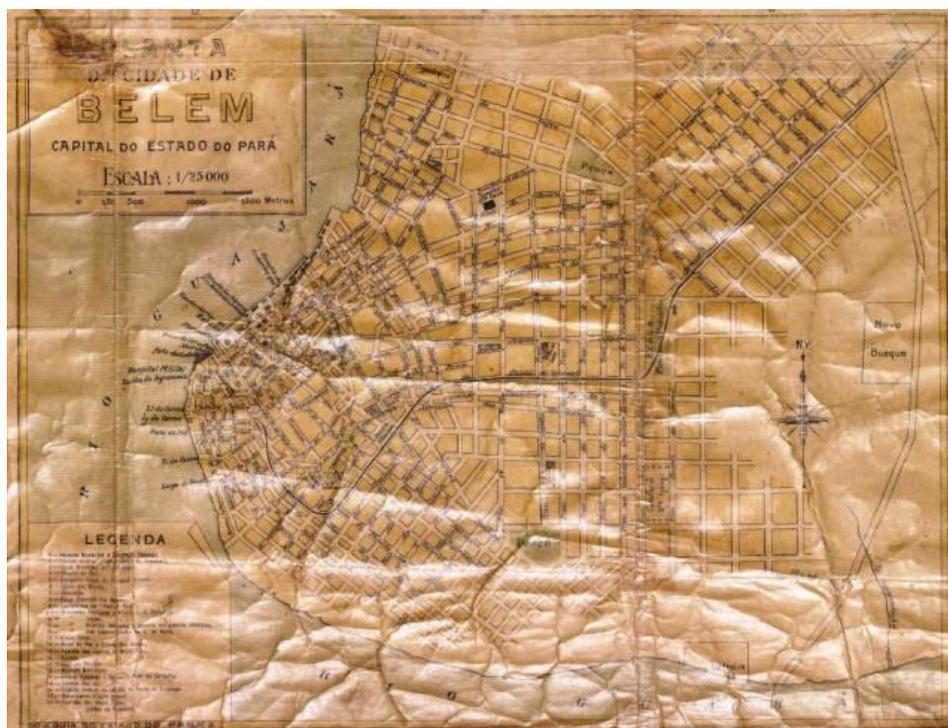
Figura 36- Planta Urbana de Belém de 1899.



Fonte: Caccavoni, 1899.

A planta Urbana de 1918, de Theodoro Braga, foi cartografada invertendo o caminho em que as Plantas de Belém desse período estavam tomando. Ela possui um teor mais comprometido com o real quando analisados os lotes dos bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos, Telegrafo e Sacramento. Entretanto mantém a projeção planejada da malha urbana e traçado no Bairro da Condor e parte sul da Cremação (Figura 37).

Figura 37- Planta Urbana de Belém de 1918.



Fonte: Braga, 1918.

Para concluir, a Planta Urbana de 1936, da Comissão demarcadora de Limites, nos possibilita ler um crescente avanço territorial em Belém nos sentidos dos bairros da Pedreira e Marco, se mantendo estagnado a ocupação nos bairros localizados ao sul da cidade. Nesta planta não há distinção gráfica entre as quadras, nos sugerindo desta forma ser a representação real de Belém de 1936 (Figura 348).

Figura 38- Planta Urbana de Belém de 1936.



Fonte: Acervo digital do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica.



# CAPÍTULO 4

A TRANSFERÊNCIA DE MODELOS OITOCENTISTAS  
E AS IMPLICAÇÕES NA CIDADE E NOS CEMITÉRIOS  
DE BELÉM.

#### **CAPÍTULO 4: A TRANSFERÊNCIA DE MODELOS OITOCENTISTAS E AS IMPLICAÇÕES NA CIDADE E NOS CEMITÉRIOS DE BELÉM**

As características das cidades e sociedades anteriores ao século XIX, mantinham o marco urbano nas igrejas e conseqüentemente nos cemitérios que as ladeavam. A dominação do clero sobre os rituais, as mentalidades, os costumes e representações da população regiam os processos fúnebres da época e a motivação deles. A cidade vivia a morte. Os atores sociais daquela sociedade, principalmente pertencentes ao clero, eram figuras importantes em torno desse processo, assim como conhecidos e desconhecidos sentiam a necessidade de participar do momento da partida de um moribundo diante da família, que após a bênção do padre poderia esperar dias em silêncio até o momento da partida, já que quanto maior a suntuosidade do ritual funerário mais tranquila e rápida seria a passagem para o mundo dos mortos, como explana Silva Neto (2008).

A parceria entre a religião e os ritos fúnebres revela-se altamente duradoura, e o cemitério municipal nem de longe significa um território secularizado. Pelo contrário: Passar a ser um dos locais mais sagrados da cidade. (CYMBALISTA, 2002, p. 76)

A partir da metade do século XIX, novas posturas consolidaram a “vigência dos cemitérios municipais, como morada preferencial dos mortos” (CYMBALISTA, 2002), e as transformações na sociedade só foram possíveis graças ao processo civilizador, com o desenvolvimento do iluminismo francês do século XVIII e com o fortalecimento do capitalismo e das ciências médicas. Diante desse processo de pensamento racional e laicização das relações sociais, defendido pela doutrina capitalista, Silva Neto (2008) defende o termo de “morte individualizada”, em que são colocadas as angústias individuais acima dos procedimentos padrões fúnebres impostos pela igreja antes dessa ruptura na administração das cidades. “É a partir do desenvolvimento dessa morte individualizada que nasce então, no século XIX, a figura dos cemitérios” (SILVA NETO, 2008, p. 3).

As transformações políticas, econômicas e sociais que delimitaram o século XIX, foram vivenciadas através do fim da escravidão, da mudança do regime do governo, com a separação entre igreja e estado, da laicização do ensino e da secularização dos cemitérios, potencializadas através das epidemias, dos ideais de modernização, higienização e ordenação do espaço urbano, que provocaram mudanças nos costumes fúnebres do século, e conseqüentemente nas representações da sociedade, como defende Silva e Neves (2003).

O século XIX foi marcado entre outras coisas por transformações significativas no campo da morte. [...] o movimento de secularização da mentalidade da época, que se expressou em novas formas, não religiosas, de cultivo do espírito de hábitos de leitura, métodos de ensino, teatro, ocupam um terreno que antes era ocupado por rezas, igrejas e irmandades. (SILVA; NEVES, 2003, p. 6)

A secularização como um processo crescente, promove a saída dos mortos dos espaços privados, ou de debaixo das igrejas, para atingir destinos próprios e conformações originais. Dentro do movimento de Higienismo que se apresenta na recém conquistada urbanidade brasileira, se separa a riqueza da pobreza, o centro do subúrbio, e conseqüentemente mortos dos vivos.

A racionalização nos processos fúnebres, se dá por meio da medicina que, substituindo a presença da família e clero na transição da morte do moribundo, “dessacraliza” a natureza humana (SILVA NETO, 2008), já que a morte passa a ser prolongada, sem a aceitação como ação do divino. O avanço tecnológico da medicina promoveu o deslocamento do lugar da morte, e os mortos não incomodam mais o espaço dos vivos, pois já irão possuir seu espaço delimitado, a “sua própria cidade” (CYMBALISTA, 2002, p. 81).

No debate acerca dessas transformações produzidas por essas mudanças de costumes e modos de vida, em relação ao impacto no cotidiano das sociedades, e, todavia, nas representações de morte dos mesmos, Silva Neto (2008) defende que essas alterações se tornam uma transgressão a sociedade, já que remove do homem a sua racionalidade e do seu habitual. Benjamin (1994), discorda desta afirmação por acreditar que a sociedade burguesa produziu inconscientemente, instituições higiênicas com o objetivo do homem evitar espetáculo da morte.

O contexto social modificado, refletindo a transposição dos lugares de sepultamento das igrejas para lotes destinados para esta atividade, e alterando a forma de encaminhar os enterramentos, será uma das abordagens deste capítulo, que tem como objetivo contextualizar, através dessas abordagens, os procedimentos que os Cemitérios de Belém passaram diante da consequência desses conceitos oitocentistas, se tornando lugares de arrabalde da cidade, o que acabou ocasionando na alteração do entorno desses lotes, visto que os cemitérios em dois planos, seguem sendo mudados pela cidade, mas mudam parte da cidade que os envolve, neste caso o entorno.

#### 4.1. CONCEITOS OITOCENTISTAS APLICADOS NA LOCALIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

A cidade do século XIX pode ser expressa por diversas definições. A cidade da revolução industrial, a cidade na época da expansão, a cidade do progresso técnico, e a cidade do ciclo haussmaniano<sup>29</sup> são algumas das terminologias dedicadas as cidades que assumiram ser as “cidades capitais do século XIX” (SALGUEIRO, 2001).

Fortemente influenciadas por Paris, a cidade emblema da modernidade, as cidades procuram esquecer a “cidade de ontem” (ZUCCONI, 2009), em prol de projetar e viver uma cidade ideal, sendo uma manifestação utópica caracterizando um traço da humanidade que é “a decepção com o presente defeituoso, do qual emergem os impulsos de repensar o existente, o real vivido, ancorados no desejo de que algo ainda inexistente possa vir a realizar. O presente defeituoso a ser substituído por um futuro perfeito” (SAMPAIO, 1996, p.55). Esta paisagem da cidade, foi configurada através da formação de arquétipos universais, produzidos em Paris, mas transferidos por todo o mundo.

Concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensa-la, vive-la ou sonha-la. Há uma projeção de uma “cidade que se quer”, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que se pode vir a realizar-se ou não. (...) A “cidade do desejo”, realizada ou não, existiu como colaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar. (PASAVENTO, 1995)

Para Coimbra (2014), esses anseios de futuro perfeito são impulsionados pela industrialização, que transforma a cidade em um “formigueiro humano”, próprio para desenvolver pestes, insalubridade e miséria, e resultando espacialmente nas cidades, a criação de vielas pouco salubres. A partir deste ideário, combinando com elementos políticos e a conjectura econômica, inicia-se o processo de modernização do espaço urbano, e a transferência de ideais de modernidade.

As principais diretrizes da cidade moderna que repele a desordem, era ela se expandir para chegar ao seu ideal civilizador, visto que quando a cidade é liberada de seus próprios impulsos a leva a confusão, produzindo assim a reforma urbana e uma cidade com ampliação da cidadania. Voltando a essas influencias europeias, há uma transferência de modelos<sup>30</sup>, que tinham como objetivo produzir essa cidade civilizada do século XIX, que no seu planejamento

---

<sup>29</sup> Período vivido em Paris das grandes mudanças urbanas propostas por Haussmann, que tiveram como objetivo a renovação urbana e a modernização da cidade.

<sup>30</sup> A modernidade se caracteriza como um modelo espacial, e não como um dispositivo ideológico.

não era restrito somente ao território, mas também toda a reformulação do pensamento e da sociedade. Essa transferência só foi possível em virtude da flexibilidade estética do modelo de Haussmann, e do pensamento de que “a cidade pode ser regida por uma lógica abstrata” (SALGUEIRO, 2001, p.12), cujo tais modelos poderiam ser implantados em qualquer espaço, sem considerar as especificidades de cada localidade.

A modernidade constrói uma nova ordem, onde rompe com as anteriores tratadas como retrógradas, tradicionais e provinciais, e que é fomentada por diversos avanços tecnológicos da época, como iluminação pública, telégrafo, primeiro automóvel e etc. Para Oliveira (2009), esta modernidade não se basta na mudança, mas na sucessão de acontecimentos que são a difusão de produtos de racionalidade técnica, construtiva, científica e administrativa. Além disso, os modos de vida produzidos pela modernidade têm a capacidade de desvencilhar todos os tipos tradicionais de ordem social.

Sabendo que a modernidade difundiu produtos derivados da racionalidade<sup>31</sup>, Gorelik (1999) deixa bem claro os conceitos deste termo e sua relação direta com o termo de modernização. Para Gorelik (1999), é a cidade que irá produzir a modernidade, e esta modernidade será o caminho para chegar a modernização, não sua consequência, sendo a cidade um objeto privilegiado dessa modernização. Contextualmente, a modernidade advém do Ethos cultural, ou seja, do conjunto de costumes culturais que vem generalizando e se institucionalizando desde sua origem europeia, e a modernização são os processos que continuam transformando materialmente o mundo<sup>32</sup>. A modernidade é a dialética entre o novo e o velho.

Diante dessas mudanças que marcaram o século XIX em diversas cidades que clamavam por modernidade, o aumento populacional nos séculos XVII e XVIII somado a uma urbanização crescente gerou uma sensibilidade na “impropriedade dos sepultamentos ad sanctos” (ALMEIDA, 2012, p.1), tendo em vista que transformar os templos em um lugar de repositórios de corpos, era oposto do que era civilizado, moderno e adequado ao progresso humano.

---

<sup>31</sup> Termo que se consagrou em processos do século XVIII, foi inicialmente aplicado aos novos modelos econômicos que visavam a racionalização das relações sociais de produção, para cumprir as novas metas capitalista que surgiram com a Revolução industrial. Esta nova forma de produção não afetou somente as relações sociais que envolviam o trabalho, mas todos os processos mentais da sociedade que relacionavam o homem com o seu viver, e conseqüentemente com a cidade. Além disso, a racionalidade é conhecida como a era da razão e surgiu imediatamente depois do misticismo da religião e da superstição da Idade Média.

<sup>32</sup> Definindo de maneira breve, a modernização será o processo pelo qual as cidades passarão quando as mesmas visarem e desejarem aplicar o conceito de modernidade. Ou seja, a modernidade é o desejo urbano, e a modernização é processo para a realização deste.

Como visto, as preocupações com a higiene foram os anseios primordiais da modernidade oitocentista para a modificação das cidades. O Higienismo foi um conceito derivado da modernidade, e de alguma maneira fez parte do sonho ideológico da sociedade oitocentista, visto que em função deste, justificaram as mudanças de “salubrificação” (SALGUEIRO, 2001) no espaço urbano. A “cultura positivista e do determinismo oitocentista, a higiene instaura relações de tipo mecanicista entre causa e efeito, entre diagnóstico e terapia.” (SALGUEIRO, 2001, p.105). Os cemitérios foram um dos primeiros equipamentos urbanos a se modificarem em prol dessa limpeza higienista das cidades.

O Higienismo e as teorias médicas nascidas na Europa no século XVIII, surgiram da preocupação das autoridades com a propagação de doenças que advinham das péssimas condições sanitárias das cidades, cujo independentemente de serem espaços públicos ou privados, apresentavam odores fétidos e desagradáveis.

A dinâmica da sociedade da época, que “arremessava pelas portas e janelas das casas, as águas de esgoto e diversos refugos domésticos” (MURILHA, 2011), também presenciava o abatimento de animais em locais públicos sem o mínimo de higiene, já que não havia neste período, locais específicos para tal fim. Já a partir dos tratados higienistas da época, se inicia a construção de espaços específicos para estas atividades consideradas insalubres do cotidiano, isoladas das áreas populosas da cidade, no caso os centros urbanos, visto que os mecanismos médicos e políticos aplicavam a quarentena para a população.

Com o surgimento do movimento higienista no final do século XVIII, os governos destas e de outras cidades europeias adquiriram consciência de que se deveria dar prioridade ao estado de saúde da população das mesmas, para assim, diminuir o grande índice de mortalidade que vinha ocorrendo, em decorrência da insalubridade. (MURILHA, 2011, p.36)

O movimento higienista foi pautado na teoria miasmática, que defendia que as substâncias em decomposição, mesmo que presente em pequenas camadas na atmosfera, seriam capazes de provocar no organismo dos indivíduos, patologias derivadas do contato destes com o meio ambiente contaminado. Este movimento, que tinha como responsável os poderes públicos, não se preocupava somente com o bem-estar do indivíduo, mas principalmente, com o “estado higiênico do conjunto de estabelecimentos, das ruas, dos rios, do ar, enfim da cidade como um todo” (MURILHA, 2011), e direcionava a construção de diversas edificações, assim como os espaços de sepultamento.

No século XIX os profissionais europeus seguem os princípios higiênico-sanitaristas no meio urbano, pautados no movimento higienista do século XVIII, instrumentalizados e transformados em dispositivos normativos e legais. Neste mesmo período duas correntes dominavam a aproximação e cuidado com as epidemias, sendo eles o grupo dos contagionistas e o grupo dos infeccionistas, que defendiam que a transmissão de doenças se davam pelo contágio direto ou indireto com objetos contaminados pelas vítimas e pela respiração do ar que circundava as mesmas, respectivamente. Coube aos infeccionistas propor ações sanitárias no espaço urbano, como por exemplo assegurar a pureza da água, e eliminar o lixo urbano para que assim, se conseguisse extinguir os miasmas existentes.

No Brasil, as práticas sanitárias foram pautadas na teoria miasmática e os municípios foram divididos em distritos sanitários. Através da presença de engenheiros, foi modificada as atitudes perante as questões de saneamento e higiene dos lares e das cidades a partir de meados do século XIX, através da legislação das cidades. Os médicos não se restringiam em cuidar dos aspectos clínicos, mas também definiam o espaço social e consequentemente o espaço físico.

Outra vertente que modernidade oitocentista trouxe ao Brasil foi a secularização do Estado brasileiro, que nos aspectos cemiteriais absorve o registro sobre a morte e seus espaços em meados dos oitocentos. Entretanto, em virtude das permanências de costumes, o poder eclesiástico continua influenciando o poder laico, sobretudo nos cemitérios, e só há a secularização efetiva com a Proclamação da República e com a promulgação da primeira constituição republicana. Somente em 1870, que o movimento para retirada completa da Igreja na gestão dos cemitérios, segundo Garcia (2006) foi intensificado, demonstrando a intensa luta eclesiástica pela não separação da Igreja e Estado.

De um outro prisma, esta secularização também vem a ser pensada enquanto elemento norteador de certo “sentido” tomado e construído para a modernidade. Sentido de mundo e habitus que não deixa de configurar a passagem da cultura transcendental á materialista e individualizante, própria das eras revolucionárias e das tensões nas passagens de uma conjuntura à outra. (SILVA, 2006)

A Secularização aborda a ruptura, mesmo que teórica, do estado e a igreja surgida no século XIX. Desta ruptura, se permite a criação de espaços laicos, em especial os cemitérios, que antes eram dominados, configurados e tinham seus rituais fundamentados em padrões eclesiásticos. A laicização dos cemitérios, de maneira global, foi consolidada em culminância desde a Revolução Francesa (1789), quando se impôs um novo modelo de organização social que acabou influenciando no culto dos mortos posteriormente.

Estes conceitos projetaram-se para uma racionalidade, abandonando as ideias de um tempo perpetuamente imprevisível e vinculado ao meio natural. Um tempo religioso foi substituído por um tempo civil que, desde o século XVIII, passara a ser medido pelos relógios, instrumentos laicos e desligados do tempo religioso. (VICENTINI, 2004, p. 48)

No Brasil, a Laicização é um instrumento constitucional, o qual permitiu a independência em relação a religião católica. Esta ideologia positivista, segundo Leite (2011), não fez com que o Brasil deixasse de ser um país católico, porém diminuiu a intervenção da igreja perante as decisões do estado, já que a mesma tinha quase decisão absoluta sobre diversas questões governamentais no período imperial.

As autoridades eclesiásticas católicas não só dominavam a educação, a saúde pública e as obras assistenciais, como detinham total exclusividade na concessão de registros de nascimento, casamento e óbito. (MARIANO, 2002<sup>33</sup>, apud LEITE, 2011)

Em 1863 o Decreto 3.069, estabelece que os cemitérios públicos deveriam reservar um local separado para os sepultamentos dos acatólicos, visto que a Igreja recusava esse tipo de sepultamento. Além disso, determinava o matrimônio fora da esfera católica, o registro civil e a secularização dos cemitérios, que no caso de Belém não ocorreu por completo. A Primeira Republica foi a matriz da laicidade e da liberdade religiosa no Brasil, já que não marcou a separação efetiva da igreja e do estado, só buscou deixar ausente qualquer menção de Deus no perambulo da Constituição, retirar o crucifixos e símbolos religiosos de locais públicos, e dar caráter leigo do ensino público, além de é claro, deixar os cemitérios como espaços secularizados.

Na constituição de 1891, é difícil identificar atos e medidas efetivamente laicistas por parte do Estado, salvo casos isolados nos primeiros anos da República, momento de maior indefinição do regime, ou mesmo depois disso, mas através de proposições e projetos sempre frustrados. (LEITE, 2011, p. 45)

No aspecto de Belém do século XIX, assim como em outras cidades brasileiras, ter civilidade era possuir todos estes comportamentos modernos, higienistas, secularizados e laicistas, que criassem correlações com a imagem de outras nações vistas como centros irradiadores de cultura, tornando assim os cemitérios de Belém e a própria cidade, referencias de uma cidade capital do século XIX.

Pelo mito do progresso que atravessa a época, eles partilham- ainda que retoricamente- o desejo universal de modernizar as cidades. Representações mentais de longa duração, como as de “regeneração” ou de recomeço, coexistem com a tomada da consciência, própria do tempo, de que era preciso romper com o passado, fazer transformações como as que ocorriam por toda parte, adotar medidas modernas de

---

<sup>33</sup> MARIANO, Ricardo. Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso. **Ciudad Virtual de Antropología y Arqueología (portal eletrônico)**, 2002.

urbanismo, próximas daquelas dos países do mundo civilizado. (SALGUEIRO, 2001, p.136)

#### 4.2. ANÁLISE DA RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL NA EXPANSÃO DA CIDADE DE BELÉM NO PERÍODO DE 1868-1936

A dinâmica existente entre os Cemitérios e a Cidade desde o século XVIII, como elucidado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010) no capítulo anterior, aborda os processos de visibilidade tendo como instrumentos a ocupação dos lotes, diante da paisagem central da cidade. Os Cemitérios oitocentistas de Belém que foram fincados como “território invisível”<sup>34</sup> e como equipamento secularizado, territorialmente a partir do século XIX, se consolidaram com a imagem de lote cemiterial na cidade, sendo este lote restrito exclusivamente para rituais fúnebres, que visualizamos ainda hoje.

Tomando posse dos conceitos de Desterritorialização<sup>35</sup> e Re-territorialização<sup>36</sup>, elencados por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), no início do século XIX, o Cemitério como equipamento urbano em Belém sofre uma desterritorialização, ao sair da paisagem cotidiana da cidade através do interior e arredores das igrejas, visto que modelos implantados em Paris, começam a ser transferidos para todo mundo, disseminando novos ideais de higiene.

A drástica mudança e ruptura através do Cemitério da Campina, característica dessa cidade moderna e saudável importada, não foi aceita tranquilamente pelos belenenses, como descrito no Capítulo 2, referente à contextualização dos espaços de enterramento em Belém, e as propostas de secularizar este espaço da Igreja, seguem sendo descumpridos pela elite local da época.

Um viés determinante nos processos de modernização das cidades, são as epidemias e pestes, que assombravam a realidade oitocentista de várias cidades no mundo. Em Belém, a Febre Amarela e a Cólera devastam um terço da população local, e impulsionam medidas mais radicais quanto aos enterramentos em lugares específicos, consolidando desta forma a

---

<sup>34</sup> Termo apresentado por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010) no Capítulo 2, referente aos espaços que são invisíveis perante ao cotidiano da sociedade.

<sup>35</sup> Termo referente a retirada do espaço fúnebre do território central da cidade, proposto por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010).

<sup>36</sup> Termo referente ao remanejamento dos espaços fúnebres para zonas de subúrbio da cidade, proposto por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010).

desterritorialização do Cemitério eclesiástico, para um novo lote, demarcado na malha da cidade com propostas higienistas, em que se pretende, além de dá um pontapé inicial para uma Belém moderna, que se consagrará, nos finais do século XIX e início do Século XX, sessar as insatisfações de ordem higiênicas e políticas da população belenense com a província.

Em 1850, observa-se a re-territorialização do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, se tornando no passar dos anos, e com a imposição de leis municipais para a utilização dele, um novo território visível e integrante da Belém de meados do século XIX, fazendo parte da coletânea do Álbum de Belém de 15 de novembro de 1902 e se tornando um lote hierarquizado e seletivo (Figura 39).

Figura 39- Imagem do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade inclusa no Álbum de Belém.



Fonte: Belém, 1902.

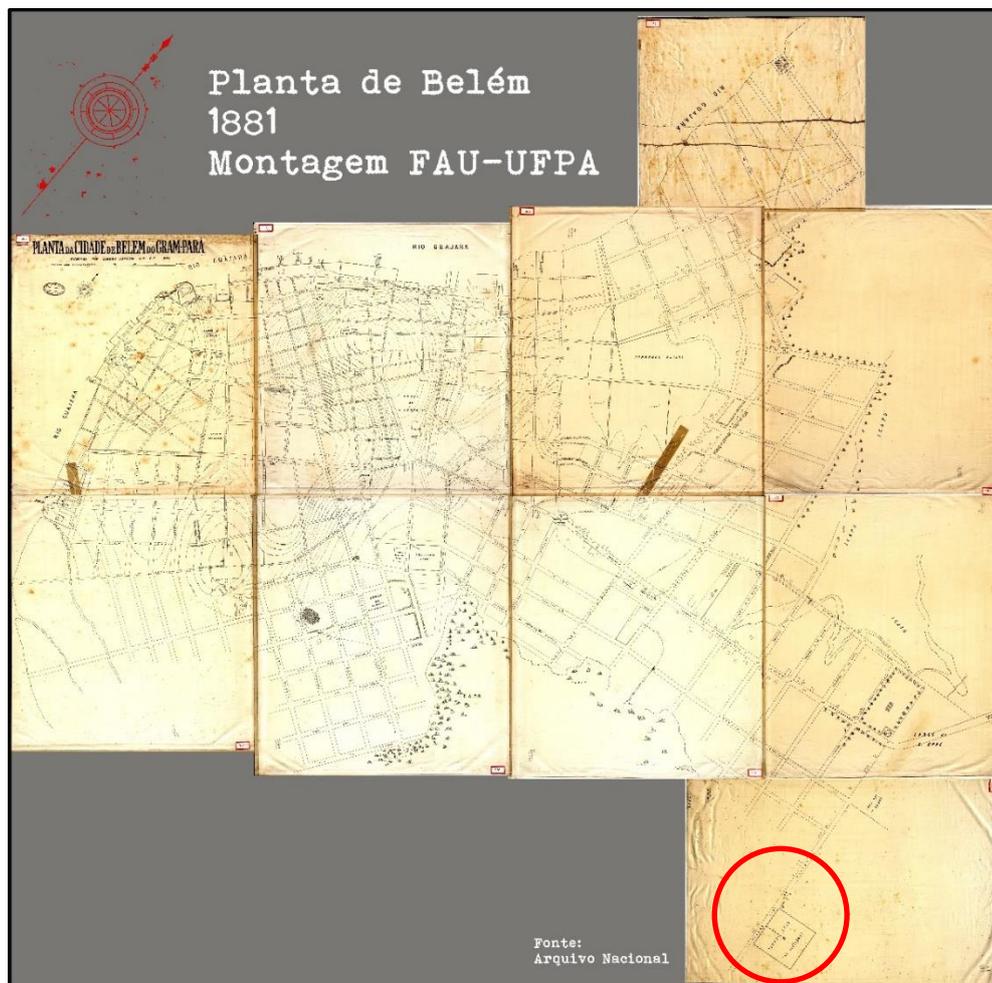
As pesquisas e aprimoramentos referente às práticas médicas seguem durante o século XIX, assim como Belém inicia sua propulsão econômica com o início da exploração da Borracha. Essas questões se tornam diretrizes de uma nova desterritorialização e re-territorialização dos cemitérios do século XIX de Belém.

O impulso econômico da Borracha, permite a expansão territorial da cidade de Belém, transformando bairros como Batista Campos, Nazaré e Reduto, bairros centrais, cujo nos anos anteriores eram tratados como subúrbios (rocinhas) e eram os bairros limítrofes da cidade. Essa expansão, aliada a preocupações com uma nova epidemia que se alastrava pela cidade, a

Variola, preconizam a re-territorialização em 1878 do Cemitério de Santa Izabel, no até então nada povoado bairro do Guamá.

Assim como o Cemitério de Soledade 28 anos antes teve sua localização definida por conceitos de Modernidade, Higienismo, Laicização e Secularização vigentes das utopias europeias do século XIX, sendo manifestado espacialmente na cidade como um arrabalde<sup>37</sup>, que posteriormente se transformaria no bairro de Batista Campos, o Cemitério de Santa Izabel, tem o seu lote demarcado seguindo os mesmos preceitos, como é ilustrado na Planta Urbana de Belém de Edmundo Compton de 1881, onde o lote cemiterial do referido Cemitério aparece isolado das demais quadrículas (Figura 40).

Figura 40- Planta de Edmundo Compton com a demarcação do Cemitério de Santa Izabel isolado na planta.



Fonte: Arquivo Nacional, 1881 (Adaptada pela autora).

<sup>37</sup> Termo que designa algo que se encontra a margem da cidade, ou na periferia da mesma. Estes locais que estão no arrabalde da cidade, são expulsos do centro urbano de virtude de conceitos religiosos e higienistas de cada época.

Diante desta expansão esperada da cidade de Belém, que durante o século XIX, teve avanços territoriais consideráveis pautados no ideal de modernidade, o período de exploração da Borracha, que além de promover a imigração de diversos trabalhadores e investidores para Belém, melhorou a dinâmica econômica na cidade, o que possibilitou, além da expansão territorial, o melhoramento das avenidas e demais equipamentos urbanos, na virada do século XIX para o XX.

Como referido anteriormente, o Cemitério da Soledade em 1880, se situa em uma região em consolidação, o bairro de Batista Campos, como é possível observar na Planta Urbana de Edmund Compton anexada a cima. Em detrimento desta conjectura inerente ao processo de ocupação do território, de crescimento populacional e ao aterramento do alagado do Pirí, em 1803, que anteriormente limitava o crescimento da cidade de Belém, o Cemitério da Soledade é fechado para enterramento, visto que a manutenção das atividades do mesmo, em ambiente já habitado, era contrária aos ideais de modernidade tão preconizados para a inauguração do mesmo somente 30 anos antes. Além disso, como referido no Capítulo 2 quanto a comissão médica que prescreveu o fechamento do mesmo, as missões higienistas na cidade permaneceram ativas<sup>38</sup>, sendo continuadas até o século XX, com transformações nos traçados viários em prol de uma modernidade salutar.

A constante aglomeração urbana é, sem dúvida, a responsável pelo atual rearranjo socioespacial em que os cemitérios se encontram, pois, se antes eles eram edificadas em ambiente extracitadinos, hoje fazem parte definitiva da geografia urbana, com muitos deles atualmente localizados nas zonas centrais das cidades. (SOUZA; RIBEIRO FILHO, 2016, p.7)

Nesta circunstância, o cemitério não é desterritorializado, visto que não há mudanças em seu lote, porém o Cemitério da Soledade volta a ser um território invisível<sup>39</sup> perante as suas atividades interrompidas, mas paradoxalmente permanece sendo um território-lote visível e presente na cidade, como uma caixa de memórias congeladas no tempo daqueles que tiveram entes enterrados no seu solo. No aspecto da cidade, há a re-territorialização do território invisível do Cemitério de Belém, o Santa Izabel, que enfatiza mesmo que no fim do século XIX, que há o padrão de expulsão dos lotes cemiteriais dos centros urbanos e a demarcação desses espaços como limítrofes da cidade. É importante ressaltar que o processo de modernização de Belém, nessa virada do século, toma sentidos opostos a localização do bairro do Guamá, cujo a planificação do bairro do Marco, possibilita os avanços expansionista da cidade em sentido

---

<sup>38</sup> Nesse período, o maior viés do modelo de modernidade transferido de Paris em Belém foi o Higienismo.

<sup>39</sup> Neste aspecto pontuo como o espaço continua a não ser visto pelo cotidiano da sociedade, mesmo que espacialmente o mesmo se encontra submerso a uma nova ocupação territorial de Belém.

Norte e Leste, mantendo assim o teor de arrabalde ao bairro em que o Cemitério se situa até meados do século XX.

Diante de todas estas questões colocadas a cima, é importante compreender que as mudanças urbanas que Belém viveu em prol de se tornar uma cidade moderna estão pautadas, no consciente da sociedade do lugar perfeito, a cidade ideal<sup>40</sup>. A racionalização da vida urbana tem um pressuposto basilar na cidade igualitária, justa e perfeita, onde tudo se encontra uniforme para evitar a conturbação e a anarquia. “ A cidade ideal aparece historicamente como superação da cidade real” (SAMPAIO, 1996, P.55), e esta afirmação é vista através da apropriação da Cartografia de Belém, onde em um determinado período (o auge das importações de modelos) há uma sobreposição da cidade projetada e ideal sobre a real, através dos planos urbanísticos de Antônio Lemos, e representados graficamente nos Plantas de Nina Ribeiro (1899) e José Sidrin (1905). Através da cidade utópica, que se defende a transferência de modelos higienistas para a cidade e para o cemitério.

Quando voltamos para a cidade real de Belém, notamos que a cidade utópica não foi um pensamento em larga escala que englobasse a cidade como um todo, mas que se concretizou através modelos geométricos importados implantados em determinados pontos e lugares, criando assim a noção de centro e subúrbio. Voltando para o aspecto de territórios visíveis da cidade, o centro urbano possui todas as atividades que uma cidade moderna se orgulha de ter, como o comercio, o lazer e afins. Entretanto o subúrbio só foi englobado nos planos urbanísticos no sentido dos transportes dos bondes elétricos, visto que só havia um único ponto de bonde que chegava no Cemitério de Santa Isabel no fim do século XIX. Ou seja, o pouco habitado bairro do Guamá ficava restrito as atividades que não eram consideradas higiênicas, como os cemitérios, os asilos e etc. Estas afirmações irão ser representadas através do Mapa Temático Urbano das relações de crescimento urbano de Belém e a localização dos cemitérios em zonas de arrabaldes, os subúrbios, que são os delimitadores espaciais da cidade de Belém em diferentes períodos em análise.

As abordagens referidas nessa presente análise foram sistematizadas através de um Mapa Temático Urbano, que expressa graficamente a posição dos Cemitérios, o da Soledade e de Santa Isabel, com a expansão territorial da cidade de Belém, justificados pelos conceitos utópicos do século XIX, a impulsão econômica vivida por Belém, e demais contextualizações

---

<sup>40</sup> Esta é derivada das utopias do século XIX, sendo resultado dos processos dos séculos XVI e XVII, cujo a mentalidade utopista liberal vai ser ultrapassada pela visão utopista revolucionária, instaurada no século XVIII.

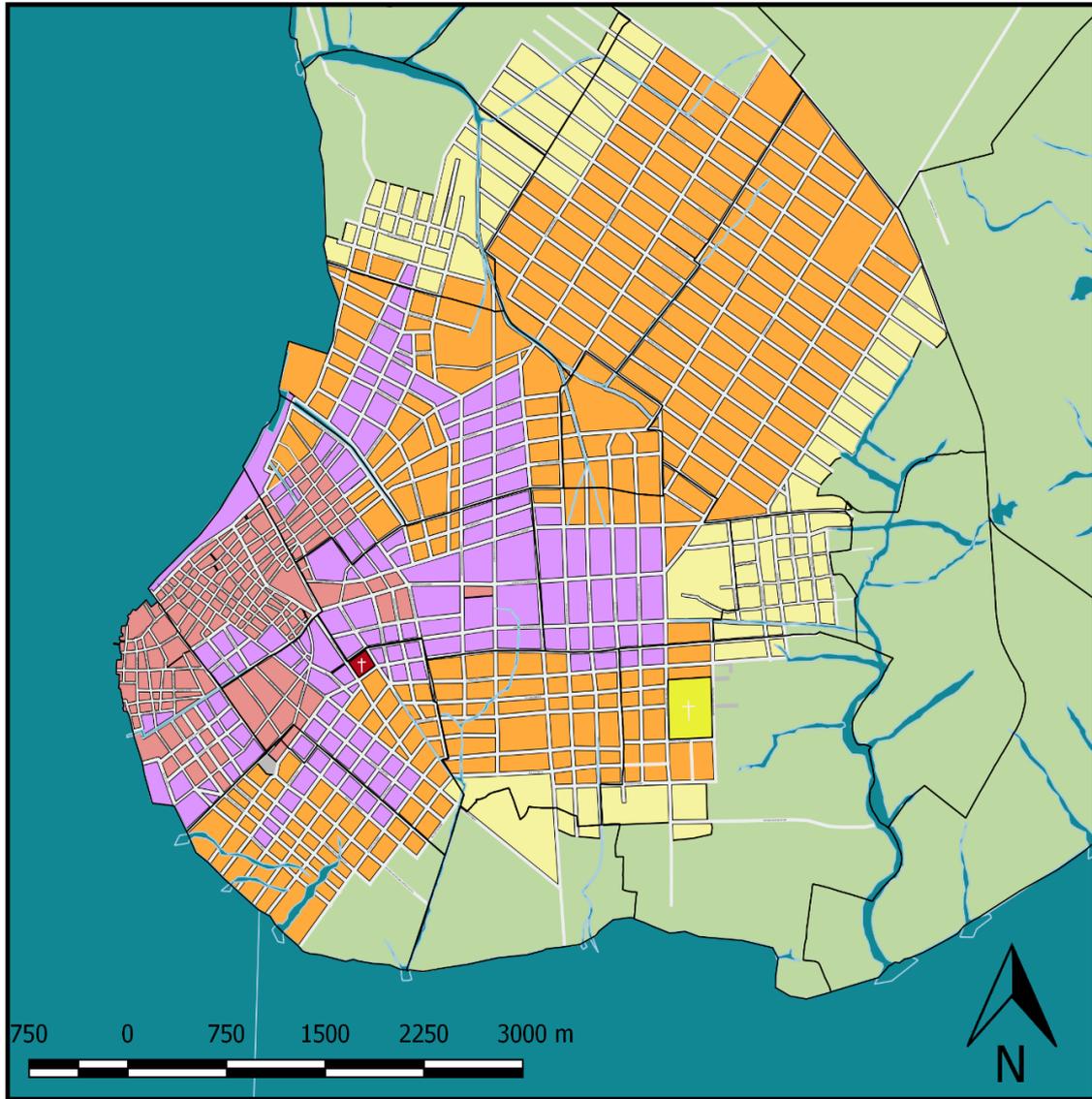
relatadas a cima. De acordo com cada período de crescimento territorial de Belém, os dois cemitérios citados, fazem um jogo de territórios visíveis e invisíveis perante a cidade, dependendo dos processos históricos e sentidos de crescimento que Belém sofreu, como relatado no item 2.1.

Esta análise tem como objetivo aprimorar o entendimento de que os cemitérios quando são transferidos para a extremidade da cidade, significa que isto é uma representação social da população em relação à morte, agora pautada em conceitos de Modernidade, Higienização, Secularização e Laicização. Neste Mapa Temático, que utilizou como fonte os dados de comparação entre as Plantas Urbanas, o primeiro item analisado é a expansão espacial da cidade de acordo com o aumento populacional, e onde os cemitérios se encontravam nesta expansão. Para esta pesquisa buscou-se através dessas análises focadas na relação do cemitério com a cidade, complementar o entendimento da História Urbana de Belém e seu desenvolvimento relacionado à evolução, ampliação ou locação dos cemitérios do século XIX.

A produção deste Mapa Temático demonstra a necessidade de compreender que uma cidade se expande e desenvolve em função de equipamentos urbanos, neste caso os cemitérios, que através de conceitos de modernidade do século XIX foram moldando e delimitando a cidade, levando em consideração questões subjetivas da sociedade na implementação dos cemitérios e de tais conceitos.

No mapa de Análise da relação dos cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel na expansão da cidade de Belém no período de 1868-1936, a ocupação do território de Belém até 1868, demonstra a dinâmica de centro e subúrbio, onde neste momento, o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade se encontra distante do centro urbano, no subúrbio de Belém. Já na ocupação de até 1881, os lotes habitados começam a englobar o Cemitério da Soledade, que acabara de ser fechado para enterramentos, porém o Cemitério de Santa Izabel, segue os mesmos preceitos sofridos pelo da Soledade na planta anterior, estando no subúrbio da Belém de 1881. Na ocupação de até 1919, os dois cemitérios já se encontram envoltos ao que se considerava a cidade habitada de Belém. As demais ocupações se dão depois do que se considera a Belém de 1936, ressaltando que se optou por findar a análise neste mapa, para averiguar como as ampliações do Cemitério de Santa Izabel no início do século XX influenciaram nos processos de ocupação territorial do entorno e de expansão da cidade (Mapa 1).

ANÁLISE DA RELAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL NA EXPANSÃO DA CIDADE DE BELÉM NO PERÍODO DE 1868-1936



**LEGENDA**

- OCUPAÇÃO ATÉ 1868
- OCUPAÇÃO ATÉ 1881
- OCUPAÇÃO ATÉ 1919
- OCUPAÇÃO A PARTIR DE 1936
- CEMITÉRIO DE SANTA IZABEL- 1878
- CEMITÉRIO DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE-1850
- HIDROGRAFIA
- TERRITÓRIO LIVRE



BELÉM- PARÁ-2018



### 4.3. ALTERAÇÕES NO ENTORNO DOS CEMITÉRIOS DE NOSSA SENHORA DA SOLEDADE E SANTA IZABEL NO PERÍODO DE 1868-1936

Elencando Waisman (1972), a estrutura do entorno que é apoiado na investigação histórica e derivado dos modos de pensamento da tecnologia e das ciências exatas, visa compreender as relações estruturais que existem nos objetos contidos no campo. Sendo como um objeto da ciência do desenho, é envolto pelas unidades culturais, que estruturam o conjunto total. Como determinado por Waisman (1972), para formar estas unidades culturais é necessário diferenciar o objeto em relação a outros objetos, visto que os conjuntos variam de uma época para outra, e entender que os sistemas e as instituições, como por exemplo as religiosas (que é a instituição indireta no caso desta pesquisa), delimitam o objeto.

Esta institucionalização do entorno não significa que seus limites haviam sido precisados: podem incluir em somente os aspectos visuais e tangíveis daquilo que rodeia o homem, ou também elementos intangíveis como a comunicação e até a mesmo a cultura. (WAISMAN, 1972, p. 40, tradução nossa)

A produção do entorno pode ser caracterizada por mapas arqueológicos, que podem ter três qualidades culturais, sendo elas: o diálogo entre espaços, funções e formas, que “relaciona atividades e usos do espaço com as formas edilícias” (CARVALHO, 2013); a perspectiva estética, que visa relacionar a linguagem com o “tempo-histórico de produção” (CARVALHO, 2013), além de estabelecer relações entre as edificações e território; e as transformações sociais e culturais. As edificações como unidades culturais são um “conjunto de atividades, feitos e problemas- [...] que encontram sua unidade em um sistema de valores e modos de ação e de pensamento suficientemente relacionados entre si, sendo possível diferenciá-los de outras unidades culturais” (WAISMAN, 1972, p.47).

O estudo da história do entorno tem como meta, descobrir as relações que ocorrem no meio social e todos os elementos que conduzem a construção do entorno, além de aprofundar em seus significados o objeto de descobrir as condições do saber e a prática arquitetônica em relação à prática social e a configuração do habitat. Ou seja, de maneira mais clara, o entorno urbano visa determinar o grau de identidade atribuído pelo espaço circundante à edificação.

Waisman (1972) sistematiza a relação de edificação e entorno, cujo a edifício é o elemento principal para o diálogo entre a obra e as edificações vizinhas, assim como as modificações temporais ocorridas neste entorno. Tirando como base esses conceitos, e substituindo o edificado pelo lote construído dos cemitérios, utiliza-se a ideia de entorno urbano em função dos Cemitérios oitocentistas de Belém, sendo estes considerados unidades culturais.

Através da abordagem da história do entorno e das unidades culturais, serão produzidos mapas do território de Belém e seus cemitérios do século XIX, que tem como objetivo compreender o entorno construído ao redor dos mesmos. Diante destas diretrizes, considerou-se o entorno imediato, as quadras adjacentes aos lotes do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade e do Cemitério de Santa Izabel, sendo analisadas as alterações nos lotes e vias imediatas aos mesmos, em diferentes recortes temporais, segundo as Plantas Urbanas de Belém selecionadas e acima citadas.

Quanto as relações de entorno entre os cemitérios e as quadras adjacentes, Waisman (1972) embasa essas alterações ao afirmar que:

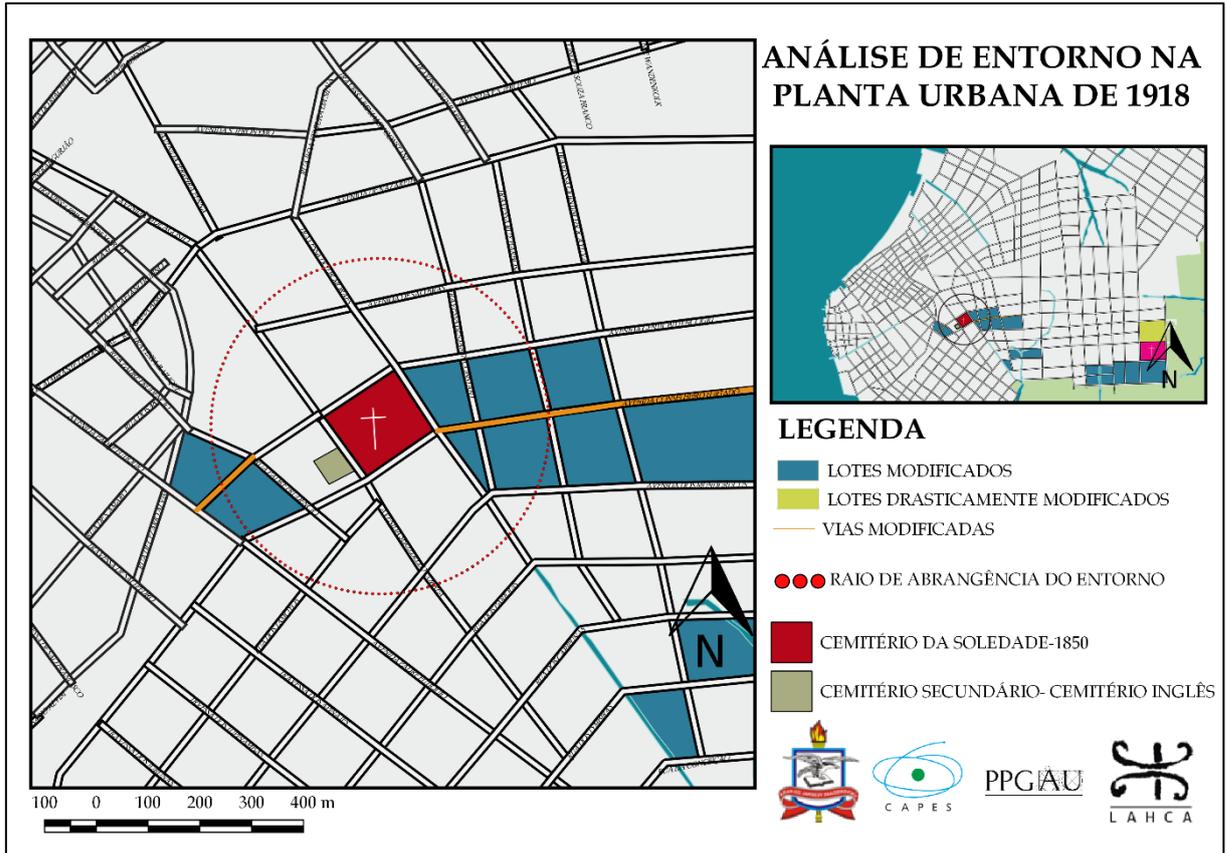
Há sistemas de relações que são simultaneamente interiores e exteriores à unidade, isto é, que o tempo que estruturam seus elementos internos, valem como nexos de comunicação e de transmissão de estímulos, de tendências sociais e culturais, de conhecimento e de modos de ação, entre o universo cultural e a unidade considerada. (WAISMAN, 1972, p. 51)

Esta análise tem como objetivo demonstrar como os cemitérios, sendo espaços construídos, interferem na identidade do espaço circundante dos mesmos, que no caso desta pesquisa, se restringe às modificações formais dos lotes adjacentes dos mesmos e como eles são equipamentos fundamentais, quanto a sua localização na cidade, para a consolidação do entorno, através da malha urbana. Nestes mapas buscou-se tratar de dois subitens de análise, que são: a alteração das vias urbanas ligadas ao entorno dos cemitérios, causadas pelo crescimento urbano, onde as mesmas são traçadas ou realinhadas dependendo da posição em que estes lotes estavam situados em relação à cidade; e a modificação dos lotes dos cemitérios ou adjacentes a eles, que com a expansão urbana são delimitados em função de uma malha urbana determinada em cada período de planta estudada.

Para esclarecimento desta análise, optou-se em primeiro momento relatar as alterações no entorno do lote cemiterial do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, e em segundo momento as alterações ocasionadas no entorno do lote cemiterial do Cemitério de Santa Izabel. No mapa de 1868, tomando por base a relação de entorno das quadras adjacentes, nota-se que o entorno do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, e o Cemitério Inglês, que também se encontra na Planta Urbana original de 1868, possuíram modificações posteriores à planta em estudo nas quadras adjacentes, entre o perímetro das antigas ruas Estrada do Arsenal (atual Av. Tamandaré), Rua do Espírito Santo (atual R. Gama Abreu), Estrada de Nazareth (Av. Nazaré), Estrada da Constituição (atual Av. Gentil Bittencourt), Travessa Princesa (atual Tv. Benjamin Constant), e Travessa de São Matheus (atual R. Presidente Pernambuco), sendo as últimas, vias





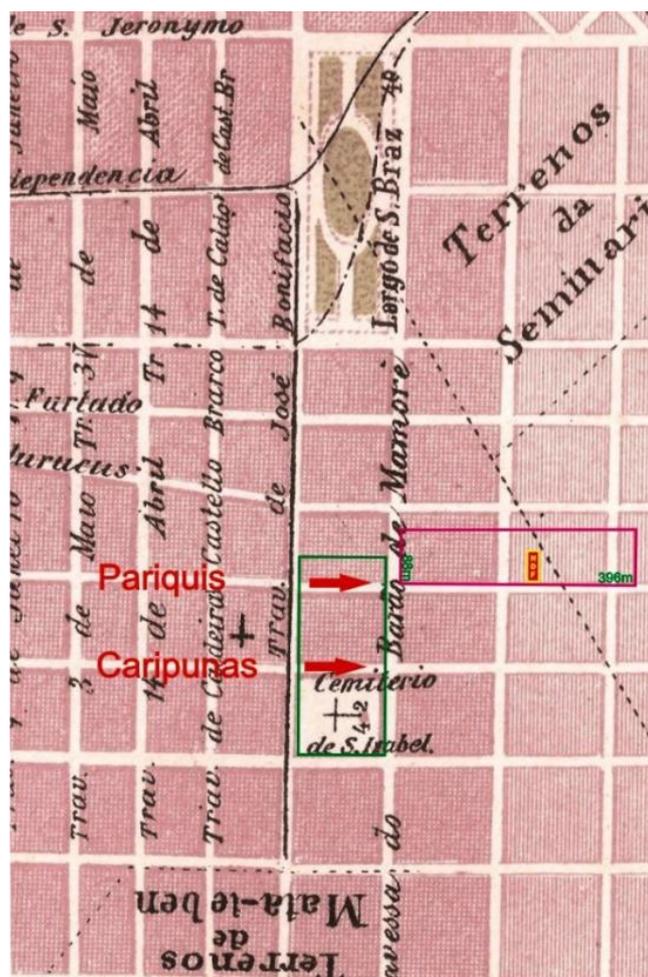


Fonte (Base): George Lima, 2018. Elaboração: Amanda Botelho, 2018.

E para concluir a análise de entorno urbano do lote cemiterial do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, o mapa de 1936 elucidava que neste período o bairro em que o cemitério se situa, o Batista Campos, já está consolidado e faz parte do centro urbano de Belém, concluindo desta maneira que não há alterações no entorno atribuídas pelo lote construído do cemitério, visto que neste momento a cidade influenciou esse espaço, e não o inverso como aconteceu com os demais momentos (Mapa 5).



Figura 41-Ampliação da Planta Urbana de Nina Ribeiro 1899, com o lote do cemitério de Santa Izabel em formato quadrado.



Fonte: Baleixe, Bibas e Homobono, 2014.

Não se tem evidencias quanto ao tamanho do cemitério de Santa Izabel em relação a malha urbana no ano de sua inauguração em 1878. Entretanto, dois anos posteriores a sua inauguração em 1880, já se nota a ampliação em seu lote, cujo o mesmo se findava na Rua dos Caripunas, como se compara na Planta Urbana de Nina Ribeiro, e como expõe Baleixe e Bibas (2014) (Figura 42).









## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde dos primórdios da existência humana o conceito da transição para a morte interfere nas práticas mortuárias das pessoas e até nas cidades. Além disso, novas tecnologias construtivas, normas sanitárias, crescimento populacional e principalmente governo ou clero, são os responsáveis pelo rumo que os cemitérios tiveram na cidade no decorrer da história. A localização dos espaços fúnebres do século XIX em Belém, seguiram os caminhos pautados nos ideais de higienismo, salubridade, avanços na medicina, expansão urbana e de dessacralização dos cemitérios, vivenciada por uma cidade que clamava por modernidade e renegava o espaço da morte em um território visível da cidade. Desde do primeiro espaço de sepultamento em Belém ao último, dentro do período estudado, eram implantados em função do grau de potencialização do sentimento de morte transmitido pelas crenças da época, e diversos temores referentes as epidemias e condições de saúde que grande parte daqueles mortos haviam adquirido.

Todos os processos ocorridos nas cidades em função dos cemitérios, são a comprovação de como a religião domina o território. Apesar dos cemitérios passarem pela secularização do espaço na teoria, eles continuam sendo influenciados pela religião dos que os frequentam. Através de rituais fúnebres, os cemitérios absorvem características que se tornam parte inerente do morrer, e que estão tão impregnados na consciência coletiva das pessoas que se tornam automáticas e permanentes. Tratar dos Cemitérios é tratar da morte como representação dos homens vivos sobre os mortos. Esses homens são os instrumentos para a apropriação dessas características, e são eles que irão assumir os rituais fúnebres impostos pela religião, e assim perpetuar para o coletivo.

Nota-se que o termo cemitério é de origem antiga e mesmo não se retratando do espaço murado, com funções seculares diante da igreja, como se caracterizam os cemitérios do século XIX, ele já remetia aos processos de sepultamento e enterramento do homem. Esses processos de sepultamento, além de contextualizarem como esses cemitérios se consolidaram no território em diferentes épocas, permitem compreender como esses espaços são frutos de ideais de uma época, e que a sociedade sendo instrumento desses ideais, geram uma relação recíproca, cujo impõe a sua realidade temporal sobre os Cemitérios e sofre imposições deles.

Quando estes parâmetros estão voltados para a relação da cidade de Belém com os cemitérios do século XIX, sendo expressa na relação do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade com o bairro de Batista Campos e o Cemitério de Santa Izabel com o bairro do Guamá,

os processos históricos vividos pelos cemitérios em estudo, relatam os mesmos processos que outras cidades brasileiras sofreram, como colocadas por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), passando a ser espaços invisíveis e de subúrbio da cidade, situando estes espaços no limite urbano da cidade, sendo eles rejeitados pela população na sua dinâmica social. Atualmente os cemitérios seguem constituindo um novo arrabalde, onde os novos cemitérios parques continuam sendo expulsos das áreas altamente densas e valorizadas do centro urbano.

É interessante notar que os Cemitérios de Belém foram impulsionados, demarcados e situados assim como diversos cemitério oitocentistas surgidos no mundo, entretanto a particularidade da população paraense, a sua história e sua cultura, não pode ser desconsiderada, na implantação e aceitação do mesmo, que mesmo contrariada, se viu obrigada a mudar o costume fúnebre. Essa conclusão só foi possível de ser identificada através da utilização da História Urbana como ferramenta de compreensão da História da Cidade e os processos sociais que a mesma passou.

Os processos sociais que fizeram a localização dos cemitérios terem uma relação direta com a expansão da cidade e alterações no entorno, tiveram uma análise mais facilitada graças a ferramenta cartográfica. Em função das Planta Urbanas utilizadas como fontes comparativas para se chegar nesta análise, fica evidente que há um melhoramento das técnicas de precisão dos mapas, visto que percebeu a incoerência em algumas informações da Planta Urbana de 1868, que não se repete na Planta de 1936. Além disso, foi através dos mapas produzidos para esta dissertação, que se evidenciou que os dois espaços (Cemitério de Nossa Senhora da Soledade e Cemitério de Santa Izabel) seguiam as mesmas ideias assim que inaugurados, e que depois de sofrerem pressões do entorno, paradoxalmente, acabaram gerando mudanças no mesmo.

Quanto as questões ligadas aos conceitos europeus importados do século XIX, ficou claro que os Cemitérios se relacionam com a modernidade, e que ela foi um pensamento imprescindível para a territorialização dos mesmos, além de ser determinante para expansão da cidade tendo os cemitérios como os limitadores. Entretanto de maneira mais correspondente com o tema em estudo, o Higienismo, faz uma relação direta com estes espaços, visto que os Cemitérios faziam parte dos ambientes tratados como insalubres, pelos médicos sanitários da época. Na realidade, o Higienismo passa a se relacionar com os Cemitérios quando os mesmos são criados e expulsos para fora das igrejas, já que até o século XVIII não era considerado insalubre sepultar os mortos no interior das mesmas, e sim era visto como um ato religioso de clamor para chegada aos céus. A secularização foi vivida pelos cemitérios oitocentistas de

maneira utópica, já que mesmo esses espaços não fazendo parte integrante das igrejas, eles continuam a ser administrados e utilizados por elas. No pensamento do belenense oitocentista, continuava sendo primordial a presença da igreja materializada pela capela para manter o campo santo, e assim ter a certeza que a alma do morto chegaria aos céus. A laicização, é um conceito inteiramente ligado à Secularização. A secularização cria a laicização, cria o espaço laico. E assim como a secularização em Belém, os cemitérios foram espaços laicos vividos em teoria.

Referente a análise da relação dos cemitérios e a expansão da cidade, podemos concluir que o Cemitério de Nossa Senhora da Soledade é inaugurado numa fase de início de desenvolvimento econômico da cidade de Belém. Isto ocasionou na permeabilidade deste lote na área central urbana, levando ao fechamento do mesmo 30 anos após sua inauguração. Caso diferente do Cemitério de Santa Izabel, situado no subúrbio da cidade, cujo se manteve afastado do núcleo urbano em função das propostas urbanísticas de expansão percorrerem sentidos territoriais opostos aos bairros Sul de Belém. Diante disto, os cemitérios oitocentistas de Belém foram situados em função dos ideais de modernidade oitocentista, vividos pela população belenense, que estampou espacialmente na cidade seus preceitos sociais existentes da época. Ainda diante dessa análise, faço um questionamento para uma posterior resposta sobre esses espaços de enterramento em Belém. Seria possível afirmar que o ideal moderno de Cemitério, na primeira tentativa de implantação de um espaço público, na cidade de Belém, o Cemitério da Campina, foi inicialmente vivido pela população de baixa renda e suburbana da cidade? Já que era utilizado por excomungados, índios, negros e etc. E? que somente depois da transferência do modelo Francês consolidado no centro urbano de Belém, que tais essências modernas foram vividas pela elite, a qual de fato fazia parte da “cidade que se queria”? Ou seja, diferentemente de Paris, a elite Belenense não foi a vanguardista nas vivências modernas, e sim a população de menor oportunidades?

Pela observação dos aspectos analisados, conclui-se a relevância da Revisão de Literatura, que delimitou os marcos teóricos-conceituais do trabalho e indicou as lacunas existentes na produção científica do tema, norteador o objetivo do trabalho e o percurso de pesquisa a ser seguido. Os conceitos sugeridos por Bonjardim, Bezerra e Vargas (2010), referentes ao território facilitaram o desenvolvimento da contextualização histórica de toda evolução do espaço fúnebre, quando esses espaços são equipamentos urbanos que possuem uma relação dinâmica com a cidade. As evoluções históricas complementaram o conteúdo da Revisão de Leitura, facilitando o entendimento dos conceitos utilizados pelos autores

escolhidos como marcos- teóricos. A parte que se refere à evolução desses espaços na cidade de Belém, permitiu compreender que os processos sociais padronizados em outras partes do mundo, foram ocasionados pelos mesmos fenômenos que sucederam os processos em Belém, como a racionalização, a modernidade, a laicização do estado, a higienização e a dessacralização dos cemitérios, porém o desenvolvimento histórico de cada região foi importante para alterar as formas de aceitação da nova representação da morte.

Além disso propondo uma curta análise que transpassa o recorte temporal escolhido para esse trabalho, questiono como se deram os processos de re-territorialização dos demais cemitérios públicos existentes em Belém inaugurados em meados do século XX, e a presença de mais de dois Cemitérios Municipais, mudam algum aspecto a questão de território invisível dos Cemitérios para a Cidade, já que as distancias com a morte fundamentada no século XIX permanecem até os dias atuais. Diante destes questionamentos fica claro que o tema sobre os cemitérios possui uma infinidade de recortes temporais e diversas abordagens, possibilitando assim a continuidade na pesquisa sobre os mesmos.

Tanto a vida quanto a morte refletem a interação da arquitetura com a vida humana, visto que ela traduz a interpretação da morte através dos cemitérios. Sentimentos, contextos históricos, crenças, ciências, normas sanitárias e afins, interferem e constroem a concepção e execução dos cemitérios até os dias atuais. Além de todas essas parciais conclusões, foi verificado nesta dissertação a dualidade temporal dos cemitérios, visto que se apresentam como o eterno por serem tratados de cápsulas temporais e serem um espaço impossível de serem apagados da paisagem urbana física, por representarem o passado e a história de uma sociedade, e como o mutável, já que internamente, no seu entorno e na expansão territorial da cidade, como vimos nas duas análises realizadas por esta dissertação, sofreu mudanças nos rituais e representações da morte e do morto de acordo com a mudança de crença de uma sociedade. Ou seja, figurativa ou literalmente, os cemitérios são o passado e o futuro de todas as sociedades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas, magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura – Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora UAPÊ, 2000.
- CORBIN, Alain. **Saberes e odores: O olfato e o imaginário social nos séculos dezoito e dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002. 210 p.
- CRUZ, Ernesto. **Procissão dos Séculos: Vultos e episódios da História do Pará**. Belém: Edições Memória Paraense, 1952. 243 p.
- FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George (org.). **Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna. Natal, 1890-1940**. Natal: EDUFRN-Editora da UFRN, 2006. 334 p.
- FERREIRA, J. M. Simões. **A arquitetura para a morte: A questão cemiterial e seus reflexos na teoria da arquitetura**. Roma: Ed. FCG FCT, 2009.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto. **A Morte na região de Lisboa nos princípios do século XX**. Lisboa: Edições Arrábida, 2006.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- LAUWERS, Michel. **O nascimento do cemitério: Lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval/Michel Lauwers; tradução: Robson Murilo Grandó Della Torre; revisão técnica: Néri de Barros Almeida**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. 398 p.
- LEPETIT, Bernard. **Por Uma Nova História Urbana/ Bernard Lepetit; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; [tradução de Cely Arena]**.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MARTINELLI, Marcello. **Cartografia Temática: Caderno de Mapas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 184 p.
- MOTTA, Antônio. **À Flor da pedra: Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros**. Recife: Editora Massangana, 2008. 202 p.
- OLIVEIRA, Thomas Bruno. **Pré-história II: Estudos para a arqueologia da Paraíba**. João Pessoa: Jrc Editora, 2011. 131 p.
- PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará: Estudo da Geografia Urbana, 1º e 2º volumes**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1968.

- REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 445 p.
- ROCQUE, Carlos. **História geral de Belém e do Grão-Pará.** Belém: DistribeL, 2001. 301 p.
- RODRIGUES, Paula Andréa Caluff. **O tempo e a pedra.** Belém: Santa Marta, 2003. 79 p.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 181 p.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912).** 2. ed. Belém: Paka-tatu, 2002. 212 p.
- SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo: Guia Prático para o Trabalho de Pesquisadores em Pós-graduação.** São Paulo: Edusp - Mandarim, 2006.
- TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará: Instantes e evocações da cidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Sa, 1963. 333 p.
- VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004. 290 p.
- WAISMAN, Marina. **La estructura histórica del entorno.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1972. 278 p.
- WANG, David C.; GROAT, Linda N. **Architectural research methods.** New York: John Wiley & Sons, 2002. 389 p.
- ZUCCONI, Guido. **A cidade do Século XIX/ Guido Zucconi; [tradução e notas Marisa Barda].** São Paulo: Perspectiva, 2009. 205 p.- (Debates;319).

## PREFÁCIO E CAPÍTULOS DE LIVROS

- ALMANDOZ, Arturo. Revisão historiográfica urbana na América hispânica, 1960-2000. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). **A cidade como História: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo.** Salvador: EDUFBA, 2004. p. 117-150.
- BENJAMIN, Walter. A Paris do Segundo Império em Baudelaire. In: KOTHE, Flávio Rene (org.). **Walter Benjamin - Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Cap. 2. p. 44-122.
- BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do Século XIX. In: KOTHE, Flávio Rene (org.). **Walter Benjamin - Sociologia.** 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Cap. 1. p. 30-43.
- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p. 85-111.
- GORELIK, Adrián. La modernidad y sus supuestos. In: MULLER, Luís. **Modernidades de Província: Estado y Arquitectura em La Ciudad de Santa Fé 1935-1943.** Santa Fé: UNL, 2011. p. 9-12.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MELO, Wander Miranda (ed.). **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

HARLEY, John Brian. Hacia una deconstrucción del mapa. In: \_\_\_\_\_. **La Nueva Naturaleza de los mapas**: Ensayos sobre la historia de la cartografía. Cidade do México: FCE (Fondo de Cultura Económica), 2005. Cap. 5. p. 185-207.

HERSHBERG, T. The future of urban history. In: FRASER, D. e SUTCLIFFE, A. (eds.) **The pursuit of urban history**. Londres: Edward Arnold Ltd, 1983.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: Ensaio de Teoria e Metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 7. p. 271-296.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. **História da vida Privada no Brasil**: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Cap. 2. p. 95-141.

SANTOS, Juvandi de Souza. Vida e morte nos grupos humanos: algumas informações preliminares. In: OLIVEIRA, Thomas Bruno (org.). **Pré-História II**: Estudos para a arqueologia da Paraíba. João Pessoa: Jrc Editora, 2011. Cap. 1. p. 11-26.

SEGAWA, Hugo. Do Anticolonial ao Neocolonial: A busca de alguma modernidade 1880-1926. In: \_\_\_\_\_. **Arquiteturas no Brasil**: 1900-1990. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. Cap. 2. p. 29-39.

SILVA, Luís Octávio da. Cidade e História: Um olhar epistemológico. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). **A cidade como História**: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 151-173.

TEIXEIRA, Manuel C. História Urbana em Portugal, os últimos dez anos: 1992-2002. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **A cidade como História**: Os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 91-116.

## DISSERTAÇÕES E TESES

ARRUDA, Euler Santos. **Porto de Belém do Pará**: Origens, Concessão e Contemporaneidade. 2003. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CABAÇO, Patrícia Gonçalves. **Cemitérios Municipais de Lisboa**: Estratégias de Articulação entre Thanatos e Polis. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

CARVALHO, Bárbara Moraes de. **Arquitetura Pública Moderna**: Uma caracterização sobre tipologia e lugar na cidade de Belém. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Instituto Tecnológico, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CARVALHO, Hugo Pereira de. **A inclusão do cemitério no espaço da cidade**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2012.

COIMBRA, Adriana Modesto. **A cidade como narrativa: Francisco Bolonha e o papel da arquitetura e da engenharia no processo de modernização da cidade de Belém- 1897-1938.** 2014. 316 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

FIALHO, Daniela Marzola. **Cidades Visíveis: Para uma história da cartografia como documento de identidade urbana.** 2010. 479 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GARCIA, Valéria Eugênia. **O cotidiano na separação entre igreja e cemitério: Um exercício de investigação metodológica.** 2006. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPES, André Luís Borges. **"Sanear, prever e embelezar": O engenheiro Saturnino de Brito, o urbanismo sanitário e o novo projeto urbano de PRR para o Rio Grande do Sul (1908-1929).** 2013. 224 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MURILHA, Douglas. **O Higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos.** 2011. 292 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

SILVA, Erika Amorim da. **O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850/1891).** 2005. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, Ramsés Nunes e. **"Signal dos tempos": Modernidade, Secularização e Laicização na Instrução Pública da Paraíba do Norte (1867-1902).** 2006. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

VIEIRA, Paula Cristina André dos Ramos Pinto. **Os cemitérios de Lisboa século XIX: pensar e construir o novo palco da memória.** 2000. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

## FONTES

### **Documentos Jurídicos, Administrativos, Leis.**

LEMOS, Antônio José de. **O município de Belém.** Belém: [S.n.], 1902. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2012/07/09/antonio-jose-de-lemos-relatorio-18971902-album-belem-1902/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LEMOS, Antônio José de. **O município de Belém.** Belém: [S.n.], 1903. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2012/07/09/antonio-jose-de-lemos-relatorio-18971902-album-belem-1902/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LEMOS, Antônio José de. **O município de Belém**. Belém: [S.n.], 1905. Disponível em: <<https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/01/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1905/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

LEMOS, Antônio José de. **O município de Belém**. Belém: [S.n.], 1908. Disponível em: <<https://ufpadoispontozero.wordpress.com/2013/10/03/o-municipio-de-belem-relatorio-de-antonio-lemos-1908/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

#### ALBUNS, MAPAS E JORNAIS DE ÉPOCA

ALMEIDA, Candido Mendes de (org.). **Atlas do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: [S.n.], 1868.

ARQUIVO NACIONAL. **Planta da Cidade de Belém do Gram-Pará**. Belém: [S.n.], 1881.

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911: A. J. de Lemos). **Álbum de Belém**: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p. il.

CACCAVONI, Arthur. **MDCCCXCIX AMAZONIA: Álbum Descritivo Amazônico**. Rio de Janeiro: [S.n.], 1899.

**DIÁRIO DO GRAM-PARÁ**. Belém, 06 jan. 1868.

**DIÁRIO DO GRAM-PARÁ**. Belém, 14 jan. 1868.

**PLANTA DA CIDADE DE BELÉM – CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ**. Belém: Mappa do Estado do Pará com delimitação municipal, 1918. Escalas variam.

#### ARTIGOS EM PERIÓDICOS E EVENTOS

ALMANDOZ, Arturo. Notas sobre historia cultural urbana: Uma perspectiva latinoamericana. **Perspectivas Urbanas/ Urban Perspectives**, Barcelona: ETSAV, n.1, p.29-39, 2002.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Cemitério e Cidade: a Nova Capital e o lugar dos mortos. **Revista Inter-Legere**, Natal, RN, v. 12, p. 137-156, 2013.

ALMEIDA, Marcelina das Graças de. Cemitérios oitocentistas, culto, fé e patrimônio: experiências intercambiantes. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 13, 2012, São Luís. **Anais....** São Luís: [S.n.], 2012. p. 1 - 10.

ANDRÉ, Paula. Modos de pensar e construir os cemitérios públicos oitocentistas em Lisboa: o caso do Cemitério dos Prazeres. **Revista de História da Arte**, Lisboa, p.66-105, 2006.

ARAÚJO JÚNIOR, Antônio Carlos Ribeiro; AZEVEDO, Adriane Karina Amin de. Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 2, p.151-168, 2012.

BITTAR, William Seba Mallmann. Da morte, de velórios e cemitérios ou VIXIT. **[Vivência]**, [S.l.], n. 33, p.197-214, 2008.

BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera e gente de cores ou o Acesso aos socorros públicos no século XIX. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.257-282, 2004.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA, M. G. Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe. In: III SERNNE - Seminário Regional Norte Nordeste de Pós-Graduação em Geografia, 2012, João Pessoa. **Anais....** João Pessoa: [S.n.], 2012. p. 1-11.

BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; BEZERRA, Daniel de Castro; VARGAS, Maria Augusta Mundim. A morte do cristão em transformação: as cidades e o espaço da morte. **Fênix-Revista de História e Estudos Sociais**, Uberlândia, MG, v. 7, n. 2, p.1-21, ago. 2010.

BRUNO, Aguiomar Rodrigues. O imaginário popular da morte numa província do império. **Revista Labirinto**, [S.l.], n. 15, p.109-124, dez. 2011.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. A evolução urbana de Belém: Trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais. **Cadernos Metrôpoles**, São Paulo, SP, v. 15, n. 29, p.55-75, jan. /jun. 2013.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A Cidade como História. **História: Questões & Debates**, Curitiba: Editora UFPR, n. 50, p.61-101, jan. / jun. 2009.

CASIMIRO, Carlos Miguel. Patrimônio funerário no Cemitério dos Prazeres em Lisboa. **Revista Pedra & Cal**, Lisboa, n. 40, p.29-30, out./nov./dez. 2008.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. A cidade narrada: a literatura como fonte para a história urbana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: [S.n.], 2015. p. 1 - 13.

COLUSSI, Eliane Lucia. Liberalismo, Secularização e Maçonaria: o caso Brasileiro e Uruguaio. In: ANPUH- XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, 2003, João Pessoa. **Anais....** João Pessoa: S.n., 2003. p. 1 - 7.

DUARTE, Cristiane Rose S. Olhares possíveis para o pesquisador em Arquitetura. In: I ENANPARQ- Encontro nacional da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Cultura possíveis para o pesquisador em Arquitetura**. Rio de Janeiro: [S.n.], 2010. p. 1 - 13.

FARIA, Rodrigo Santos de. O urbanismo e os urbanistas na história urbana brasileira: percursos e perguntas para pensar a história urbana da América Latina. **Risco**, São Carlos, v. 14, n. 2, p.6-14, dez. 2011.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, [S.l.], v. 19, p.115-122, 2015.

LEITE, Fábio Carvalho. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p.32-60, 2011.

MONTEIRO, Charles. Entre História Urbana e História da Cidade: Questões e Debates. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 5, n. 1, p.101-112, jan. /jun. 2012.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Elos da memória: passado e presente, cemitério e sociedade. **Vivência: REVISTA ANTROPOLÓGICA**, Natal, RN, v. 1, n. 39, p.81-89, jan. / dez. 2012.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades**, [S.l.], v. 2, n. 1, p.1-31, 2009.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011, São Paulo. **Anais....** São Paulo: [S.n.], 2011. p. 1 - 14.

PESAVENTO, Sandra. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.53-80, mar. / jun. 1999.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia e Religião. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, RS, n. 20, p.96-99, dez. 1995.

SAMPAIO, Antonio Heliodoro Lima. Cidade ideal, Imaginação e Realidade. **Rua 6: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S.l.], v. 4, n. 1, p.54-65, jan. 1996.

SILVA, Erika Amorim da; NEVES, Fernando Arthur Freitas. A morte em notícias: os significados e representações da morte e dos mortos em Belém na segunda metade do século XIX. In: ANPUH- XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. 2003, São Paulo. **Anais....** João Pessoa: S.n., 2003. p. 1 - 7.

SILVA, Luís Octávio da. História Urbana: uma área de conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 29, p.35-56, abr. 2001.

SILVA, Marlon Lima da. Gestão e uso do patrimônio cultural: o culto aos santos populares no Cemitério de Nossa Senhora da Soledade, Belém-Pará. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: [S.n.], 2013. p. 1 - 20.

SILVA NETO, Francisco Rodrigues. A morte e suas implicações para os vivos na Belém do século XIX. In: III Encontro da ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais, 2008, Goiânia. **III Encontro da ABEC**. Goiânia: EDUFG, 2008.

SOUZA, Ivanaíla de Jesus; RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. Geografia e espacialização da morte. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18, 2016, São Luís. **Anais....** São Luís: [S.n.], 2016. p. 1 - 11.

#### FONTES DE INTERNET-SITES E BLOGS

BALEIXE, Haroldo; BIBAS, Jaime. **Como se chegava ao Hospital Domingos Freire?**,2014. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2014/09/11/como-se-chegava-ao-hospital-domingos-freire/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BALEIXE, Haroldo; BIBAS, Jaime; HOMOBONO, Fabiano. **Situação e locação aproximadas do Hospital Domingos Freire**. 2014. Disponível em: <<https://fauufpa.org/2014/09/08/situacao-e-locacao-do-hospital-domingos-freire/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

FARGETTE-VISSIÈRE, Séverine. **Os animados cemitérios medievais**. 2009. Disponível em: <<http://historianovest.blogspot.com.br/2009/05/os-animados-cemiterios-medievais.html>>. Acesso em: 4 mai. 2016.

GONÇALVES, Thiago. **PANORAMA DO PARÁ EM DOZE VISTAS - J.L RIGHINI**. 2014. Disponível em: <[http://www.cma.ufpa.br/imagens\\_acervo.html](http://www.cma.ufpa.br/imagens_acervo.html)>. Acesso em: 08 nov. 2015.

GOOGLE EARTH-MAPS. **Http://mapas.google.com**. Acesso em: 08 ago. 2015.

HIPÓLITO, Paulo. **Uma Breve História dos Cemitérios**. 2011. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=148>>. Acesso em: 8 jul. 2016.

ROCHA, Andressa da Conceição; BRAVO, Juliana Peixoto Brandão. **Arquitetura funerária da Grécia Clássica à Revolução Industrial**. 2014. Disponível em: <<https://hav120142.wordpress.com/2014/11/20/arquitetura-funeraria-da-grecia-classica-a-revolucao-industrial/>>. Acesso em: 9 ago. 2016.

SÁ, Odilson, [Fotos do cemitério de santa Izabel]. Belém: [s.n.],2007. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/user/899908/tags/Cemetery>>. Acesso em: 08 nov. 2015.

SHEYDDER, Laryssa; NASCIMENTO, Marcos; SOARES, Rafael Celestino. **Geodiversidade em Cemitérios**. 2015. Disponível em: <<http://www.geoconservacao.com.br/2015/03/geodiversidade-em-cemiterios.html>>. Acesso em: 8 abr. 2016.